

Bahia deixa de movimentar cerca de R\$5 bilhões com o fechamento da fábrica da Ford

Voltamos com o bê á tv de Salvador agora pra toda a Bahia falando com o estado vai deixar de movimentar cerca de cinco bilhões de reais por ano com o fechamento da fábrica da Ford.

O governo tenta negociar a vinda de outras montadoras.

A Ford teve ajuda na infraestrutura para montar a fábrica em Camaçari e durante quinze anos isenção total do **ICMS**.

Pra quem passou boa parte da vida trabalhando aqui ainda é difícil se acostumar com as mudanças nós trabalhamos muito pra mostrar que o nosso estado era capaz.

De produzir carros hoje centenas de trabalhadores passaram a manhã em frente à assembleia legislativa no centro administrativo em Salvador uma comissão do sindicato dos metalúrgicos de Camaçari que representa categoria.

Foi recebida pelo presidente da assembleia Nelson Leal e por outros oito deputados ontem o governador da Bahia **Rui Costa** disse que tem conversado com as embaixadas da Índia da China e da Coreia do Sul com objetivo de trazer montadoras.

Que possam assumir a fábrica da Ford na Bahia já

entrou em contato com a embaixada chinesa já enviei os primeiros documentos para da embaixada.

E hoje farei ainda hoje farei contato com a embaixada da Índia com a embaixada é de outros países é do Japão a Coreia do Sul.

Buscando fazer com que eles nos ajudem a chegar.

Mudem a chegar nesses diversos fabricantes e há esta grande oportunidade que a investir na Bahia no Brasil a foto chegou na Bahia em dois mil e um.

Mas de início o estado não era o destino preferido da montadora que eu Grande do Sul e São Paulo estavam à frente nas negociações.

Mas a Bahia acabou garantindo a vinda da empresa o que foi decisivo pra isso duas coisas.

Facilidade para montagem das estruturas.

Isenção de impostos.

O governador da Bahia na época César Borges.

Disse que a renúncia fiscal era a única forma de atrair empresas de grande porte para o Nordeste viu a montadora dez.

Ela modifica o perfil industrial da **indústria** de transformação do estado nós queremos dobrar o produto interno bruto toda a riqueza da Bahia em dez anos.

E isso a a **indústria** que da Ford permitia porque eram grandes e ambicioso projeto a Ford teve ajuda na infraestrutura para montar a fábrica a cessão do terreno onde a montadora foi construída.

Redução do ipi do governo federal e durante quinze anos isenção total do **ICMS** o imposto estadual sobre circulação de mercadorias a secretaria da fazenda informou que o acordo foi revisto em dois mil e quinze.

Desde então a Ford passou a ter redução de oitenta por cento do **ICMS**.

Nos últimos três anos a Ford deixou de pagar em média trezentos e dezesseis milhões de reais anuais para o governo.

Em compensação entre impostos e outras fontes.

A empresa gerava para o estado uma receita anual de duzentos e cinquenta e nove milhões afirma que ver a verdade é a receita foi gerado de duzentos e setenta milhões e mais.

Os empregos foram gerados em toda a **economia** girou em cima disso o encerramento das atividades da fábrica e da cadeia produtiva que giravam em torno dela.

Pode gerar uma queda de cerca de cinco bilhões de reais na **economia** baiana.

Valor equivalente a dois por cento do pib produto interno bruto do estado.

Este é o valor estimado de movimentação financeira direta e indireta gerada pelo complexo Ford de acordo com estudo realizado em dois mil e dezenove pela sei.

Órgão de estudos econômicos e sociais ligado ao governo um baque nos números.

E também na vida de milhares de pessoas.

Meu mundo caiu enfim a família está toda abalada.

Pai mãe e filha estão num preocupado que será da gente daqui pra frente né.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Indústria, Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - PIB - Produto Interno Bruto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Marina Hortelão*

REPORTAGEM

marinahortelao@redesbahia.com.br

O pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021 já é possível, mas ainda existe um saldo devedor, até ontem, na casa dos R\$ 211 milhões referente ao imposto de 2020, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba). A quantia em aberto corresponde a cerca de 14% do valor total de R\$ 1,476 bilhão arrecadado com o imposto no último ano na Bahia. Cerca de 460 mil proprietários baianos ainda não pagaram o tributo vencido em 2020.

Apesar do IPVA ser a segunda maior fonte de arrecadação tributária do Estado, o diretor de controle da arrecadação, crédito tributário e cobrança da Sefaz-Ba, Augusto Guenem, explica que a inadimplência de 2020 não traz complicações para as contas do governo por se manter estável na comparação com os anos anteriores, continuando na mesma faixa de 12% a 14% do valor arrecadado.

"Pela pandemia, esperávamos um incremento na inadimplência, mas isso não ocorreu. Em relação a 2019, houve um incremento de receita na ordem de 4,5% com o IPVA", afirma o diretor.

Em 2020, Júlia Peixoto** chegou a dever o IPVA, mas quitou a dívida em novembro após um susto com a multa: imposto que ficava na casa dos R\$ 600 saltou para quase R\$ 900. "Minha mãe pagava o IPVA do carro, mas assumi a responsabilidade de fazer os pagamentos dela. Normalmente, nosso IPVA vence em março, mas paramos de receber o papel com a cobrança em casa e, como eu estava com muitos problemas familiares sérios nessa época, me passei totalmente e não paguei. Esqueci que o IPVA existia. Consegui resolver pela internet mesmo, mas foi um risco, porque poderia ter sido pega em alguma blitz e ter o carro apreendido", conta.

Nesse ano, ela vai pagar logo o imposto no começo de fevereiro para não acabar esquecendo e ainda aproveitar o desconto de 10% na taxa com quitação em cota única até o dia 10 do próximo mês.

Segundo Guenem, os contribuintes com dívidas de 2020 ainda não foram notificados devido à pandemia e podem abater o saldo com atraso no licenciamento integrado de 2021, ambos em até três parcelas. Ainda é possível realizar o pagamento com o número do Renavam pelos bancos do Brasil, Bradesco e Bancoob ou recorrer a um posto de atendimento da Sefaz-Ba.

Ele ressalta que o parcelamento da dívida de 2020 impacta no licenciamento de 2021 já que este não pode ser feito com o saldo devedor em aberto, mas é possível realizar o pagamento conjunto. "Sem o



Cerca de 2,2 milhões de veículos registrados na Bahia possuem IPVA a ser pago pelos seus proprietários

Inadimplência do IPVA em 2020 supera os R\$ 200 milhões

Bahia Cerca de 14% dos proprietários não pagaram o imposto; taxa para 2021 já pode ser quitada

●● Sem o IPVA, não tem o licenciamento do carro, com isso, o condutor está andando sem a documentação do veículo e pode ter o carro apreendido caso pare em uma blitz pela falta de licenciamento
Augusto Guenem

Diretor de controle da arrecadação, crédito tributário e cobrança da Sefaz-Ba

IPVA, não tem o licenciamento do carro, com isso, o condutor está andando sem a documentação do veículo e pode ter o carro apreendido caso pare em uma blitz pela falta de licenciamento", explica Guenem. Atualmente, a Bahia possui uma frota tributável de 2,2 milhões de veículos.

PREÇO ALTO

A engenheira de produção Kelly Guerra, 29 anos, caracteriza o IPVA como uma "facada no começo do ano" e sempre se planeja para quitá-lo logo em janeiro com o desconto de 10%. "É melhor se livrar logo porque não tem para onde correr. E também tem a vantagem de pagar antes com desconto. Por isso, já pego uma parte do meu 13º salário para pagar o IPVA", conta.

Apesar de muitos reclamarem do preço do IPVA, Guenem ressalta que o imposto é proporcional ao valor do bem e as alíquotas da Bahia estão em conformidade com a média nacional. "O imposto tem uma importância por ser compartilhado com o município de emplacamento do carro. A cidade recebe 50% e o estado a outra metade", aponta.

Em 2021, os contribuintes pagam, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA de veículos usados. Segundo a Sefaz-Ba, estão isentos do pagamento os veículos do serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Ainda integram a faixa de isenção máquinas agrícolas e táxis de propriedade de profissionais autônomos, veículos pertencentes a embalaxadas, a representantes consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos dos governos federal, estadual e municipal, dos partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e templos religiosos. *COM ORIENTAÇÃO DA SUB-CHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO **O NOME FOI ALTERADO A PEDIDO DA FONTE, QUE PREFERE SE PRESERVAR

Desconto de 10% vai até 10 de fevereiro

Os proprietários de veículos da Bahia podem pagar o IPVA de 2021 com 10% de desconto, à vista, até o dia 10 de fevereiro. De acordo com a Sefaz-Ba, para fazer o pagamento é preciso se dirigir a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, com o número do Renavam em mãos, ou utilizar os aplicativos dos bancos.

Quem perder o prazo, ainda pode quitar o imposto com 5% de desconto, também em cota única, no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão da taxa, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo (confira calendário abaixo). Os donos de veículos ainda podem parcelar o valor em 3x, sem desconto. Nessa opção, os vencimentos também variam também de acordo com o final da placa.

A taxa de licenciamento e as multas de trânsito deverão ser pagas até a data de vencimento da terceira parcela. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em 3x. O seguro obrigatório deve ser pago de forma integral até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

CALENDÁRIO IPVA BAHIA (PAGAMENTO EM ATÉ TRÊS VEZES)

Final de placa 1: 30 de março, 29 de abril e 28 de maio

Final de placa 2: 31 de março, 30 de abril e 31 de maio

Final de placa 3: 29 de abril, 27 de maio e 29 de junho

Final de placa 4: 30 de abril, 28 de maio e 30 de junho

Final de placa 5: 27 de maio, 29 de junho e 29 de julho

Final de placa 6: 28 de maio, 30 de junho e 30 de julho

Final de placa 7: 29 de junho, 29 de julho e 30 de agosto

Final de placa 8: 30 de junho, 30 de julho e 31 de agosto

Final de placa 9: 29 de julho, 30 de agosto e 29 de setembro

Final de placa 0: 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro

Inadimplência do IPVA em 2020 supera os R\$ 200 milhões na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marina Hortélio*
marina.hortelio@redebahia.com.br

O pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021 já é possível, mas ainda existe um saldo devedor, até a quarta-feira (13), na casa dos R\$ 211 milhões referente ao imposto de 2020, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba). A quantia em aberto corresponde a cerca de 14% do valor total de R\$ 1,476 bilhão arrecadado com o imposto estadual no último ano na Bahia. Cerca de 460 mil proprietários ainda não pagaram o tributo vencido no ano passado referente aos veículos registrados no estado.

Apesar do **IPVA** ser a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**, o diretor de controle da **arrecadação**, crédito tributário e cobrança da pasta, Augusto Guenem, explica que a inadimplência de 2020 não traz complicações para as contas do governo por se manter estável na comparação com os anos anteriores, continuando na

mesma faixa de 12% a 14% do valor arrecadado pelo imposto no exercício. No início da tarde desta quarta, o saldo devedor referente ao ano passado era de R\$ 211.672.391.

'A inadimplência não aumentou em relação aos exercícios anteriores, isso é uma média que o estado enfrenta há vários anos. Pela pandemia, esperávamos um incremento na inadimplência, mas isso não ocorreu. Em relação a 2019, houve um incremento de receita na ordem de 4,5% com o **IPVA**', afirma o diretor. De acordo com ele, a partir de agora, o saldo devedor de 2020 deve cair ao longo do exercício de 2021.

Em 2020, Júlia Peixoto** chegou a dever o **IPVA**, mas quitou a dívida em novembro do último ano após um susto com a multa. O imposto que ficava na casa dos R\$ 600 saltou para quase R\$ 900 com o atraso.

'Minha mãe pagava o **IPVA** do carro, mas assumi a responsabilidade de fazer os pagamentos dela. Normalmente, nosso **IPVA** vence em março, mas paramos de receber o papel com a cobrança em casa e, como eu estava com muitos problemas familiares sérios nessa época, me passei totalmente e não paguei. Esqueci que o **IPVA** existia. Me dei conta em novembro. Quando fui abrir o site, vi que estava inadimplente e me assustei com o valor da multa. Consegui resolver pela internet mesmo, mas foi um risco, porque poderia ter sido pega em alguma blitz e ter o carro apreendido', conta a contribuinte.

Nesse ano, ela vai pagar logo o imposto no começo de fevereiro para não acabar esquecendo da obrigação e ainda aproveitar o desconto de 10% na taxa com

quitaação em cota única até o dia 10 do próximo mês.

Os devedores são notificados e recebem multa de até 60% do valor do **IPVA** de 2020. A pasta oferece desconto de até 70% sobre a penalidade caso o pagamento seja efetuado antes do ajuizamento da **execução fiscal**. Depois desse marco, o abatimento é reduzido.

Quem for notificado deve imprimir o Documento de **Arrecadação** Estadual (DAE) no site da Sefaz-Ba. O contribuinte pode conferir se recebeu notificação no mesmo portal.

Segundo o diretor da Sefaz, os contribuintes com dívidas do ano passado ainda não foram notificados devido à pandemia e podem abater o saldo com atraso no licenciamento integrado de 2021, ambos em até três parcelas. Ainda é possível realizar o pagamento com o número do Renavam pelos bancos do Brasil, Bradesco e Bancoob ou recorrer a um posto de atendimento da Sefaz-Ba.

Guenem ressalta que o parcelamento da dívida de 2020 impacta no licenciamento de 2021 já que este não pode ser feito com o saldo devedor em aberto, mas é possível realizar o pagamento conjunto. Com a inscrição do devedor em **dívida ativa**, a parcela mínima é de R\$ 300.

'Além da multa, ocorre a inscrição do devedor em **dívida ativa**, com o encaminhamento para os órgãos de proteção ao crédito. Sem o **IPVA**, não tem o licenciamento do carro, com isso, o condutor está andando sem a documentação do veículo e pode ter o

carro apreendido caso pare em uma blitz pela falta de licenciamento", explica Guenem.

Preço alto

A engenheira de produção de Jequié, Kelly Guerra, 29 anos, caracteriza o **IPVA** como uma 'facada no começo do ano' e sempre se planeja para quitar o imposto logo em janeiro com o desconto de 10%.

'É melhor se livrar logo do imposto porque não tem para onde correr. E também tem a vantagem de pagar antes com desconto. Por isso, já pego uma parte do meu 13º salário para pagar o **IPVA**', conta Kelly. A programação para arcar com a conta é resultado do seu primeiro ano com o carro próprio, quando não se atentou ao vencimento e ficou devendo o imposto.

Apesar de muitos reclamarem do preço do **IPVA**, Guenem ressalta que o imposto é proporcional ao valor do bem e as alíquotas da Bahia estão em conformidade com a média nacional. 'O imposto tem uma importância por ser compartilhado com o município de emplacamento do carro. A cidade recebe 50% e o estado a outra metade. Por ser a 2ª maior fonte de **arrecadação** tributária do **Governo da Bahia**, o estado não pode abrir mão já que o recurso é usado para o orçamento geral', aponta o diretor da Sefaz-Ba.

Para 2021, a expectativa é de que a taxa de inadimplência se mantenha estável, sem um indicativo de aumento, segundo Guenem. Atualmente, a Bahia possui uma frota tributável de 2,2 milhões de veículos.

O pagamento do **IPVA** de 2021 foi motivo de desespero para o comerciante João Pedro Pontes, 28 anos. Ele acreditava que o imposto teria que ser pago em janeiro, justamente em meio a uma reforma em sua casa, mas, para seu alívio, o vencimento só é em julho.

'Peguei o carro no ano passado e ainda estou aprendendo uma série de coisas, entre elas, essas questões do **IPVA**. Pretendo pagar em cota única daqui pra abril porque é quando já não tenho mais nada da reforma pra pagar e aí pego o desconto dos 5%', comenta João Pedro.

Cálculo

Para chegar no preço do imposto, a Sefaz-Ba cobra uma porcentagem do valor do veículo a depender da categoria em que ele se encaixa. É usada a tabela Fipe para calcular o preço para veículos antigos e a nota fiscal para os novos.

O preço do **IPVA** para automóveis e utilitários a óleo diesel é de 3% do valor do carro, já para modelos com outros combustíveis a porcentagem usada é de 2,5%. Para embarcações e aeronaves o cálculo é feito com base em 1,5% do valor. Proprietários de ônibus, microônibus, caminhões, máquinas de terraplenagem, tratores, motos e motonetas, motocicletas e triciclos pagam o **IPVA** correspondente a 1% do valor do bem.

Em 2021, os contribuintes pagam, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA** de veículos usados. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7% e de

2,7% para ônibus e microônibus. Os caminhões pagam menos 1,8% e para as motos a redução é de 1,7%. De acordo com a Sefaz-BA, a pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020.

Isenção e imunidade

Segundo a pasta, estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Ainda integram a faixa de isenção máquinas agrícolas e táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, além de veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Desconto

Os proprietários de veículos da Bahia podem pagar o

IPVA de 2021 com 10% de desconto, à vista, até o dia 10 de fevereiro. De acordo com a Sefaz-Ba, para fazer o pagamento é preciso se dirigir a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, com o número do Renavam em mãos, ou utilizar os aplicativos das instituições financeiras.

Quem perder o prazo, ainda pode quitar o imposto com 5% de desconto, também em cota única, no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão da taxa, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo (confira calendário de pagamento do **IPVA** 2021 abaixo). Os donos de veículos ainda podem parcelar o valor em três vezes, sem desconto. Nessa opção, os vencimentos também variam também de acordo com o final da placa.

A taxa de licenciamento e as multas de trânsito deverão ser pagas até a data de vencimento da terceira parcela. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O seguro obrigatório deve ser pago de forma integral até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

*Com orientação da subchefe de reportagem Monique Lobo

**O nome foi alterado a pedido do personagem, que prefere se preservar

Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, nosso trabalho tem sido maior do que nunca. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. Assine o jornal.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação, Execução Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

Inadimplência do IPVA em 2020 supera os R\$ 200 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021 já é possível, mas ainda existe um saldo devedor, até a quarta-feira (13), na casa dos R\$ 211 milhões referente ao imposto de 2020, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba). A quantia em aberto corresponde a cerca de 14% do valor total de R\$ 1,476 bilhão arrecadado com o imposto estadual no último ano na Bahia. Cerca de 460 mil proprietários ainda não pagaram o tributo vencido no ano passado referente aos veículos registrados no estado.

Apesar do **IPVA** ser a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**, o diretor de controle da **arrecadação**, crédito tributário e cobrança da pasta, Augusto Guenem, explica que a inadimplência de 2020 não traz complicações para as contas do governo por se manter estável na comparação com os anos anteriores, continuando na mesma faixa de 12% a 14% do valor arrecadado pelo imposto no exercício. No início da tarde desta quarta, o saldo devedor referente ao ano passado era de R\$

211.672.391.

'A inadimplência não aumentou em relação aos exercícios anteriores, isso é uma média que o estado enfrenta há vários anos. Pela pandemia, esperávamos um incremento na inadimplência, mas isso não ocorreu. Em relação a 2019, houve um incremento de receita na ordem de 4,5% com o **IPVA**', afirma o diretor. De acordo com ele, a partir de agora, o saldo devedor de 2020 deve cair ao longo do exercício de 2021.

Os devedores são notificados e recebem multa de até 60% do valor do **IPVA** de 2020. A pasta oferece desconto de até 70% sobre a penalidade caso o pagamento seja efetuado antes do ajuizamento da **execução fiscal**. Depois desse marco, o abatimento é reduzido.

Quem for notificado deve imprimir o Documento de **Arrecadação** Estadual (DAE) no site da Sefaz-Ba. O contribuinte pode conferir se recebeu notificação no mesmo portal.

Segundo o diretor da Sefaz, os contribuintes com dívidas do ano passado ainda não foram notificados devido à pandemia e podem abater o saldo com atraso no licenciamento integrado de 2021, ambos em até três parcelas. Ainda é possível realizar o pagamento com o número do Renavam pelos bancos do Brasil, Bradesco e Bancoob ou recorrer a um posto de atendimento da Sefaz-Ba.

Guenem ressalta que o parcelamento da dívida de 2020

impacta no licenciamento de 2021 já que este não pode ser feito com o saldo devedor em aberto, mas é possível realizar o pagamento conjunto. Com a inscrição do devedor em **dívida ativa**, a parcela mínima é de R\$ 300.

'Além da multa, ocorre a inscrição do devedor em **dívida ativa**, com o encaminhamento para os órgãos de proteção ao crédito. Sem o **IPVA**, não tem o licenciamento do carro, com isso, o condutor está andando sem a documentação do veículo e pode ter o carro apreendido caso pare em uma blitz pela falta de licenciamento", explica Guenem.

FONTE: Com informações do Correio

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - Execução Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA



Economia

Notícias > Economia

Qua, 13/01/2021 às 18:11 | Atualizado em: 13/01/2021 às 20:03

Prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia será sorteado em junho

Da Redação

Tags sefaz nota premiada r 1 milhão economia



Concorrem ao prêmio especial todos os bilhetes gerados de 1º de março de 2019 a 31 de maio de 2021 | Foto: Elói Corrêa | GOVBA

Foram divulgadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), as datas dos sorteios da Nota Premiada Bahia. O destaque fica por conta do prêmio especial de R\$ 1 milhão, que contemplará um único participante, cujo sorteio está programado para o dia 30 de junho.

Além do prêmio especial, em 2021 a Nota Premiada Bahia vai realizar 12 sorteios regulares, premiando mensalmente o total de 91 participantes, com um prêmio de R\$ 100 mil e outros 90 de R\$ 10 mil. Os ganhadores serão conhecidos sempre às terças quintas-feiras de cada mês, com exceção de abril e julho, que terão sorteio na quarta quinta-feira do mês.

Concorrem ao prêmio especial todos os bilhetes gerados de 1º de março de 2019 a 31 de maio de 2021. Participam inclusive os bilhetes do período de abril a junho de 2020, em que por conta da pandemia houve a suspensão dos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada.

Para participar dos sorteios, é preciso se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a cada compra, realizada inserir na nota o CPF cadastrado. Cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

Ao todo, são oito faixas de volumes de compras. A primeira consiste em compras de até R\$ 100 associadas ao CPF cadastrado, o que confere ao participante o direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes, e assim por diante.

A Nota Premiada está vinculada ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, no qual as notas fiscais compartilhadas são revertidas em repasses financeiros para entidades filantrópicas.

Segundo o Governo do Estado, 2020 teve recorde de prêmios, com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132. O aumento expressivo, de mais de 260%, ocorreu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal.

Ainda de acordo com a gestão estadual, desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.



13/01/2021

Volume de Serviços na Bahia avançou 1,2% em novembro de 2020



RECOMENDADOS PARA VOCÊ

OUTRAS NOTÍCIAS



13/01/2021

OAS muda de nome e passa a se chamar Metha



13/01/2021

Apenas 12,7% das cédulas de R\$ 200 previstas entraram em circulação



13/01/2021

Fecomércio-BA lamenta saída da Ford: 'Isso traz uma reflexão para o país'



13/01/2021

Mega-Sena acumulada sorteia nesta quarta-feira prêmio de R\$ 12 milhões



13/01/2021

Associação dos Procons vai entrar na Justiça contra reajuste de planos de saúde

13/01/2021

Medical Microinstruments nomeia o veterano do setor de cuidados de saúde, Mark Toland, como diretor executivo

13/01/2021

Novo programa de mestrado em contabilidade na Universidade de Singapura - NUS Business School

13/01/2021

Guide Sensmart lança novo sistema infravermelho de alarme de febre série Guide QT para medição de temperatura de fácil instalação em 5 minutos

13/01/2021

Rapyd arrecada US\$ 300 milhões em financiamento para impulsionar o crescimento acelerado do setor de pagamentos globais

13/01/2021

ElectrifAi anuncia expansão de ofertas de modelos de aprendizado de máquina para o Amazon SageMaker

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/01/2021	



Prêmio do milhão da Nota Premiada Bahia será sorteado em junho

13 janeiro 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

O ano de 2021 começa com notícia boa para os participantes da Nota Premiada Bahia. As datas dos sorteios a serem realizados ao longo do ano acabam de ser publicadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), incluindo o prêmio especial de R\$ 1 milhão, que contemplará um único participante, e está programado para o dia 30 de junho.

Irão concorrer ao prêmio especial todos os bilhetes gerados de 1º de março de 2019 a 31 de maio de 2021. Participam inclusive os bilhetes relativos ao período de abril a junho de 2020, em que por conta da pandemia houve a suspensão dos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada.

Para participar dos sorteios, basta cadastrar-se uma única vez no [site da campanha](#) e, a partir da inscrição, a cada compra realizada inserir na nota o CPF cadastrado. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. A primeira consiste em compras de até R\$ 100 associadas ao CPF cadastrado, o que confere ao participante o direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes, e assim por diante.

Sua Nota é um Show

No momento da inscrição, os participantes ainda escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais sempre que o CPF for inserido na nota. Os pontos contam por igual para ambas as entidades, a cada nota emitida. A cada quadrimestre, a pontuação referente às notas fiscais compartilhadas é revertida em repasses financeiros para estas entidades.



“A Nota Premiada Bahia sorteia 91 prêmios mensais e ainda traz premiações especiais, o que confere aos seus 580 mil participantes muitas chances de ser contemplados, sem falar na chance de doar suas notas às entidades sem qualquer esforço, bastando cadastrar-se e inserir o CPF na nota”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. “É uma situação em que todos ganham, pois quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade”.

Calendário de sorteios

Além do prêmio especial, em 2021 a Nota Premiada Bahia vai realizar 12 sorteios regulares, premiando mensalmente o total de 91 participantes, com um prêmio de R\$ 100 mil e outros 90 de R\$ 10 mil. Os ganhadores serão conhecidos sempre às terças quintas-feiras de cada mês, com exceção de abril e julho, que terão sorteio na quarta quinta-feira do mês:

Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Para consultar os bilhetes, que são disponibilizados uma semana antes da realização dos sorteios, o participante deve acessar o site da Nota Premiada Bahia, fazer login e escolher a opção “Minha Conta” => “Bilhetes”, e lembrar de filtrar a busca pelo mês que antecede o sorteio.

Recorde de prêmios

A Nota Premiada Bahia encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, ocorreu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador Rui Costa para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. “A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Prêmio do milhão da Nota Premiada sorteado em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ano de 2021 começa com notícia boa para os participantes da **Nota Premiada Bahia**. As datas dos sorteios a serem realizados ao longo do ano acabam de ser publicadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), incluindo o prêmio especial de R\$ 1 milhão, que contemplará um único participante, e está programado para o dia 30 de junho.

Irão concorrer ao prêmio especial todos os bilhetes gerados de 1º de março de 2019 a 31 de maio de 2021. Participam inclusive os bilhetes relativos ao período de abril a junho de 2020, em que por conta da pandemia houve a suspensão dos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada.

Para participar dos sorteios, basta cadastrar-se uma única vez no site da campanha e, a partir da inscrição, a cada compra realizada inserir na nota o CPF cadastrado. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras,

cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. A primeira consiste em compras de até R\$ 100 associadas ao CPF cadastrado, o que confere ao participante o direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes, e assim por diante.

Sua Nota é um Show

No momento da inscrição, os participantes ainda escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais sempre que o CPF for inserido na nota. Os pontos contam por igual para ambas as entidades, a cada nota emitida. A cada quadrimestre, a pontuação referente às notas fiscais compartilhadas é revertida em repasses financeiros para estas entidades.

'A **Nota Premiada Bahia** sorteia 91 prêmios mensais e ainda traz premiações especiais, o que confere aos seus 580 mil participantes muitas chances de ser contemplados, sem falar na chance de doar suas notas às entidades sem qualquer esforço, bastando cadastrar-se e inserir o CPF na nota', observa o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. 'É uma situação em que todos ganham, pois quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**'.

Calendário de sorteios

Além do prêmio especial, em 2021 a **Nota Premiada Bahia** vai realizar 12 sorteios regulares, premiando mensalmente o total de 91 participantes, com um prêmio de R\$ 100 mil e outros 90 de R\$ 10 mil. Os ganhadores serão conhecidos sempre às terceiras quintas-feiras de cada mês, com exceção de abril e julho, que terão sorteio na quarta quinta-feira do mês:

A **Nota Premiada Bahia** encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, ocorreu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia será sorteado no mês junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foram divulgadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), as datas dos sorteios da **Nota Premiada Bahia**. O destaque fica por conta do prêmio especial de R\$ 1 milhão, que contemplará um único participante, cujo sorteio está programado para o dia 30 de junho.

Além do prêmio especial, em 2021 a **Nota Premiada Bahia** vai realizar 12 sorteios regulares, premiando mensalmente o total de 91 participantes, com um prêmio de R\$ 100 mil e outros 90 de R\$ 10 mil. Os ganhadores serão conhecidos sempre às terças-feiras de cada mês, com exceção de abril e julho, que terão sorteio na quarta quinta-feira do mês.

Concorrem ao prêmio especial todos os bilhetes gerados de 1º de março de 2019 a 31 de maio de 2021. Participam inclusive os bilhetes do período de abril a

junho de 2020, em que por conta da pandemia houve a suspensão dos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada.

Para participar dos sorteios, é preciso se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a cada compra, realizada inserir na nota o CPF cadastrado. Cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

Ao todo, são oito faixas de volumes de compras. A primeira consiste em compras de até R\$ 100 associadas ao CPF cadastrado, o que confere ao participante o direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes, e assim por diante.

A Nota Premiada está vinculada ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, no qual as notas fiscais compartilhadas são revertidas em repasses financeiros para entidades filantrópicas.

Segundo o **Governo do Estado**, 2020 teve recorde de prêmios, com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132. O aumento expressivo, de mais de 260%, ocorreu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal.

Ainda de acordo com a gestão estadual, desde o

lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Contribuintes da Sefaz-BA já podem parcelar débitos de qualquer valor via web



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) iniciam o ano de 2021 com uma notícia que irá facilitar a vida de quem deseja regularizar a situação com o **fisco** de forma prática e sem sair de casa. Já está valendo a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo www.sefaz.ba.gov.br. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136 de dezembro de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Só não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

'A ampliação das opções de parcelamento dos débitos

tributários pela internet evita que o cidadão precise se deslocar para ter acesso ao serviço', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de **ICMS, IPVA, ITD** e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

Em dezembro de 2020, a Sefaz-Ba já havia disponibilizado por meio do Sefaz 100% Digital 36 novos serviços do órgão que agora são prestados inteiramente on-line. Estes serviços incluem solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

Assim como no caso do parcelamento, para encontrar os demais procedimentos, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, localizada no topo do

site www.sefaz.ba.gov.br. Lá o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, FISCO, ICMS, IPVA, ITD

Nomeação de mais vinte aprovados no concurso público para auditor fiscal

O **governo do estado** publicam no diário oficial desta quarta feira a **nomeação** de mais vinte aprovados no concurso público para **auditor fiscal**.

Carl convocados em março do ano passado o anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** por meio das redes sociais nesta terça feira as nomeações em flor e oito o candidato para a área de administração.

Finanças e controle interno seis candidatos para o setor de **tecnologia da informação** e outros seis candidatos para atuar na administração tributária.

Por decreto também pode ser consultada no site dáblio dáblio dáblio ponto **portal do servidor** ponto ba ponto gov ponto BR.

Esta é a segunda **nomeação** para o certame promovido pela secretaria está a administração e da fazenda.

Com informações dos se com o Bahia Anderson Oliveira gerar meio dia e dezenove minutos olhe o console assim até federativo de saúde da região de Juazeiro que tem à frente e a prefeita reeleita de setecentos e Ana passos.

Administração - Nomeação,Portal do Servidor,Tecnologia da informação | SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa,Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Casa Civil - Captura Enterprise R&TV - Governo do Estado da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Governo anuncia nomeação de mais de vinte aprovados em concurso da Sefaz

Olha governo a não ser a **nomeação** de mais vinte aprovados.

Com informações da Sé com o Bahia Anderson Oliveira valeu valeu grande Anderson Oliveira valeu valeu é isso a é benigno.

No concurso para **auditor fiscal** da secretaria da fazenda da Bahia.

Grande abraço.

O **governo do estado** publicam no diário oficial desta quarta feira a **nomeação** de mais vinte aprovados no concurso público para **auditor fiscal** convocados em março do ano passado.

Venha amanhã você volta viu o amanhã você volta aqui no programa.

O anúncio foi feito pelo governador **Rui Costa** por meio da gente sociais nesta terça feira as nomeações incluem oito o candidato para a área de administração finanças e controle pema.

Pôr o meu caro é j carros.

Seis candidatos para o setor de **tecnologia da informação** e outros seis candidatos para atuar na administração tributária.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, Nomeação, Portal do Servidor, Tecnologia da informação, Secretaria da Administração | SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Por decreto também pode ser consultado no site dáblio dáblio dáblio ponto **portal do servidor** ponto ba ponto gov ponto BR.

Esta é a segunda **nomeação** para o certame promovido pela **secretaria da administração** e da fazenda.

Rui Costa anuncia nomeação de mais de vinte aprovados para auditor fiscal da Sefaz

E o governador **Rui Costa** anunciou a **nomeação** de mais de vinte aprovados para **auditor fiscal** da você faz.

As nomeações foram divulgadas no diário oficial do estado incluem oito candidatos para a área de administração finanças e controle interno seis para o setor de **tecnologia da informação** e outros seis para atuar na administração tributária.

E o cine Bahia oferece vagas de **trabalho** na região metropolitana de Salvador de acordo com a coordenadora do cine Bahia com a gene Santos os interessados devem preencher um formulário que está disponível nas redes sociais.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Nomeação, Tecnologia da informação | SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SineBahia, Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Saída da Ford deve causar queda de 2% da riqueza gerada na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ford anunciou fechamento das fábricas no país, incluindo a unidade de Camaçari / Foto: João Souza | Ag. A TARDE

O fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, deverá causar uma perda de 2% da riqueza gerada em toda a Bahia, embora o complexo industrial respondesse diretamente por 0,4% da riqueza no estado, conforme estudo da **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI), autarquia ligada à **Secretaria do Planejamento** (Seplan).

"Isso porque, embora o setor represente 0,4% do valor adicionado à **economia**, sua saída impacta em outros setores da **economia**, reduzindo o produto de segmentos que se relacionam direta ou indiretamente com o setor automotivo", explica Armando de Castro, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI.

No total, portanto, segundo a superintendência, o encerramento das atividades da Ford implica em uma redução de R\$ 5 bilhões no valor adicionado à **economia** baiana.

Além disso, o complexo da Ford respondeu, em 2019, por 4,5% das exportações baianas e foi responsável pela **arrecadação** de 3% do **ICMS** do Estado, aponta o estudo. O governador **Rui Costa** já havia informado que a **arrecadação** total gerada pela montadora caiu de R\$ R\$ 200 milhões, em 2018, para cerca de R\$ 100 milhões no ano passado.

Em Camaçari, o prejuízo anual com a perda do Imposto Sobre Serviços (ISS) será de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com a prefeitura.

Conforme cálculo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a Ford e sistemistas - fabricantes de peças e acessórios para veículos, tintas e vidro, por exemplo - empregavam pouco mais de 7,2 mil pessoas, das quais 4,9 mil somente na montadora. Na avaliação do diretor da SEI, porém, com o efeito multiplicador sobre a **economia**, podem ser atingidos até 60 mil empregos indiretos.

A cadeia automotiva também gerava uma massa salarial de R\$ 515 milhões, mais R\$ 333 milhões em encargos sociais, aponta a Fieb.

"O impacto do fechamento da Ford na Bahia, sem

dúvida, é muito grande. Trata-se do quinto maior setor industrial do estado, representando 5,4% do VTI [Valor de Transformação Industrial] da indústria de transformação do estado e 4,1% do emprego na indústria", diz Ricardo Kawabe, gerente de Estudos Técnicos da Fieb.

Apesar dos números expressivos, Castro destaca o declínio da indústria de veículos automotores, "um dos setores que mais influenciou o resultado negativo da indústria baiana em 2020". De acordo com o diretor da SEI, o segmento foi duramente atingido pela pandemia do novo coronavírus, com sua produção totalmente paralisada entre março e junho e retomada somente na segunda quinzena de junho.

"No período de janeiro a outubro de 2020, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção física recuou 45,1%, enquanto os emplacamentos de automóveis e comerciais leves recuaram 30,2%, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. Além da queda da demanda no mercado interno, provocada pela pandemia, a indústria automobilística reflete a queda das vendas externas, principalmente para a Argentina. A produção física do setor ainda se encontra 17,8% abaixo do nível alcançado em fevereiro deste ano", afirma Castro.

O governo do Estado criou um grupo de trabalho para tentar, a longo prazo, atrair outra montadora para a região. Além disso, anunciou a elaboração de um banco de dados para tentar realocar os trabalhadores da Ford em outras empresas.

Secretários municipais de Camaçari também estiveram reunidos na terça-feira (12) para discutir alternativas e apresentar uma pauta. Para o secretário de Governo,

José Gama Neves, será preciso adequar a legislação municipal em busca de novas empresas. 'Cabe à gestão apontar caminhos e saídas, além de ter o entendimento legal e jurídico para que possamos atingir esse objetivo', diz.

'Diante disso, a gestão precisa mostrar uma pauta concreta de enfrentamento, com estudo da legislação vigente no município para adaptação no sentido de viabilizar a manutenção das empresas, incentivar o crescimento delas e também a chegada de novos investimentos, seja no setor de turismo, indústria, comércio, entre outros, para que possam gerar uma contrapartida positiva e a população não sinta, de forma drástica, a presença da crise no município', acrescenta Neves.

Assuntos e Palavras-Chave: [SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia](#) | [SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia](#) | [SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa](#) | [SEPLAN - Secretaria do Planejamento - SEPLAN](#) | [SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS](#)

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/columnista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O descaso da Ford com a Bahia

A decisão da Ford de encerrar suas atividades no Brasil, e especialmente na Bahia, foi uma decisão empresarial e de caráter nacional, mas não poderia ter sido anunciada intempestivamente e sem negociação com o governo federal e estadual. Não se fecha uma fábrica que é o eixo de uma cadeia produtiva do dia pra noite e sem negociação, especialmente quando essa empresa já recebeu mais de R\$ 20 bilhões em incentivos fiscais, cerca de R\$ 1 bilhão em incentivos estaduais e tem empréstimos ativos no BNDES no montante de R\$ 355 milhões com o objetivo de desenvolver novos veículos. E, vale lembrar, a Ford acenava com fechamento das fábricas em São Paulo, mas jamais falou ou negociou com autoridades federais ou estaduais o encerramento das atividades em Camaçari, preferindo adotar a estratégia do "fato consuma-

do", sem se preocupar com os parceiros fornecedores, nem permitir qualquer tipo de negociação com os trabalhadores. Por isso, o anúncio da Ford deixou no ar um sentimento de descaso e desrespeito da empresa para com a Bahia. É preciso, portanto, que o governo estabeleça as sanções adequadas e impeça o desmonte da fábrica.

Dito isso, cabe lembrar que o fim da produção automobilística é ruim para a Bahia, especialmente para o setor industrial, mas não é o fim do mundo, a indústria baiana ainda representa 40% de toda indústria do Nordeste e seu Valor de Transformação Industrial é maior do que o dos estados de Pernambuco e Ceará somados. Mas não há dúvida de que o fechamento da Ford terá impacto negativo no setor industrial. A produção de automóveis representa cerca de 4% do PIB industrial

baiano, mas quando se agrega todos os demais segmentos dessa cadeia produtiva esse percentual se eleva. Isso significa que a fábrica da Ford não é apenas uma fábrica isolada, ela faz parte de uma cadeia interindustrial composta por empresas que foram criadas ou aqui se implantaram orbitando em torno da produção de automóveis e que inclui sistematistas e fornecedores de primeiro, segundo e terceiro nível que serão afetados di-

retamente e alguns podem simplesmente fechar. E isso vai agravar a perda de importância da indústria na matriz industrial da Bahia. Em 2009, o setor industrial era responsável por cerca de 29% do PIB baiano, hoje participa com algo como 23%. E a indústria de transformação, que já representou 15% do PIB, hoje participa com pouco mais de 10%. Por outro lado, a participação da indústria da Bahia no PIB da região Nordeste, que era de

45% em 2010, caiu para cerca de 40% em 2018, e o fim do complexo automobilístico também acelera essa perda, já que o estado de Pernambuco torna-se agora o polo produtor de automóveis da região, com a Fiat ampliando sua fábrica. Tudo isso demonstra a necessidade de repensar a política industrial baiana e seu papel no modelo de desenvolvimento. Por fim, vale destacar que o anúncio da Ford mostra o despreparo empresarial da empresa, que concentrou a produção em poucos produtos, fugiu do processo de fusões e aquisições e se posicionou mal no mercado. E cometeu outro erro ao encerrar intempestivamente as atividades em Camaçari, uma fábrica moderna e bem equipada e que pode ser atrativa para outras montadoras, inclusive as chinesas que estão ávidas pelo grande mercado brasileiro.

Ford: quem se interessa

A fábrica da Ford fica no maior mercado da América Latina e foi modelada para fabricar carros de passeio e veículos esportivos (SUV), por isso vai atrair investidores. Segundo a CNN Brasil Business, quatro marcas chinesas estariam interessadas em se instalar no espaço: a Great Wall Motors, a Changan Auto, a Gelly e a GAC capitaneadas pela CAO da empresária Carlos Alberto de Oliveira Andrade, que já comanda a fábrica de Chery em Goiás. E há outras montadoras interessadas, mas o governo não pode cair no canto de especuladores como a JAQ Motors e outros. É preciso evitar o desmonte da fábrica e sua transferência para a Argentina.

Ford deixou no ar um sentimento de descaso e desrespeito da empresa para com a Bahia

A fábrica da Ford não é apenas uma fábrica isolada, ela faz parte de uma cadeia interindustrial

INDÚSTRIA Perda estimada para o Estado é de 2% da riqueza gerada, conforme estudo da SEI, ligada à Seplan

Bahia perderá 5 bilhões com saída da Ford

RODRIGO AGUIAR

O fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, deverá causar uma perda de 2% da riqueza gerada em toda a Bahia, embora o complexo industrial responda-se diretamente por 0,4% da riqueza no estado, conforme estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia ligada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

"Isso porque, embora o setor represente 0,4% do valor adicionado à economia, sua saída impacta em outros setores da economia, reduzindo o produto de segmentos que se relacionam direta ou indiretamente com o setor automotivo", explica Armando de Castro, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI.

No total, portanto, segundo a superintendência, o encerramento das atividades da Ford implica em uma redução de R\$ 5 bilhões no valor adicionado à economia baiana.

Além disso, o complexo da Ford respondeu, em 2019, por 4,5% das exportações baianas e foi responsável pe-

A redução calculada é sobre o valor adicionado à economia baiana

O governo do Estado criou um grupo de trabalho para tentar atrair outra montadora

la arrecadação de 3% do ICMS do Estado, aponta o estudo. O governador Rui Costa já havia informado que a arrecadação total gerada pela montadora caiu de R\$ R\$ 200 milhões, em 2018, para cerca de R\$ 100 milhões no ano passado.

Em Camaçari, o prejuízo anual com a perda do Imposto Sobre Serviços (ISS) se-



Alberto Coutinho / GOVBA / 20.03.2017

Segundo a Fieb, cadeia automotiva gerava uma massa salarial de R\$ 515 milhões

rá de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com a prefeitura.

Empregos

Conforme cálculo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a Ford e sistematistas-fabricantes de peças e acessórios para veículos, tintas e vidro, por exemplo - em-

pregavam pouco mais de 7,2 mil pessoas, das quais 4,9 mil somente na montadora. Na avaliação do diretor da SEI, porém, com o efeito multiplicador sobre a economia, podem ser atingidos até 60 mil empregos indiretos.

A cadeia automotiva também gerava uma massa salarial de R\$ 515 milhões, mais

R\$ 333 milhões em encargos sociais, aponta a Fieb.

"O impacto do fechamento da Ford na Bahia, sem dúvida, é muito grande. Trata-se do quinto maior setor industrial do estado, representando 5,4% do VTI [Valor de Transformação Industrial] da indústria de transformação do estado e 4,1% do

emprego na indústria", diz Ricardo Kawabe, gerente de Estudos Técnicos da Fieb.

Apesar dos números expressivos, Castro destaca o declínio da indústria de veículos automotores, "um dos setores que mais influenciou o resultado negativo da indústria baiana em 2020".

De acordo com o diretor da SEI, o segmento foi duramente atingido pela pandemia do novo coronavírus, com sua produção totalmente paralisada entre março e junho e retomada somente na segunda quinzena de junho.

"Além da queda da demanda no mercado interno, provocada pela pandemia, a indústria automobilística reflete a queda das vendas externas, principalmente para a Argentina. A produção física do setor ainda se encontra 17,8% abaixo do nível alcançado em fevereiro deste ano", afirma Castro.

O governo do Estado criou um grupo de trabalho para tentar, a longo prazo, atrair outra montadora para a região. Além disso, anunciou a elaboração de um banco de dados para tentar realocar os trabalhadores da Ford em outras empresas.

PESQUISA DA CNI

Índice de confiança do empresário industrial recua em janeiro

AGÊNCIA BRASIL

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) teve um recuo de 2,2 pontos em janeiro de 2021, em relação a dezembro de 2020, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice ficou em 60,9 pontos em janeiro de 2021, ante 63,1 pontos em dezembro de 2020, numa escala que vai de 0 a 100. O índice está ainda 4,4 pontos abaixo do registrado em janeiro de 2020.

De acordo com a confederação, a queda mostra a elevada incerteza com relação à evolução da pandemia do novo coronavírus e ao desempenho da economia nos próximos seis meses. "Apesar da chegada da vacina, o crescimento do contágio nos países europeus e, sobretudo, no Brasil aumentou o temor da necessidade de novas medidas de isolamento social", diz o boletim da CNI.

O levantamento registrou queda nos dois indicadores

que compõem o Icei: o Índice de Condições Atuais e o Índice de Expectativas. A redução foi maior no Índice de Condições Atuais, que passou de 59,5 pontos para 56,7. Já o Índice de Expectativas caiu 1,9 ponto, de 64,9 para 63 pontos. "O indicador continua acima e distante da linha divisória dos 50 pontos", diz o boletim.

Para elaborar o índice, a CNI entrevistou 1.286 empresas, sendo 491 de pequeno porte, 505 de médio porte e 290 de grande porte.

IBGE

Setor de serviço sobe 2,6% em novembro, sexta alta seguida

AGÊNCIA BRASIL

O setor de serviços registrou alta de 2,6% em novembro de 2020. Foi o 6º mês consecutivo de crescimento. O desempenho é um dos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PMS mostrou também que de junho a novembro houve ganho acumulado de 19,2% ao setor. O avanço, no entanto, não foi suficiente

para compensar a perda de 19,6% registrada entre fevereiro e maio. Com isso, o volume de serviços no Brasil ainda está 14,1% abaixo do recorde histórico, de novembro de 2014 e 3,2% abaixo de fevereiro de 2020.

Segundo o IBGE, se comparado com novembro de 2019, houve queda de 4,8% no total do volume de serviços, o que leva à nona taxa negativa seguida no índice. Segundo o gerente da PMS, Rodrigo Lobo, em 2019 não havia o contexto

de pandemia e consequentes recomendações como o isolamento social e o teletrabalho. "Por isso, parte de uma base de comparação é mais elevada [em 2019]", afirmou.

Das nove taxas negativas, a de novembro é a segunda menos intensa, perdendo apenas para março (-2,8%), quando começaram as restrições de locomoção nas cidades.

Já no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2019, a retração ficou em 8,3%.

Mais*

Tombo milionário

Sem a Ford, R\$ 500 milhões deixarão de circular, por mês, na região metropolitana

Daniel Aloísio*

REPORTAGEM
daniel.santos@redetbahia.com.br

Não são apenas os funcionários da Ford que são impactados diretamente com a saída da montadora da Bahia. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, pelo menos R\$ 500 milhões deixarão de circular na economia baiana, todo mês, com o fechamento da empresa. Este montante - que leva em conta apenas os salários e benefícios pagos pela multinacional - em grande parte era injetado no comércio e no setor de serviços de vários municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que, certamente, irão sentir o tombo.

Segundo Júlio Bonfim, presidente do sindicato, só na Bahia 12 mil trabalhadores diretos serão demitidos e outros 60 mil indiretos serão afetados com o fechamento da fábrica. "Se formos levar em conta as outras unidades da montadora no país, o prejuízo é muito maior", afirmou. Segundo a Ford, o número de funcionários demitidos é menor do que o estipulado pelo sindicato: 5 mil empregos diretos.

Ontem pela manhã, os funcionários da montadora realizaram um novo protesto, desta vez no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Lá, políticos e líderes sindicais discursaram em cima de um minitúrio elétrico. Centenas de funcionários estavam presentes, a maioria usando a tradicional farda azul da empresa.

Depois, o grupo seguiu para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), onde se reuniu com o presidente da casa, o deputado Nelson Leal (PP). O encontro teve a participação de 14 pessoas, dentre eles os representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), os deputados estaduais Hilton Coelho (Psol) e Olivia Santana (PC do B) e o deputado federal Pastor Santiago Isidório (Avante).

No encontro, o grupo decli-

diu criar uma frente parlamentar para lutar pelos direitos dos trabalhadores e buscar estratégias para reduzir o impacto econômico da saída da empresa do estado.

No final da reunião, os líderes dos trabalhadores voltaram ao minitúrio. Em certo momento, o presidente do sindicato chorou ao falar sobre o fechamento da fábrica. "Eu esperava que meu filho estudasse, se formasse engenheiro e fosse trabalhar na Ford, uma das empresas que mais dava estabilidade ao trabalhador. É difícil que um funcionário não tenha chorado com toda essa situação", lamentou Bonfim.

DESEMPREGO

Segundo os resultados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o desemprego na Bahia atingiu 20,7% da população no terceiro trimestre de 2020. É a maior taxa trimestral de desocupação alcançada desde o começo da pesquisa. Segundo o IBGE, o impacto da saída da Ford no estado só será sentido nos índices do primeiro trimestre de 2021, o que será divulgado em maio.

Luiz Lobo, técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), afirmou que ainda não é possível, por uma questão metodológica, dimensionar o quanto pode aumentar o número de desempregados no estado. "Para o indivíduo ser classificado como desocupado ou desempregado, ele não deve somente estar sem trabalho, mas também ter tomado uma procedência efetiva para conseguir outro emprego. Possa ser que nem todos os desligados se encaixem nesse perfil. Além disso, outros novos postos de trabalho podem ser criados neste trimestre que diminuam o impacto das demissões", diz.

Anteontem, o governador Rui Costa (PT) anunciou que vai criar um banco de dados no Sinebahia para que as empresas possam contratar os funcionários demitidos da Ford. A decisão foi anunciada

SINDICATO AFIRMA QUE FECHAMENTO DE FÁBRICA DA FORD VAI IMPACTAR 72 MIL EMPREGOS NA BAHIA

14 empresas sistemistas fazem parte do Complexo Ford Nordeste. Essas empresas forneciam as peças para montagem dos veículos

5,5% é a participação do setor automotivo no valor da transformação industrial na Bahia, além de cerca de 4,1% do pessoal ocupado na indústria de transformação

2 modelos de veículos eram fabricados na unidade da Ford, no Polo Industrial de Camaçari: o Ka e o EcoSport



na primeira reunião realizada com o grupo de trabalho criado para tentar viabilizar a chegada de uma nova montadora no estado.

DIREITOS

Para os trabalhadores que não têm mais esperança de que a Ford reveja sua decisão de sair do Brasil, a expectativa do momento é conseguir um acordo de demissão coletiva que seja justo para os agora ex-funcionários. "A legislação trabalhista prevê o pagamento do FGTS mais multa de 40%, 13º proporcional, férias, direito ao seguro-desemprego e ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Tudo isso é garantia do trabalhador", diz o advogado e professor de Direito da Rede UnifTC, Sebastião Marques Neto.

Caso os direitos não sejam cumpridos, os funcionários poderão entrar com uma ação judicial no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA). A juíza Andrea Presas, auxiliar da Presidência do TRT-BA, explica que a reforma trabalhista de 2017 abriu margem para que demissões coletivas como essa feita pela Ford não sejam feitas pelo intermédio de negociações com o sindicato da categoria.

"Antes da reforma, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já havia firmado um entendimento de que quando estivesse diante de uma dispensa em massa, a empresa teria que negociar com os funcionários,



Parlamentares baianos e sindicalistas durante reunião na Assembleia Legislativa ontem

pois o impacto social dessa decisão é enorme. A reforma equipara as demissões coletivas com as individuais e agora você tem várias decisões judiciais em sentido diverso. Alguns juristas sustentam que permanece válida a tese do TST, que é acorte máxima. Outros dizem que não", afirma Andrea Presas.

A Ford marcou para segunda-feira a reunião com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Camaçari. Júlio

Impostos Inadimplência do IPVA no ano passado superou a faixa de R\$ 200 milhões

PÁG. 19

Investigação Traficante baiano levava vida de luxo no Ceará, onde foi preso ontem.

PÁG. 20



ARLSON MORENO

Trabalhadores voltaram a protestar ontem contra o fechamento da fábrica da Ford de Camaçari

🔴🔴 A frente parlamentar irá acompanhar de perto o que possa acontecer com os trabalhadores e sobretudo ver as ações que serão feitas para que uma nova empresa ocupe o lugar da Ford Nelson Leal

Deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa da Bahia



ARLSON MORENO

🔴🔴 Eu esperava que meu filho estudasse, se formasse engenheiro e fosse trabalhar na Ford. É difícil que um funcionário não tenha chorado com toda essa situação
Julio Bonfim

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari

🔴🔴 Vendemos os veículos da marca desde a década de 70 e pretendemos continuar com ela. Acredito que teremos um ajuste de mercado, talvez algumas redes optem por outras marcas
Luiz Pimenta

Diretor do Grupo Morena

Tem carro da Ford? Veja o que muda

Desde que anunciou o fim da produção de veículos no país, a Ford passou a enfatizar em todos os esclarecimentos ou materiais promocionais a seguinte frase: "A Ford estará ativamente presente no Brasil com sua rede de concessionários, oferecendo assistência total ao consumidor com operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia".

A preocupação da empresa é justamente a de mostrar para o consumidor que continuará operando no Brasil, apesar dos prejuízos econômicos provocados pela decisão de fechar as fábricas nas cidades de Taubaté (SP) e na baiana Camaçari, imediatamente, além de Horizonte (CE), até o final deste ano.

Analistas, no entanto, divergem quando o assunto é o impacto deste movimento para quem comprou ou pretende adquirir produtos da marca. O consultor automotivo Paulo Garbossa, da ADK Automotive, garante que o consumidor é a parte menos afetada nessa história. "Quem, realmente, perde com o fechamento das atividades nas fábricas da Ford é a economia do Brasil, principalmente, com a perda de milhares de empregos diretos e indiretos".

Raphael Galante, consultor da Oikonomia Consultoria Automotiva, diz que a desvalorização é uma consequência inevitável para quem aca-



NERA GENT

Montadora garante que oferecerá assistência total ao consumidor com operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia

bou de tirar um Ford zero da concessionária, mas ainda não se sabe quanto. "Quem comprou um carro Ford nos últimos 60 dias realmente viu seu produto desvalorizar. Quanto, ainda não sabemos. Por outro lado, se você pensar em uma pessoa que quer comprar um carro e quer aproveitar um bom desconto, essa é a hora", avisa.

O advogado Igor Marchetti, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), diz que todos os direitos dos motoristas que compraram carros da marca estão mantidos. "O fato de a fábrica não estar mais no país não limita os direitos do consumidor, existindo obrigação das concessionárias de fornecer as peças de reposição, bem como de garantir seus direitos caso eventuais problemas com os veículos surjam durante a utilização", garante.

CONCESSIONÁRIAS

De acordo com a montadora, a sua rede de concessionárias não deverá sofrer mudanças neste momento. A empresa afirma que even-

tuais alterações serão comunicadas com antecedência.

Para Luiz Pimenta, diretor do Grupo Morena, a mensagem da Ford precisa ser melhor compreendida. "Eles não estão saindo do Brasil, estão mudando a sua estratégia de atuação, mais focada em SUV's e picapes. Quanto à questão da importação dos produtos, todos os carros da marca, à exceção do EcoSport e o KA, já eram importados", pondera.

Pimenta destaca que o prejuízo do fechamento da fábrica para a Bahia como um todo de fato é grande, porém ele acredita que a situação não vai prejudicar quem compra os carros da Ford, ou mesmo a rede de concessionárias.

Segundo Pimenta a saída de linha do EcoSport e do Ka não deve ter impacto no preço do produto para o consumidor. "É uma situação parecida com a do Focus, em que o anúncio do fim da produção levou inclusive a um aumento na procura do consumidor pelo carro".

DONALDSON GOMES E AGÊNCIAS

DÚVIDAS DOS CONSUMIDORES

A Ford está saindo do Brasil?

Não, a empresa deixa de fabricar automóveis no país, mas estará atendendo o mercado nacional com SUVs, picapes e veículos comerciais importados.

Vou ficar sem assistência técnica e garantia?

A Ford estará presente no país com sua rede de concessionários e continuará oferecendo assistência total ao consumidor com operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia.

Meu carro pode desvalorizar porque a Ford está encerrando a produção do mesmo?

Como qualquer outro produto, com o passar do tempo, o valor do

carro tem uma tendência natural de desvalorização, o que é uma condição normal de mercado, válida para todas as marcas.

Meu concessionário Ford continuará me atendendo?

Neste momento, não há mudanças na rede de concessionárias. Segundo a empresa, ajustes futuros serão comunicados oportunamente.

Mesmo com o anúncio da parada de produção do Ka e do EcoSport, ainda será possível comprar estes veículos?

Sim, os concessionários da marca continuarão vendendo unidades remanescentes até o final dos seus estoques.

Haverá alguma mudança no serviço de assistência 24 horas da marca?

Não há nenhuma mudança na cobertura do serviço.

Como comprar peças ou serviços a partir de agora?

Não há motivo para preocupação, segun-

do a empresa. A Ford continuará ativamente presente no Brasil com sua rede de concessionários, oferecendo assistência total ao consumidor com operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia

Acabei de dar um sinal para comprar um veículo Ford, mas em função deste anúncio, desisti. Como faço para cancelar a compra?

Você deve dirigir-se ao concessionário onde a compra foi efetuada e solicitar o cancelamento da mesma de acordo com a regulamentação prevista no Código de Defesa do Consumidor.

Bonfim pretende conquistar uma indenização justa para a categoria, o que ainda será calculado. "Nós temos um acordo coletivo de estabilidade até 2024, que foi assinado em março de 2020 e alcança 8 mil trabalhadores diretos. Esse acordo vai ser o parâmetro para balizar a negociação de uma proposta digna aos trabalhadores, como uma indenização", afirmou. ***COM ORIENTAÇÃO DA SURBEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO**

Donaldson Gomes

EDITOR

@donaldsongomes

Ao contrário do que desejam os milhares de desempregados pelo fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, a solução para crise causada pela decisão da montadora norte-americana vai demorar de ser superada. Ainda que a notícia de que quatro montadoras chinesas estariam interessadas em assumir a operação divulgada pela rede de televisão CNN - dificilmente a operação da fábrica seria retomada ainda este ano. E muito provavelmente em um patamar bem distante da capacidade atual de produção de 250 mil veículos por ano.

"Num mundo ideal, a melhor solução seria encontrar um outro grande player disposto a ocupar o espaço", explica Vladson Menezes, diretor-executivo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Como ponto positivo para uma eventual solução neste sentido, ele destaca a modernidade da estrutura, com equipamentos de última geração e um sistema de produção integrado a um porto, que facilita tanto o escoamento dos produtos, quanto operações de importação e exportação.

Por outro lado, o momento do mercado automotivo no país indica dificuldades para o plano de fazer a maior fábrica de automóveis da América do Sul retomar suas atividades de produção, pondera Vladson Menezes. Ele calcula que mesmo com uma definição rápida, o mais provável é que a retomada do processo de produção dificilmente se dê ainda este ano. "Eu vejo uma situação muito difícil de se reverter em 2021 porque a nova empresa não vai chegar hoje e começar a operar amanhã", destaca.

"Quando houver uma manifestação clara de interesse ainda será necessário que aconteça um processo de negociação com a Ford pelos equipamentos e com os governos, em relação aos incentivos fiscais", calcula. Ele ainda acrescenta que existe a possibilidade de uma eventual empresa interessada ter planos de realizar uma operação menor que a tocada pela Ford até a última sexta-feira e, consequentemente, trazer menores impactos econômicos e gerar um número menor de empregos.

EMPRESAS INTERESSADAS?

A rede de televisão norte-americana CNN informou que existem quatro empresas chinesas interessadas em assumir a operação da Ford em Camaçari. Seriam elas: Great Wall Motors, Changan Auto, Gelly e GAC. O Grupo Caoa, do empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, estaria por trás para trazer alguma dessas marcas ao país, de acordo com informações publicadas pela emissora.

Futuro da fábrica ainda é incerto

Saída da Ford Busca por outra empresa para assumir complexo industrial deve ser longa



Fábrica da Ford em Camaçari foi inaugurada há 20 anos e é considerada uma das mais modernas do país

GIGANTE

250 MIL

veículos por ano era a capacidade de produção da fábrica mantida pela Ford em Camaçari

500 MI

de reais eram injetados na economia baiana todos os meses com os salários que eram pagos pela montadora

2,5 BI

de reais foram investidos pela Ford em Camaçari entre os anos de 2015 a 2019, segundo o governo

948 MI

de reais foram concedidos em incentivos fiscais, segundo o estado

Procurada, a Ford afirmou que facilitará "alternativas possíveis e razoáveis para partes interessadas adquirirem as instalações produtivas disponíveis". As montadoras chinesas não responderam os questionamentos da emissora sobre o assunto e o grupo Caoa afirmou que não iria comentar. Questionada, a assessoria do governo da Bahia informou que tomou conhecimento do suposto interesse das empresas chinesas através de notícias divulgadas pela mídia.

Na última terça-feira, o governo estadual realizou a primeira reunião de um grupo de trabalho criado para buscar soluções para o problema. A intenção é encontrar uma nova montadora para operar a fábrica em Camaçari.

"Esse grupo irá trabalhar para apresentar o que a Bahia tem a oferecer para esses investidores, que é uma belíssima estrutura, já que temos a maior planta industrial automotiva da América do Sul, estrutura portuária, o parque tecnológico do Senai Climatec Industrial, inclusive com campo de prova", destacou o governador Rui Costa.

Segundo ele, já foram enviados documentos para embaixadas de outros países, em busca de auxílio para encontrar uma empresa interessada em assumir a estrutura.

O governador também fez questão de reforçar que o estado vai dar todo o suporte necessário aos trabalhadores, inclusive com a elaboração de um banco de dados para servir de subsídio para em-

presas que possam vir a empregá-los. Além do governador Rui Costa e de trabalhadores da Ford, participaram representantes da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, da Casa Civil e das secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz), Desenvolvimento Econômico (SDE) e Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

"Nesse momento, toda ajuda é significativa e esse grupo já está discutindo como trazer uma nova empresa para ocupar o parque em Camaçari, um pálio que com certeza não deve ser desperdiçado", avaliou Júlio Bonfim, presidente do sindicato.

Vladson Menezes lembrou que a fábrica de protótipos do Climatec Park foi inaugurada em conjunto com a Ford e que o centro de pesquisas do Sistema Fieb deve ser o destino dos engenheiros que a Ford mantiver em seu centro de desenvolvimento na Bahia. Segundo ele, há um interesse por parte da Fieb em ampliar a parceria com a Ford na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos. "Depende apenas dos planos da empresa", diz.

O governo ainda está verificando a situação do terminal de uso privativo do estado, que está cedido à Ford em regime de comodato. Após o anúncio da empresa, o estado passou a avaliar os documentos relacionados à estrutura. Questionada sobre os planos para o porto, a Ford, por sua vez, informou não ter nada a comentar sobre o assunto.

ACM Neto defende 'ação dura' contra a montadora

Ex-prefeito de Salvador e presidente do DEM, ACM Neto defendeu, ontem, uma ação dura contra a Ford que decidiu fechar as fábricas no Brasil, uma delas em Camaçari na Bahia. "A Ford não pode sair da Bahia e do Brasil sem, no mínimo, passar por um constrangimento. Mostrando ao cidadão, que é consumidor, o desprestígio do país com a empresa. A Ford, na minha opinião, vai perder mercado no Brasil. Então esse constrangimento não pode deixar de existir", projetou.

O ex-prefeito de Salvador não quis entrar no debate sobre de quem era a culpa pelo fechamento da fábrica do governo federal ou estadual -, mas cobrou uma atitude do governador Rui Costa para evitar que o impacto seja ainda maior. "A Bahia não pode ver isso de braços cruzados. Temos que cobrar do governador uma ação para compensar o prejuízo econômico e, principalmente, os empregos. Seja através de uma nova indústria deste patamar ou seja criando uma política pública para ajudar os trabalhadores prejudicados", cobrou o ex-prefeito.

Ele disse que o fechamento da fábrica é mais um sintoma da perda de relevância econômica que a Bahia está tendo. "Não podemos fechar os olhos para isso. Quando a gente observa outros estados do país, e do próprio Nordeste, constatamos que eles cresceram em relação a nós, tendo um destaque no setor industrial", analisou.



A Ford não pode sair da Bahia e do Brasil sem, no mínimo, passar por um constrangimento ACM Neto

Ex-prefeito de Salvador e presidente do DEM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PEDE AO INEP PARA ADIAR PROVAS

ENEM NA BAHIA A Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) reiterou, por meio de ofício encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), o pedido de adiamento da aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujas provas iniciarão neste domingo (17).

O documento foi assinado pelo secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, e reforça o movimento

pelo adiamento da prova. “O pedido se baseia no direito à vida, visto como paradigma técnico para as operações que envolvem escolas, governos, famílias e formação de pessoas. Por isso mesmo, qualquer ato, evento ou episódio deve levar em conta esse direito essencial.”

Ainda no ofício, a SEC destacou que os protocolos enviados pelo Inep em comunicação referente à primeira solicitação, são necessários, mas insuficientes para as especificidades do caso.

Em entrevista à TV Bahia,

o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, afirmou ontem que a realização do exame implica em um risco que não deve ser corrido pelo governo e que a carta teve o objetivo de expressar a preocupação consensual dos secretários pelo fato de haver importantes assimetrias no comportamento da pandemia em todo país.

“Estados estão entrando em colapso, como o Amazonas. Isso vai fazer com que a realização do Enem propicie uma maior disseminação do vírus”, declarou.

MP solicita informações sobre preparação para aulas no estado em 2021

RETOMADA PRESENCIAL O Ministério Público da Bahia se reuniu ontem com representantes das secretarias estaduais de Educação (SEC) e de Saúde (Sesab) para acompanhar o andamento dos planos de ação sanitário e pedagógico destinados a organizar e preparar a retomada das aulas presenciais. O Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Coronavírus (GT Coronavírus) do MP encaminhou ofícios à SEC e à Sesab, solicitando o envio de informações que ficaram pendentes na apresentação dos planos realizada durante a reunião.

Segundo o GT, o direito à educação deve ser garantido, independentemente da decisão administrativa que for tomada quanto ao modo de realização das aulas, considerando-se também as condições dadas pelo quadro epidemiológico e as medidas de segurança sanitária adotadas.

Em caso de retomada das aulas presenciais, ainda que em formato híbrido, o GT solicitou à SEC a relação das escolas que já estejam fisicamente ajustadas para eventual retorno, discriminadas por município; o planejamento para atendimento dos alunos das unidades escolares que não foram ou possam ser adaptadas; e o cronograma de execução da preparação do retorno às aulas.

“ O direito à educação deve ser garantido, independentemente da decisão que for tomada quanto ao modo de realização das aulas Ministério Público da Bahia

Em nota divulgada em seu site

Das agênciasREPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O Ministério da Saúde avalia marcar o início da vacinação contra a covid-19 com um evento no Palácio do Planalto, na terça-feira, 19, com os governadores. A informação foi divulgada, ontem, pelos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A ideia é vacinar um idoso e um profissional de saúde para marcar o início da imunização no Brasil. A agenda, no entanto, ainda não foi confirmada.

De acordo com a Folha, a opção por fazer a cerimônia é avaliada pelo MS. Mas, pelo lado do Palácio do Planalto, ainda há dúvida sobre a realização do evento. Fontes do Planalto afirmaram que conselheiros do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) estimulam o chefe do executivo a capitanear o evento, mas esbarram no fato de que ele não quer tomar a vacina.

Ontem, o MS informou que a vacinação deverá começar simultaneamente em todos os estados do país. O secretário-executivo da pasta, Elcio Franco, afirmou que os imunizantes devem ser distribuídos assim que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária validar o uso emergencial.

A reunião da Anvisa que vai bater o martelo sobre os pedidos do Instituto Butantan, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o consórcio Astrazeneca/Oxford, ocorre no domingo, 17.

“É uma diretriz e nós iremos iniciar a vacinação simultaneamente nos 26 estados e no Distrito Federal. Então, não vai começar por um estado, ela começará em todos os estados ao mesmo tempo. Isso dentro de uma gestão tripartite, uma vez que quem executa a imunização é o município. É feita distribuição logística para os estados, secretarias estaduais de saúde, e destas para as secretarias municipais e para os postos de vacinação, até termos a capilaridade em nossos 38 mil postos de vacinação”, informou Franco.

O secretário acrescentou que todos os 5.570 municípios do país receberão doses

DIA D PODE SER NA TERÇA

Ministério da Saúde diz que imunização contra a covid-19 começará ao mesmo tempo nos estados

A Coronavac foi testada no Brasil, no Chile, China, Indonésia, onde a vacinação já começou, e na Turquia, que autorizou ontem uso de emergência

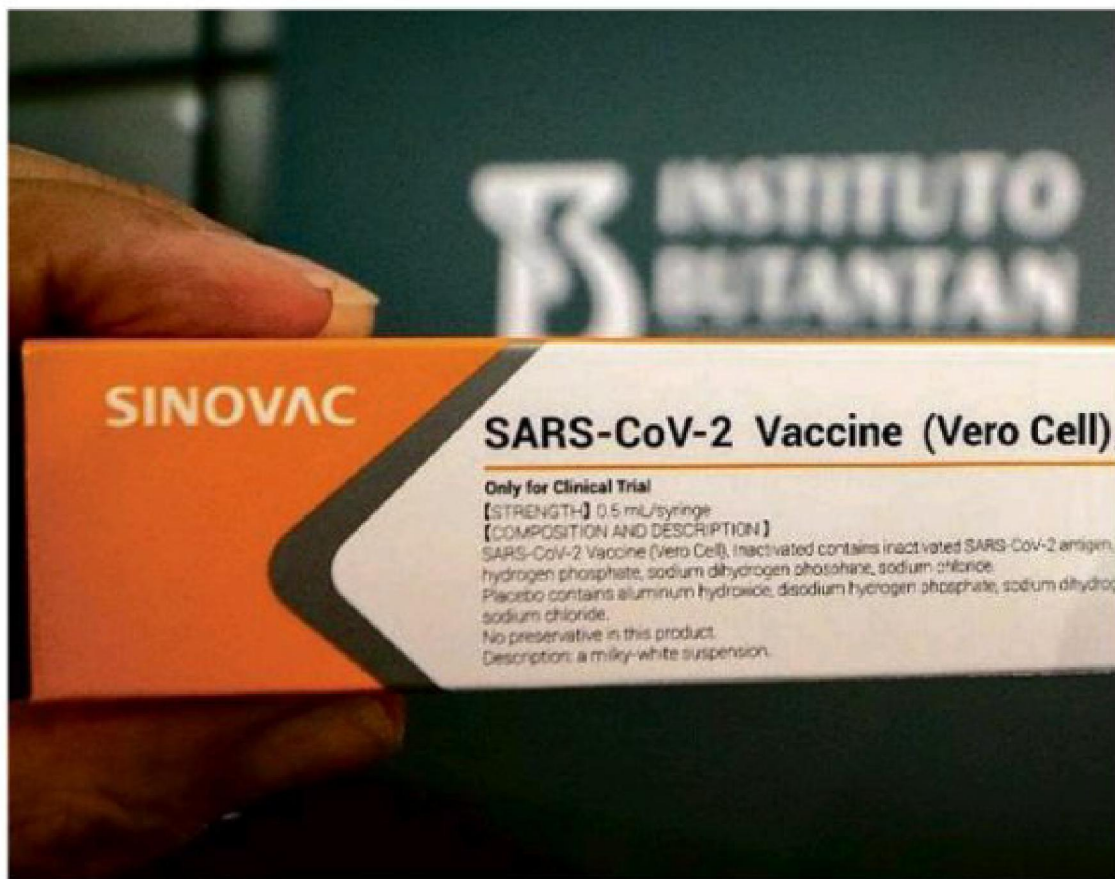
de vacina, começando pelas capitais.

As primeiras doses a serem distribuídas são de vacinas importadas: seis milhões da CoronaVac (Sinovac/Instituto Butantan) e dois milhões de doses da vacina da Astrazeneca/Oxford/Fiocruz. Nos próximos meses, por acordo de transferência de tecnologia, tanto a Fiocruz quanto o Instituto Butantan vão produzir doses da vacina em território nacional para dar continuidade ao plano de imunização.

VACINA VEM DA ÍNDIA

Uma missão coordenada pelo MS vai até a Índia para buscar dois milhões de doses da vacina de Oxford. O lote foi fabricado pelo laboratório indiano Serum. A missão sairá nesta quinta-feira, 14, em um avião que parte de Recife (PE) e fará uma viagem de 15 horas até a cidade indiana de Mumbai. A aeronave deve retornar ao Brasil no sábado (16), no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Segundo o Ministério da Saúde, os documentos de importação já estão prontos. O procedimento compreenderá apenas a chegada ao país e o carregamento das doses. A carga está estimada em 15 toneladas. A distribuição, no entanto, ainda estará condicionada ao resultado da reunião da Anvisa no domingo.



Governador Rui Costa ameaça ir ao STF para conseguir vacinas

O governador Rui Costa afirmou, ontem, que vai se reunir com o procurador-geral do Estado e que estuda a possibilidade de entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter autorização judicial para comprar a vacina contra a covid-19. Ele falou durante a cerimônia de posse do novo comandante-geral da Polícia Militar da Bahia.

“Não é possível, aceitável, tolerável, esse prolonga-

mento artificial que o governo federal e a Anvisa estão fazendo do início da vacinação no Brasil. Não podemos ser o último país do mundo a começar a vacinar. As pessoas estão morrendo”, afirmou Rui Costa.

O governador disse ainda que a Bahia tem um contato para comprar a vacina russa, Sputnik V. “Nesse protocolo, a gente tem lá garantida a compra antecipada, com fornecimento rápido. Nós já

As pessoas do governo federal precisam ter o mínimo de sensibilidade com a vida humana Rui Costa

Governador da Bahia, ao comentar a demora para o começo da vacinação no Brasil

exercemos esse direito, já mandei correspondência, e eles têm condições de entregar rapidamente a vacina aqui, numa quantidade que não é expressiva do ponto de vista da população em geral, mas é expressiva para o público alvo, especialmente saúde e segurança teria condição de começar a vacinar em uma semana, dez dias. Mas preciso, para efetivar a compra, de uma autorização da Anvisa”, explicou ele.

O secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, em entrevista à TV Bahia, afirmou que a Anvisa deveria agir mais rápido. “Toda pressão legal deve ser feita para acelerar o processo aprovatório. Estamos fazendo várias reuniões com Anvisa, Conass, e esse processo não tem avançado. Entendo que as regras atuais da Anvisa são mais morosas do que o adequado para o momento pandêmico”, disse Fábio.

●● Todo mundo deve estar focado em salvar vidas. Cada um no seu papel. Se o papel da pessoa é se prevenir para não ficar doente, tomar seus cuidados, manter o afastamento social, este é o papel dela. Temos que nos cuidar. Temos que seguir as orientações dos gestores. Não adianta lutar contra Eduardo Pazuello

Ministro da Saúde, sobre a necessidade dos brasileiros manterem os cuidados mesmo após a vacinação começar

●● O que eu apanhei por causa disso, agora estão vendo a verdade. Passei quatro meses apanhando por causa da vacina. Entre eu e a vacina tem a Anvisa. Eu não sou irresponsável, não estou a fim de agradar quem quer que seja. A vacina que passar pela Anvisa, seja qual for, passou por lá, já temos um crédito de R\$ 20 bilhões para comprar Jair Bolsonaro

Presidente da República, ironizando a vacina Coronavac, do Instituto Butantan e do laboratório Sinovac, para os TIs que aguardam todo dia de manhã na saída do Palácio do Planalto

Caso o órgão regulador autorize, a previsão do Ministério da Saúde é que em até cinco dias as vacinas sejam distribuídas aos estados.

CORRIDA POR SERINGAS

Élcio Franco também informou que o governo federal fez uma nova requisição administrativa de 45 milhões de seringas a empresas do setor, após uma reunião com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo).

Ontem, o Ministério da Saúde teria enviado um ofício ao Supremo Tribunal Federal afirmando que o governo não possui estoque disponível de seringas e agulhas para o começo da campanha de vacinação. Ainda segundo o ofício, ao menos oito estados estariam sem estoques para aplicar as doses iniciais, o Amazonas, onde a situação da covid-19 está crítica, com UTIs lotadas, seria um deles.

Na semana passada, após reunião do presidente Jair Bolsonaro com os três principais fabricantes do país, o governo já havia requisitado outros 30 milhões de seringas e agulhas.

PRESENTE IRONIZA CORONAVAC

Além da preocupação com o fato do presidente Bolsonaro não querer tomar vacina, outro problema preocupa os assessores do chefe do executivo nacional, o fato dele não parar de provocar o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) por conta da Coronavac.

Ontem, o presidente ironizou o índice global de eficácia do imunizante chinês, de 50,38%, o que está dentro dos padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da própria Anvisa: "Essa de 50% é uma boa", questionou Bolsonaro aos seus apoiadores reunidos no cercadinho do Palácio da Alvorada.

"O que eu apanhei por causa disso, agora estão vendo a verdade", completou o presidente, para logo depois emendar que caso a Anvisa dê o aval para a substância, que a Coronavac será comprada pelo governo federal.

DOSE E PROTEÇÃO MANTIDA

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, defendeu a importância de os brasileiros continuarem seguindo as recomendações das autoridades de saúde para combater o avanço da covid-19 mesmo depois que a vacinação começar. "Todo mundo deve estar focado em salvar vidas. Cada um no seu papel. Se o papel da pessoa é se prevenir para não ficar doente, tomar seus cuidados, manter o afastamento social, este é o papel dela", disse o ministro.

Também ontem, o secretário estadual da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, afirmou que mesmo que o início da vacinação se confirme ainda em janeiro, o país só deve observar uma redução expressiva na transmissão do novo coronavírus no final de 2021.

O secretário e Dimas Covas, diretor do Butantan, explicaram que o primeiro impacto da campanha de imunização em massa será a diminuição das mortes e das internações por conta da covid-19 a partir de abril.

"A vacina do Butantan tem grande efeito de diminuir o impacto na doença na sua apresentação moderada e grave e também no comprometimento do sistema de saúde", defendeu Gorinchteyn, que ressaltou a necessidade de seguir com as medidas de proteção.

MAIS NOTÍCIAS SOBRE VACINA

● **Eficácia Menor** O CEO da Sinovac, Yin Weidong, afirmou, ontem, que a baixa taxa de eficácia da Coronavac no Brasil se deu porque os testes foram realizados majoritariamente em "médicos e pessoas que atuam na área da saúde" que, segundo ele, fazem parte de um grupo de alto risco de ser contaminado pelo coronavírus. A taxa geral de eficácia da vacina no País é de 50,38%. O percentual é um pouco superior ao mínimo recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para imunizantes contra a covid-19, que é de 50%.

● **Atrasos x Economia** Os atrasos contínuos do Brasil na distribuição de uma vacina contra o coronavírus têm aumentado os riscos negativos para a recuperação econômica projetada para este ano, afirmou ontem a principal analista para o Brasil da agência de classificação de risco Moody's. As informações são da Reuters. Ainda segundo a agência de notícias, Samar Mazliah teria dito, em entrevista virtual, que a vacinação em todo o Brasil limitará o escopo de medidas adicionais de distanciamento social e o fechamento de negócios, apoiando a recuperação da economia do país.

● **Guerra de seringas** O governo do Espírito Santo pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que impeça o governo federal de requisitar os insumos - agulhas e seringas - comprados pelo estado para cumprir o plano local de vacinação contra a covid-19. As informações são da TV Globo. A ação foi apresentada pelo governo do Espírito Santo antontem e é relatada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que também analisa outros processos ligados à vacinação. Não há prazo para que o magistrado decida a ação do ES, no entanto, na última sexta-feira, 08, atendendo pedido semelhante de São Paulo, o ministro decidiu que o governo federal não pode requisitar o material comprado pelo governo paulista para a vacinação.

Salvador: locais de vacinação estão prontos

Os pontos de imunização que serão usados para a vacinação contra a covid-19 em Salvador já estão aptos a começar o processo, informou, ontem, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). As estruturas foram todas equipadas e preparadas e aguardam apenas a chegada das doses, o que ainda não tem data prevista.

Salvador terá 32 pontos de imunização, incluindo nove que vão operar em sistema drive-thru - ou seja, a cidade poderá ser vacinado sem sair do carro. A expectativa é que 15 mil pessoas sejam vacinadas por hora.

Os locais exatos ainda serão divulgados pela prefeitura, em breve. Por enquanto a gestão municipal está no aguardo da liberação das ampolas pelo governo federal, após liberação da Anvisa. O imunizante será adquirido pela União e distribuído aos estados e municípios.

O plano de vacinação de Salvador prevê ainda a disponibilização de 202 salas e 506 boxes para a aplicação das doses; além de equipes de saúde que realizarão o processo em instituições que abrigam idosos, hospitais, em residências com indivíduos que fazem parte do grupo de risco e encontram-se acamados, bem como na população de rua.

"Estamos preparados para iniciar a imunização em até 72 horas após a chegada das doses. A estrutura contempla todos os tipos de imunizantes que foram desenvolvidos até o momento, inclusive o da Pfizer, que requer acondicionamento em baixíssima temperatura. Também estamos mantendo contato com laboratórios", destacou o secretário municipal de Saúde, Leo Prates.

A vacinação em Salvador acontecerá de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Fundo russo e União Química pedirão uso emergencial da Sputnik V

A farmacêutica brasileira União Química e o Fundo de Investimento Direto Russo (RDIF, em inglês) fecharam acordo para o fornecimento de 10 milhões de doses da vacina contra a covid-19 Sputnik V, no primeiro trimestre de 2021, segundo anunciado ontem.

A previsão é começar as entregas de doses ainda em janeiro. A Bahia tem acordo prévio com os russos, segundo o governador Rui

Costa (leia na pág 22). Ainda esta semana, será pedida a autorização à Anvisa para uso emergencial da vacina.

A tecnologia do imunizante será transferida para o Brasil, por meio da União Química. A ideia é começar a produção no Brasil a partir de amanhã. Brasileiros que trabalham na embaixada do Brasil na Rússia já estão sendo vacinados, segundo o RDIF. A vacina russa recebeu autorização emergencial

A tecnologia para produção da vacina russa será transferida para o Brasil, diz laboratório

para aplicação em países como a Argentina, a Bolívia, Argélia, Sérvia e Palestina.

No Brasil, a Anvisa já analisa os pedidos de autorização para o uso emergencial das vacinas produzidas pela Universidade de Oxford com a farmacêutica AstraZeneca, que será importada da Índia, e da Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan, ligado à Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a farmacêutica Sinovac,

de origem chinesa.

Segundo o fundo russo, a eficácia da vacina Sputnik V é superior aos 90%, com proteção total contra os casos graves da infecção covid-19. Mais de 1,5 milhão de pessoas já receberam o imunizante, ainda segundo entidade da Rússia.

A temperatura para o armazenamento é compatível com um refrigerador convencional, o que facilitaria a manutenção.

Setor de serviços avança 2,6% em novembro

SEXTA ALTA O setor de serviços avançou 2,6% na passagem de outubro para novembro, o sexto mês consecutivo de alta. Todas as cinco atividades apuradas na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram crescimento, com destaque para os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que registrou alta de 2,4%, e serviços prestados às famílias, que avançou 8,2%.

Outro destaque foi a atividade de serviços profissionais, administrativos e complementares, com crescimento de 2,5%. Apesar do ganho acumulado de 19,2% nesse período, o resultado ainda é insuficiente para compensar as perdas entre os meses de fevereiro e maio do setor, que ainda se encontra 3,2%

19,2%
É o ganho acumulado entre junho e novembro do ano passado no setor de serviços. O recuo em 2020 é de 3,2%.

abaixo do patamar de fevereiro.

Na comparação com novembro de 2019, o total do volume de serviços recuou 4,8%, marcando a nona taxa negativa seguida nesse índice. Já no acumulado do ano, a queda é de 8,3% frente ao mesmo período de 2019. Esses são alguns dos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem.

De acordo com o gerente da PMS, Rodrigo Lobo, as atividades do setor de serviços que estão encontrando mais dificuldades são aquelas prestadas de forma presencial, por isso, o setor ainda não conseguiu recuperar as perdas. "Atividades como restaurantes, hotéis, serviços prestados à família de uma maneira geral e transporte de passageiros – seja o aéreo, o rodoviário ou o metroviário – até mostraram melhoras, mas a necessidade de isolamento social ainda

não permitiu o setor voltar ao patamar pré-crise".

Ainda em relação aos transportes, a atividade cresceu pelo sétimo mês seguido e acumula ganho de 26,7% entre maio e novembro, mas ainda precisa avançar 5,4% para atingir o nível de fevereiro último, mês que antecedeu a implementação das medidas sanitárias para conter a covid-19.

Já os serviços prestados às famílias têm alta de 98,8% nos últimos sete meses, mas ainda precisam crescer 34,2% para retornar ao patamar de fevereiro. Por último, os serviços profissionais, administrativos e complementares chegaram a um ganho de 9,5% no período de junho a novembro, após retração de 16,8% verificada entre fevereiro e maio. Apenas serviços de informação e comunicação (0,5%) e de outros serviços (0,5%) já superaram o nível de fevereiro.

GOLPES VIRTUAIS: AMEAÇAS AVANÇARAM 400%

ESTUDO O uso mais intenso da internet durante a quarentena fez disparar as tentativas de fraudes e golpes virtuais. Dados da Apura Cybersecurity Intelligence, especializada em segurança digital, apontam alta de 394% nas ameaças eletrônicas, na comparação com 2019. Um relatório da empresa sobre as ameaças detectadas no ano passado contabiliza vazamentos de 958 mil CPFs, 592 mil cartões internacionais, 262 mil cartões nacionais e 220 milhões de credenciais de acesso, como senhas.

DEMANDA BAIXA EMPACA NOTAS DE R\$ 200

LOBO-GUARÁ Com demanda abaixo do esperado, o Banco Central (BC) colocou em circulação apenas 12,7% do total de cédulas de R\$ 200 programadas para 2020. A autarquia adquiriu 57,3 milhões de unidades até segunda-feira. O montante equivale a R\$ 11,4 bilhões. No lançamento da cédula, em agosto, o BC havia anunciado a fabricação de 450 milhões de notas estampadas com o lobo-guará (R\$ 90 bilhões) no ano passado.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1901	R\$ 5,1106
Dólar Turismo	R\$ 5,3830	R\$ 5,4176
Euro Turismo	R\$ 6,2830	R\$ 6,6900

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	10193,38	-1,67%

POUPANÇA

14/01/2021	0,199%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.000,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,28%	4,92%	4,57%
NPIC/IBGE	1,483%	5,49%	5,49%
ISP-NU/FGV	1,98%	2,04%	2,04%

EM LEVE QUEDA

Dólar O dólar teve um pregão volátil ontem mas com oscilações mais contidas que nos últimos dias. Captações externas e aportes de estrangeiros na Bolsa ajudaram a retirar pressão do real, mas com a moeda americana se sustentando acima de R\$ 5,30. No fechamento, o dólar à vista terminou o dia em leve queda de 0,23%.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Vamos entender o que aconteceu nesta pandemia. As duas grandes e centenárias instituições de saúde pública, com as quais o Brasil sempre contou, fizeram de novo o seu papel. Foram atrás de vacinas, estabeleceram parcerias, negociaram contratos para trazer os imunizantes e, depois, produzir localmente dois produtos que nos ajudarão a salvar vidas. O país soube em momento extremo, uma vez mais, que pode contar com a Fundação Oswaldo Cruz e com o Instituto Butantan. Com o presidente da República, o Brasil não pode contar.

Nos últimos dias o governo de São Paulo errou na comunicação. Principalmente na semana passada, quando sobrou discurso político e faltou objetividade científica. Especialistas ouvidos pela coluna acham que eles acertaram na comunicação de terça-feira, quando informaram a taxa de eficácia global de 50,38%. Bolsonaro ironizou ontem o percentual, perguntando aos do mercado, na porta do Palácio: "Essa de 50% é uma boa?" Todos os cientistas e médicos ouvidos dizem que é, sim, uma boa. Se o percentual de eficácia fosse maior, seria melhor.

Uma fonte do governo, mas

Butantan e Fiocruz na luta real do país

que não vê o momento atual com olhos de torcida política, me disse o seguinte: "Os infectologistas avaliam que será uma vacina importante para prevenir formas graves da doença e impedir as mortes, o que já justifica. Seu papel na redução da transmissão da doença será menor, mas a vacina cumpriria um dos papéis esperados: reduzir muito as formas graves".

A epidemiologista e professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP, Maria Amélia Mascena Veras, disse que a CoronaVac e as outras vacinas desta pandemia não foram desenhadas para evitar a transmissão. Elas pretendem diminuir a carga da doença na população e reduzir os casos graves. E, se isso acontecer, já terão um efeito importante, inclusive de abrir espaço nos hos-

pitais para tratar outras doenças que não tenham a ver com a pandemia.

— A vantagem da CoronaVac é que é tecnologia conhecida, muito segura. Pode ser produzida no Brasil com custo baixo e imunizar muita gente. A segurança é importante, não ter efeitos colaterais graves. Toda a logística de implementação de uma vacina como essa facilita muito a vida. A vacina de Oxford tem os mesmos requisitos de vacinação. As duas atendem muito o contexto brasileiro. Que venha logo também a da AstraZeneca — disse.

O Butantan nos trouxe a CoronaVac. A Fiocruz, a Oxford-AstraZeneca. Os cientistas e servidores dos dois institutos passaram por terreno minado para trazer imunizantes. A Fiocruz nem importadora é,

mesmo assim, fez o acordo com o Instituto Serum, indiano, para comprar o primeiro lote de dois milhões de doses. O Butantan já colocou no país seis milhões de doses e está preparando outras quatro milhões. É o que se esperava dos institutos de pesquisa e é o que eles têm feito.

O governo de São Paulo usou um tom político na divulgação. Deveria abandonar isso. O momento é de sobriedade. O governo federal tem errado muito mais, porque o tom é dado pelo próprio presidente, que faz blague no meio da tragédia e alimenta a campanha antivacina. Bolsonaro torce contra a vacina.

Cientistas e médicos brasileiros criaram o Observatório Covid-19 BR. Uma iniciativa independente para ajudar o país a compreender esse emaranhado

de informação. Dele faz parte a médica Maria Amélia Veras. Dele faz parte José Cássio de Moraes, que é doutor em saúde pública pela USP e também é professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Perguntei a ele se a CoronaVac é boa:

— O desfecho que se quer para uma vacina, qualquer uma, é evitar casos graves e mortes. Nenhuma está neste momento tentando evitar a transmissão. O objetivo da vacina do sarampo é eliminar o sarampo, o objetivo da vacina da pólio é erradicar a pólio, o objetivo imediato de todos os desenvolvedores de vacina nesta pandemia foi reduzir a gravidade, diminuir o número de casos graves e dar uma folga à rede de saúde. A queda dos casos graves tem um efeito indireto nas transmissões, porque são os que têm mais carga viral. A CoronaVac não é tudo o que a gente desejaria, mas para o objetivo a que se propôs é boa.

Enquanto Bolsonaro brinca com assunto de extrema gravidade, os médicos trabalham, os cientistas pesquisam, nossos dois institutos de saúde pública buscam proteção para a vida dos brasileiros. É isso que está acontecendo no Brasil.

ECONOMIA

Sancionado projeto que facilita crédito novo

ESTADOS E MUNICÍPIOS O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o projeto de socorro a Estados e municípios. O texto reformula o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa voltado aos Estados superendividados, e ainda concede acesso a crédito àqueles com dívida baixa, mas severos problemas de caixa. O projeto ainda renegociou condições de débitos já acumulados por esses entes.

“Com a sanção presidencial, a concessão dos benefícios aos entes subnacionais nos contratos de refinanciamento com a União estará condicionada à adoção de contrapartidas destinadas à redução dos gastos públicos. O objetivo é assegurar a sustentabilidade econômico-financeira dos Estados e municípios, além de elevar a sua capacidade de

O texto reformula o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa voltado aos Estados superendividados

pagamento ao longo do tempo”, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Bolsonaro vetou parcialmente alguns artigos, mas os dispositivos exatos que foram alvo da ação não foram detalhados no comunicado do órgão.

Houve ainda dois vetos integrais. Um deles mirou o artigo que permitia aos Estados e municípios suspender pagamentos de dívidas com organismos multilaterais no ano de 2021 sem terem suas receitas, dadas como contragarantia, bloqueadas. A União ficaria incumbida de honrar o compromisso, enquanto os governos regionais renegociariam o débitos em condições mais amigáveis.

Segundo a Secretaria-Geral, o veto foi feito porque o artigo viola a Constituição, uma vez que os recursos para a suspensão das cobranças

não está previsto no Orçamento.

O novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), voltado para os Estados superendividados, amplia de seis para nove anos o prazo de duração do plano de reequilíbrio das contas, com alívio na cobrança de dívidas.

Para permanecer no regime, os Estados se comprometerão com medidas de ajuste que incluem: privatização ou desestatização de empresas e ativos, adoção de regras previdenciárias para servidores idênticas às vigentes na União, redução de ao menos 20% dos incentivos e benefícios fiscais em vigor (deve ser cumprida nos três primeiros anos do plano), revisão de benefícios concedidos para servidores estaduais e que não têm respaldo na legislação federal, instituição de teto de gastos corrigido pela inflação, entre outras.

Aumenta em 2020 o número de imóveis comerciais vagos

HOME OFFICE Com a pandemia de coronavírus, o número de imóveis comerciais vagos aumentou ao longo de 2020 nos maiores centros urbanos do país e a tendência permanece de alta, segundo levantamento da consultoria Buildings, que monitora o mercado imobiliário brasileiro.

A taxa de vacância, que calcula o percentual de imóveis vazios, que no 1º trimestre do ano passado (pré-pandemia) estava em 13,32% e em trajetória de queda na cidade de São Paulo, saltou para 17,29% no 4º trimestre - o maior patamar desde o 1º trimestre de 2019 (17,47%). O índice considera os prédios de escritórios de todos os tipos (classes A, B e C).

De acordo com Fernando Didizlakas, sócio-diretor da Buildings, o aumento do número de escritórios vagos é reflexo direto da crise trazida pela pandemia, que fez crescer o número de devoluções de áreas ocupadas e de rescisões de contratos de aluguel.

ALTA FAZ SIGNAL VAI CONTRATAR PESSOAL

DOWNLOADS O aplicativo de mensagens Signal teve um crescimento “sem precedentes” e pretende contratar mais funcionários para reforçar o serviço e a infraestrutura de suporte, disse o chefe da empresa ontem à agência Reuters. Do mesmo modo que o Telegram, o Signal tem visto o número de usuários crescer após o WhatsApp anunciar mudanças em seus termos de privacidade. A partir de 8 de fevereiro, o app vai compartilhar dados dos usuários com o Facebook.

FLUXO CAMBIAL TEVE ENTRADA US\$ 1,3 BI

ÚLTIMA SEMANA O fluxo de divisas estrangeiras para o Brasil encerrou a primeira semana de 2021 com entrada líquida de US\$ 1,309 bilhão, informou o Banco Central. Entre 4 e 9 de janeiro, ingressaram no país US\$ 1,256 bilhão na conta financeira e US\$ 53 milhões na conta comercial (exportações e importações). Ainda ontem, BC comunicou que teve perda de R\$ 13,559 bilhões nas operações de swaps em janeiro, até dia 8. Os swaps não visam gerar ganhos para o banco.

Tribuna

Fake news

O senador Jaques Wagner (PT) precisou ir às redes sociais para se manifestar a respeito de um vídeo antigo, de 2019, de uma reunião com Paulo Guedes para tratar sobre a Ford. "Circula nas redes um vídeo antigo, de março de 2019, no qual relato reunião com o ministro da Economia em que ele garantiu a continuidade dos subsídios federais para a Ford na Bahia até 2025", escreveu. Segundo o petista, "a situação hoje, quase 2 anos depois, é outra". "O cenário é de absoluto desamparo do setor industrial brasileiro e da total falta de providências do governo federal diante da fuga de empresas e da destruição do mercado interno. Nossa prioridade é estarmos juntos com o Governo da Bahia buscando soluções que garantam a manutenção dos empregos e para amparar os trabalhadores da Ford, uma vez que com o governo federal não dá pra contar", completou.



Jaques Wagner


Reunião

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal (PP), recebeu ontem dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, entre eles o presidente Júlio Bomfim, e comissão de operários da Ford para discutir o fechamento das fábricas da companhia, principalmente da planta de Camaçari, na Bahia. Acompanhado dos deputados estaduais Rosemberg Pinto (PT), Vitor Bomfim (PL), Olívia Santana (PCdoB), Hilton Coelho (PSOL), Jurailton Santos (Republicanos), José de Arimateia (Republicanos), Junior Muniz (PP), Zó (PCdoB), e do deputado federal Sargento Isidório (Avante), o chefe do Legislativo estadual disse que a notícia do fechamento da Ford é um "desastre sem proporções, ainda não dimensionadas".

Tribuna

Coluna

ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI

BENEFÍCIOS

A Ford recebeu nos últimos três anos, só na Bahia, mais de R\$ 900 milhões em benefícios fiscais. Foram R\$ 351 milhões, em 2018; R\$ 368 milhões, em 2019 e, no ano passado, R\$ 229 milhões. Sob a justificativa de "reestruturação na América do Sul", a multinacional encerrou a produção de veículos no Brasil e fechará três fábricas - de Camaçari (BA); de Taubaté, no interior de São Paulo, além da unidade da Troller em Horizonte, no Ceará.

Impacto

Conforme dados levantados pelo Governo da Bahia, a pedido da **Coluna**, R\$ 500 milhões em salários eram injetados mensalmente pela Ford. A empresa não solicitou nenhum novo incentivo ao Estado recentemente, informa o governo baiano.

Prejuízo

A Prefeitura de Camaçari concedeu à Ford, no ano passado, isenção de tributos municipais pelo prazo de cinco anos. Uma das contrapartidas durante o período, não cumprida pela empresa, seria investir na fábrica instalada no município. Só em ICMS, Camaçari terá um prejuízo de R\$ 80 milhões por ano devido ao fechamento da unidade.

Demitidos

O Governo da Bahia instituiu um grupo de trabalho para viabilizar a atração de uma nova montadora e elaborar um banco de dados para servir de subsídio para empresas que possam vir a empregar os trabalhadores demitidos pela Ford.

Má vontade

A Secretaria de Comunicação do governo do Maranhão recusou-se, ano passado, a responder demanda sobre publicidade em veículos de imprensa

locais. A **Coluna** recorreu à Lei de Acesso à Informação (LAI) e recebeu da assessoria uma desculpa pior ainda. De que a demanda era genérica e que envolveria inúmeros assessores para milhares de processos. Balela pura.

Favorito

Com a oficialização do apoio da bancada do Progressistas, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato de Davi Alcolumbre (DEM-AP), desponta como favorito para vencer a disputa à presidência do Senado.

Bloco

O bloco encabeçado pelo democrata já soma 38 senadores de oito partidos: PT, PP, PROS, DEM, PL, PSC, PSD, além do Republicanos. Para vencer a disputa, são necessários 41 votos - caso os 81 senadores estejam presentes na sessão de 1º de fevereiro.

Alternância

Desde a redemocratização, em 1985, apenas políticos do DEM e do MDB ocuparam a presidência do Senado. Além de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), está na disputa a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Tribuna

Ford vai investir US\$ 580 mi na Argentina

A empresa ressaltou que continuará “compromissada com a Argentina”, investindo em fabricação

JOÃO VITOR REVEDILHO -
BRASIL ECONÔMICO | 12/01/
2021 18:57

A Ford vai investir US\$ 580 milhões para fabricar a nova geração da Ranger na Usina de Pacheco, na Argentina em 2023. O anúncio foi feito pelo presidente do país latino-americano, Alberto Fernández, e confirmado pela montadora em comunicado emitido em dezembro de 2020. Em nota, a empresa norte-americana informou que irá reestruturar a unidade para a fabricação do modelo. A empresa ressaltou que continuará “compromissada com a Argentina”, investindo em fabricação de modelos e gerando empregos. “Este projeto reafirma o compromisso de longo prazo da Ford com a Argentina, inves-

tindo na fabricação de produtos globais de alto conteúdo local destinados principalmente ao mercado de exportação, criando empregos de qualidade e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade”, afirmou.

O investimento, que só deve ser aplicado em 2023, foi anunciado antes da decisão de encerrar o funcionamento de unidades no Brasil. A medida, divulgada nesta segunda-feira (12), deve afetar pelo menos 5 mil funcionários das fábricas de Taubaté (SP), Horizonte (CE) e Camaçari (BA). Em 2019, a Ford havia encerrado a produção de caminhões na unidade de São Bernardo do Campo (SP).

BENEFÍCIOS FISCAIS

A decisão da Ford de encerrar a produção de modelos no Brasil, gerou pro-



O INVESTIMENTO foi anunciado antes da decisão de encerrar o funcionamento no Brasil

testos e críticas à montadora pela altitude. Na manhã desta terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) minimizou a perda da montadora e afirmou que “negócio é negócio”. Bolsonaro acusou a empresa de querer “subsídios” para se manter no país. O economista José Rita Moreira, corrobora com a fala do presidente de que a montadora custou caro para os cofres públicos. Ele lembre que há empresas com filiais na Argentina que estão se transferindo para o Brasil.

“A Ford ganhou muito dinheiro com benefícios fiscais e chegou o momento em que se fechou a torneira. Isso acontece ao mesmo tempo que a empresa não tem boa aceitação no mercado e acabou conseguindo benefícios similares

na Argentina. No entanto, dá para equilibrar essa perda com as empresas que estão saindo da Argentina e vindo para o Brasil, como a Honda e a Loreal”, afirmou. No entanto, o especialista lembra da necessidade de melhorar a atratividade de multinacionais para o Brasil, desde que o país ganhe com isso, principalmente na geração de empregos.

“O governo poderia melhorar as medidas atrativas para manter as empresas no país, mas com retorno, como geração de empregos. Deve ser equilibrado. Deveria, por exemplo, beneficiar com redução de impostos por um determinado período, medidas tributárias, oferecer o pagamento de treinamento para funcionários das empresas, melhorar a malha viária na região da empresa. Incentivos justos”, completou.

Ford: por que a Argentina reteve a montadora

CAMILLA VERAS MOTA
DA BBC NEWS BRASIL
EM SÃO PAULO

A decisão da montadora Ford de ampliar suas operações na Argentina — e fechar todas as fábricas no Brasil após mais de 100 anos no país — não necessariamente reflete uma nova tendência.

Os dois países, aliás, enfrentam problemas semelhantes que diminuem sua atratividade aos investimentos estrangeiros.

A Argentina tem assistido à saída de diversas multinacionais de seu território: o grupo chileno de varejo Falabella, a rede de supermercados Walmart, as companhias aéreas Latam, Qatar, Emirates, Norwegian e Air New Zealand.

As francesas Pierre Fabre, farmacêutica, e Saint-Gobain, que produzia parabrisas no país, a americana Axalta e a alemã Basf, que se dedicavam à área de revestimento automotivo, também anunciaram que deixa-

riam a Argentina.

No Brasil, além da Ford, a farmacêutica Roche divulgou em 2019 que encerraria suas operações no país até 2024. No fim do ano passado, a Mercedes-Benz informou que sairia do país, assim como a Sony, que se desfez da fábrica na Zona Franca de Manaus, onde estava há quase 50 anos.

Ambos os países veem hoje suas respectivas economias bastante fragilizadas, e não apenas pelo impacto da pandemia de covid-19, que fez o mundo mergulhar em uma recessão no início do ano passado.

A economia argentina é bastante suscetível aos movimentos da moeda americana, mais do que a brasileira.

Com uma dívida externa significativa e um nível de reservas em dólar pequeno (hoje perto de US\$ 40 bilhões, contra US\$ 355 bilhões no Brasil), o país não consegue reagir a contento quando há uma saída massiva de capital estrangeiro.

Desde que assumiu, Alberto Fernández — um

político visto como da esquerda moderada dentro do peronismo — instituiu uma série de mecanismos de controle cambial para tentar brejar a saída de dólares.

Limitou a compra da moeda americana entre os argentinos, colocou restrições às importações e instituiu uma taxa de 35% sobre compras feitas no cartão de crédito em sites estrangeiros (como e-commerce e serviços de streaming).

“Controles estritos de capital em geral não são boas notícias para os investidores estrangeiros”, diz Nikhil Sanghani, economista para América Latina da consultoria Capital Economics. “Pode significar maior dificuldade para repatriar lucros”, exemplifica.

Por que então a Ford escolheu a Argentina?

A Ford anunciou a expansão da fábrica na Argentina que representará um investimento previsto de US\$ 580 milhões. A montadora americana dividiu sua produção entre Brasil e Argentina

conforme o porte dos veículos produzidos. Enquanto a operação brasileira fabricava veículos leves, a argentina estava encarregada de automóveis pesados, como a Ranger.

Nos últimos anos, entretanto, o ambiente competitivo no setor automotivo vem passando por transformações profundas, diz Flavio Padovan, ex-CEO da Jaguar Land Rover e ex-diretor de operações da Ford no Brasil e na América do Sul.

“Há grandes movimentos na busca por sustentabilidade, de um lado, e sobrevivência, de outro”, avalia ele, que hoje é sócio da MRD Consulting.

Há cada vez mais empresas de tecnologia engajadas em produzir soluções sustentáveis para o mercado dos projetos de automóveis do Google e da Amazon — e uma mudança significativa na forma como o consumidor enxerga o carro próprio, especialmente os mais jovens.

“Não existe mais aquele sentimento de posse. Hoje

as montadoras vendem cada vez mais para empresas (como locadoras de automóveis) do que para indivíduos.”

Nesse cenário, a Ford optou por focar em um nicho, o das picapes, em vez apostar no volume, em uma presença massiva no mercado. Como a Argentina já era referência na fabricação desses veículos, “foi natural” que ela mantivesse a operação, acrescenta Padovan.

Além da Ford, anunciaram recentemente novos investimentos na Argentina as montadoras japonesas Nissan (US\$ 130 milhões) e a Toyota (US\$ 50 milhões) — o que, para o economista argentino Martín Kalos, da EPyCA Consultores, reforça que o país não vive uma fuga de empresas estrangeiras, apesar de ter hoje um ambiente de negócios que, de maneira geral, desestimula o investimento produtivo.

Vale lembrar que Brasil e Argentina têm um acordo para o comércio de veículos e peças pelo qual para cada US\$ 1,5 exportado do Brasil para a Argentina, os ar-

gentinos podem enviar US\$ 1 aos brasileiros.

Em 2019, os dois países assinaram um acordo que prevê o livre-comércio de veículos e autopeças em 1º de julho de 2020.

Desde a criação do Mercosul, em 1990, o setor automotivo era um dos poucos que ficavam de fora do bloco e sempre teve um comércio administrado.

Apesar de que a ideia de deixar o país estivesse sendo amadurecida “há anos”, segundo Padovan — a fábrica em Camaçari, disse ele, era uma espécie de “projeto de salvação” para tentar manter a operação — o anúncio pegou os brasileiros de surpresa nesta segunda (11/01).

A estratégia de comunicação, para o consultor, “não foi a melhor”, e se assemelhou à utilizada em 2019 também pela Ford por ocasião do encerramento das operações da fábrica de caminhões em São Bernardo, quando nem os funcionários tinham ideia de que seriam demitidos.

Tribuna

Trabalhadores da Ford fazem protesto no CAB

YURI ABREU
REPÓRTER

Pelo segundo dia seguido após a decisão da Ford de encerrar as atividades no país, trabalhadores da planta de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, realizam um protesto contra a medida anunciada pela montadora norte-americana, na última segunda-feira. Ontem, os manifestantes se concentraram no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em frente à sede da Assembleia Legislativa (AL-BA).

O primeiro dos atos começou às 9h30, com uma série de discursos que ocorreram em cima de um mini trio elétrico, quando foi reforçada a defesa dos empregos dos mais de 12 mil funcionários, somente da unidade de Camaçari, mas que passaram a ficar sem trabalho, após a decisão da empresa. Além do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, participaram deputados estaduais e federais.

Durante a fala, Bonfim criticou a automotora pelo

fato de ela já estar, segundo ele, convocando trabalhadores para assinar o aviso prévio, sem que qualquer valor de rescisão dos contratos tivesse sido negociado. "Eu pedi ao gerente para suspender essa ação. Porém, a Ford está irredutível e percebemos que a situação se agrava a cada dia mais", afirmou o dirigente do Sindicato.

Em seguida, uma comitiva com parlamentares e membros da organização seguiu em direção à Assembleia Legislativa da Bahia, onde foram recebidos pelo deputado estadual, Nelson Leal, presidente da instituição. Em outro ponto da cidade, na Vila Militar dos Dendezeiros, o governador Rui Costa, que participou da passagem de comando da Polícia Militar, afirmou que a solução para o problema não virá rapidamente.

FECOMÉRCIO LAMENTA

Ainda em meio a repercussão pela notícia que pegou muita gente de surpresa, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia

(Fecomércio-BA) lamentou a decisão da Ford de encerrar as atividades na Bahia e ressaltou que o impacto pela saída da Ford é muito maior do que as pessoas podem imaginar. Do ponto de vista econômico, são atualmente pouco mais de mil trabalhadores formais na indústria de peças e acessórios.

"Sem falar nas indústrias de pneus, tecidos para estofados, entre outros produtos que compõem os veículos e que serão forçados a reduzir a produção ou até mesmo ter a decisão pelo fechamento, caso seja totalmente vinculada a cadeia da Ford", avalia Guilherme Dietze, economista da entidade.

Para Carlos Andrade, presidente da Federação baiana, a saída da Ford do Brasil – vai permanecer na Argentina e no Uruguai – chama a atenção para uma reflexão no país.

"Que há a necessidade imediata da revisão da carga tributária excessiva, além de uma maior segurança jurídica e econômica, para que o Brasil não perca mais investimentos, e consiga por outro lado atrair mais recursos para geração de

emprego e renda, o chamado 'Custo Brasil'", apontou.

Apesar disso, o executivo ressaltou que a Fecomércio-BA confia no Governo do Estado e na Entidade parceira, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), que consigam reverter a situação e devido aos incentivos dados ao longo da trajetória da empresa na Bahia. Andrade avaliou ainda que a Bahia é grande e forte, importante estado para a economia nacional e com potencial. "No entanto, no curto prazo a situação requer cuidado com os profissionais que deixarão o seu emprego e perderão uma parcela da renda", alertou.

MPF APURA

No início da tarde de ontem, o Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, anunciou que abriu um procedimento administrativo para acompanhar os impactos socioeconômicos e concorrenciais do fechamento de fábricas de automóveis no país. A ação foi instaurada pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do ór-

gão federal (3CCR/MPF). O objetivo com a medida é o de coletar, sistematizar e tratar dados ou informações técnico-jurídicas voltadas a subsidiar eventuais medidas no âmbito do Ministério.

Na avaliação do coordenador da 3CCR, supbrocurador-geral da República Luiz Augusto Santos, o fim das atividades de fabricação de veículos no Brasil pode gerar prejuízos ao setor industrial, com impactos "capazes de provocar a redução dos níveis de renda e emprego nacionais, afetando negativamente a economia, além da potencial repercussão no nível concorrencial do mercado de veículos".

MPT FAZ REUNIÃO HOJE

Nesta quinta-feira, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério da Economia realizam audiência com a Ford nesta para discutir impactos trabalhistas com o fim das atividades da montadora no país. O evento vai ocorrer de forma virtual, a partir das 9h30. Na última terça-feira, representantes da Ford já se reuniram

por videoconferência com a presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi.

Segundo comunicado da Corte, o diretor jurídico da Ford, Luís Cláudio Casanova, disse que a decisão de reestruturação da empresa, na América Latina, foi tomada diante de prejuízos obtidos anualmente, amplificadas durante a pandemia da covid-19. O advogado enfatizou que a empresa sempre valorizou a negociação coletiva e buscou manter uma postura de composição e de apoio aos parceiros, uma vez que parte da produção seguirá ocorrendo até o último trimestre do ano, e outras atividades continuarão sendo realizadas no Brasil.

Já a audiência de hoje terá a participação do procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro, do titular da Coordenação Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis) do MPT, Ronaldo Lima dos Santos, e do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco Leal.

Tribuna

Obra do Porto Sul incrementa economia no sul da Bahia

O início da implantação do Porto Sul com a instalação do canteiro de obras e a construção da ponte sobre o Rio Almada, que dará acesso à retro área de armazenagem de minérios, está impulsionando o surgimento de novos negócios em localidades próximas ao empreendimento, no Litoral Norte de Ilhéus. São lojas de materiais de construção, mercados, padarias, restaurantes e outras, que estão sendo abertos e ampliados, além do aquecimento do setor imobiliário.

Proprietário de uma loja de materiais para construção na Vila Juerana, Wellington Araújo é um exemplo desse otimismo. Após o início das obras, ele começou a ampliar e modernizar a empresa e já contratou 15 novos funcionários. "Tem muita gente chegando de

olho nas novas oportunidades, casas sendo alugadas, restaurantes abertos, enfim, há um clima de otimismo, porque não vamos depender somente do movimento do verão e dos feriados. Estou muito otimista e sei que o Porto Sul vai impactar", afirma.

Também proprietária de uma loja de materiais de construção, Nilza Barbosa destaca que "já sentimos uma melhora no movimento, com muita gente construindo ou reformando residências, tanto que planejo ampliar a empresa este ano".

Já Diego Souza Santos, que teve que encerrar as atividades de uma escola infantil no bairro Malhado por conta da pandemia da Covid 19, enxergou uma nova oportunidade e abriu um mercadinho às margens da Rodovia Ilhéus-Itacaré.

Bahia tem safra recorde de 10 milhões de toneladas de grãos

O décimo segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), relativo a dezembro do ano passado, confirmou a produção baiana de 10 milhões de toneladas (ton.) de cereais, oleaginosas e leguminosas em 2020, o que representou uma expansão de 21,5% na comparação com 2019. O LSPA, divulgado nesta quarta-feira (13), é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizado e analisado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à

Secretaria do Planejamento (Seplan). As áreas plantada e colhida ficaram projetadas em 3,1 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma ligeira retração de 0,4% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média dos grãos estimada é de 3,2 ton./ha, cerca de 21,9% superior à do ano passado. "Este foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa, mesmo num ano marcado pela pandemia do Coronavírus, com destaque para a soja, milho, cana-de-açúcar, cacau e café.

Saída da Ford deve causar queda de 2% da riqueza gerada na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ford anunciou fechamento das fábricas no país, incluindo a unidade de Camaçari / Foto: João Souza | Ag. A TARDE

O fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, deverá causar uma perda de 2% da riqueza gerada em toda a Bahia, embora o complexo industrial respondesse diretamente por 0,4% da riqueza no estado, conforme estudo da **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI), autarquia ligada à **Secretaria do Planejamento** (Seplan).

"Isso porque, embora o setor represente 0,4% do valor adicionado à **economia**, sua saída impacta em outros setores da **economia**, reduzindo o produto de segmentos que se relacionam direta ou indiretamente com o setor automotivo", explica Armando de Castro, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI.

No total, portanto, segundo a superintendência, o encerramento das atividades da Ford implica em uma redução de R\$ 5 bilhões no valor adicionado à **economia** baiana.

Além disso, o complexo da Ford respondeu, em 2019, por 4,5% das exportações baianas e foi responsável pela **arrecadação** de 3% do **ICMS** do Estado, aponta o estudo. O governador **Rui Costa** já havia informado que a **arrecadação** total gerada pela montadora caiu de R\$ R\$ 200 milhões, em 2018, para cerca de R\$ 100 milhões no ano passado.

Em Camaçari, o prejuízo anual com a perda do Imposto Sobre Serviços (ISS) será de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com a prefeitura.

Conforme cálculo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a Ford e sistemistas - fabricantes de peças e acessórios para veículos, tintas e vidro, por exemplo - empregavam pouco mais de 7,2 mil pessoas, das quais 4,9 mil somente na montadora. Na avaliação do diretor da SEI, porém, com o efeito multiplicador sobre a **economia**, podem ser atingidos até 60 mil empregos indiretos.

A cadeia automotiva também gerava uma massa salarial de R\$ 515 milhões, mais R\$ 333 milhões em encargos sociais, aponta a Fieb.

"O impacto do fechamento da Ford na Bahia, sem

dúvida, é muito grande. Trata-se do quinto maior setor industrial do estado, representando 5,4% do VTI [Valor de Transformação Industrial] da indústria de transformação do estado e 4,1% do emprego na indústria", diz Ricardo Kawabe, gerente de Estudos Técnicos da Fieb.

Apesar dos números expressivos, Castro destaca o declínio da indústria de veículos automotores, "um dos setores que mais influenciou o resultado negativo da indústria baiana em 2020". De acordo com o diretor da SEI, o segmento foi duramente atingido pela pandemia do novo coronavírus, com sua produção totalmente paralisada entre março e junho e retomada somente na segunda quinzena de junho.

"No período de janeiro a outubro de 2020, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção física recuou 45,1%, enquanto os emplacamentos de automóveis e comerciais leves recuaram 30,2%, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. Além da queda da demanda no mercado interno, provocada pela pandemia, a indústria automobilística reflete a queda das vendas externas, principalmente para a Argentina. A produção física do setor ainda se encontra 17,8% abaixo do nível alcançado em fevereiro deste ano", afirma Castro.

O governo do Estado criou um grupo de trabalho para tentar, a longo prazo, atrair outra montadora para a região. Além disso, anunciou a elaboração de um banco de dados para tentar realocar os trabalhadores da Ford em outras empresas.

Secretários municipais de Camaçari também estiveram reunidos na terça-feira (12) para discutir alternativas e apresentar uma pauta. Para o secretário de Governo,

José Gama Neves, será preciso adequar a legislação municipal em busca de novas empresas. 'Cabe à gestão apontar caminhos e saídas, além de ter o entendimento legal e jurídico para que possamos atingir esse objetivo', diz.

'Diante disso, a gestão precisa mostrar uma pauta concreta de enfrentamento, com estudo da legislação vigente no município para adaptação no sentido de viabilizar a manutenção das empresas, incentivar o crescimento delas e também a chegada de novos investimentos, seja no setor de turismo, indústria, comércio, entre outros, para que possam gerar uma contrapartida positiva e a população não sinta, de forma drástica, a presença da crise no município', acrescenta Neves.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - SEPLAN | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Bahia perderá 5 bilhões de reais sem a Ford



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

setores da **economia**, redu

zindo o produto de segmentos que se relacionam direta ou indiretamente com o setor automotivo', explica Armando de Castro, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI.

O fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, deverá causar uma perda de 2% da riqueza gerada em toda a Bahia, embora o complexo industrial respondesse diretamente por 0,4% da riqueza no estado, conforme estudo da Superintendência de Estu

No total, portanto, segundo a superintendência, o encerramento das atividades da Ford implica em uma redução de R\$ 5 bilhões no va

dos Econômicos e Sociais da Bahia (SED), autarquia ligada à **Secretaria do Planejamento** (Seplan).

lor adicionado à **economia** baiana. Além disso, o complexo da Ford na cidade de Camaçari respondeu, no ano de 2019, por 4,5% das exportações baianas e foi responsável pela **arrecadação** de 3% do **ICMS** do Estado, aponta o estudo.

'Tisso porque, embora o setor represente 0,4% do valor adicionado à **economia**, sua saída impacta em outros

O governador **Rui Costa** já havia informado que a **arrecadação** total gerada pela montadora caiu de R\$

R\$ 200 milhões, em 2018, para cerca de R\$ 100 milhões em 2020.

Em Camaçari, o prejuízo anual com a perda do Imposto Sobre Serviços (ISS) será de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com a prefeitura. Conforme cálculo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a Ford e sistemistas - fabricantes de peças e acessórios para veículos, tintas e vi

dro, por exemplo empregavam pouco mais de 7, 2 mil pessoas, das quais 4, 9 mil somente na montadora.

Na avaliação do diretor da SEI, porém, com o efeito multiplicador sobre a **economia**, podem ser atingidos até 60 mil empregos indiretos.

Mais prejuízo

A Cadeia automotiva gerava Uma massa salarial de R\$ 515 milhões, mais R\$ 333 milhões em encargos sociais, aponta a Fieb. 'O impacto do fechamento da Ford na Bahia, sem dúvida, é muito grande. Trata-se do quinto maior setor industrial do estado, representando 5, 4% do VTI [Valor de Transformação Industrial] da indústria de transformação do estado e 4, 1% do emprego na indústria", diz Ricardo Kawabe, gerente de Estudos Técnicos da Fieb. Apesar dos números expressivos, Armado de Castro, diretor da SEI, destaca o declínio da indústria de veículos automotores, "um dos setores que mais influenciou o resultado negativo da indústria baiana em 2020",

Setor muito afetado com a pandemia

Segundo Armado de Castro, diretor da SEI, o segmento foi duramente atingido pela pandemia, com sua produção totalmente paralisada entre março e junho e retomada na segunda quinzena de junho. 'Além da queda da demanda no mercado interno, provocada pela pandemia, a indústria automobilística reflete a queda das vendas externas, principalmente para a Argentina. A produção física do setor ainda se encontra 17, 8% abaixo do nível alcançado em fevereiro', diz Castro. O governo do Estado criou um grupo de trabalho para tentar atrair outra montadora para a região. Além disso, anunciou a elaboração de um banco de dados para tentar realocar os trabalhadores da Ford em outras

empresas.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - SEPLAN | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

mercado

Lojas de veículos ameaçam ir à Justiça contra alta do ICMS

Revendedores de usados são os mais revoltados; imposto sobe nesta sexta

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Entidades ligadas à distribuição de veículos entraram na guerra contra o aumento do ICMS no estado de São Paulo. Nesta quarta-feira (13), os representantes do setor confirmaram que podem judicializar a questão e afirmaram que os reajustes no tributo irão gerar desemprego, evasão fiscal e fechamento de lojas.

Em reunião marcada para esta quinta (14) com a Secretaria da Fazenda, os empresários tentam pela última vez modificar as novas regras antes que entrem em vigor.

“Os mais de 1,7oo concessionários de São Paulo investem maciçamente no estado, esperamos, no mínimo, estabelecer um diálogo técnico”, disse Alarico Assumpção Jr., presidente da Fenabrave (entidade que representa os distribuidores de veículos).

“Ninguém preocupamos mais com o fim do mundo, mas com o fim do mês”.

“A Fenabrave irá percorrer todo o caminho dentro da legalidade, inclusive com a judicialização da questão. Estamos prontos para o diálogo, que, infelizmente, ainda não ocorreu”, diz o executivo, que afirma também que o aumento do ICMS pode gerar migração de compra para outros estados.

Os revendedores de veículos usados são os mais revoltados: a partir desta sexta (15), a alíquota passa de 1,8% para 5,5% e depois cai para 3,9% em abril. No ano passado, eles esperavam o retorno aos 0,9% cobrados entre 1993 e 2017.

Ilídio dos Santos, presidente da Fenauto (entidade que reúne associações de revendedores de veículos), diz que houve conversas com a Secretaria de Fazenda no início de 2020, e a proposta era a redução da alíquota.

Com a Covid-19, as negociações foram adiantadas até o tema voltar à pauta em outu-



Protesto de lojistas de carros usados contra alta no ICMS. Deney Cassare - 11.jan.21/Código 19/Agência O Globo

bro, quando o governador João Dória anunciou o pacote fiscal para reduzir o rombo estimado em R\$ 10,4 bilhões na arrecadação causada pela pandemia.

Declarações do governador João Dória (PSDB) sobre os benefícios tributários concedidos ao setor automotivo em São Paulo ao longo dos anos deixaram o clima mais pesado. “Todos os benefícios foram para o desenvolvimento da indústria, houve guerra fiscal entre os estados, mas não houve renúncia fiscal por parte dos distribuidores”, afirma Marcelo Franciulli, diretor executivo da Fenabrave (entidade que reúne os distribuidores de veículos).

Franciulli diz que, em 1993, o governo de São Paulo revisou a base de cálculo do ICMS de veículos usados para ajustar a carga tributária à margem de lucro dos lojistas. Houve uma redução de 95% na alíquota, que levou aos 0,9% praticados até 2017. “Nós entendemos que não é benefício fiscal, mas, sim, o pagamento de

uma carga fiscal justa”.

Para Álvaro Faria, presidente do Sincovid-SP (sindicato dos concessionários de veículos), o aumento do imposto é um estímulo à informalidade, o que leva à evasão fiscal. “Todos os benefícios foram para o consumidor”.

Ao burlar o fisco e vender um carro como se fosse uma transação entre pessoas físicas, o comprador fica sem ter como provar que o automóvel tem a garantia de três meses prevista no Código de Defesa do Consumidor.

O setor das duas rodas também questiona o reajuste. Marcos Fermanian, presidente da Abracico (associação que reúne fabricantes de motocicletas), afirma que será necessário repassar o reajuste para os preços.

“Cerca de 80% do que produzimos são motos de baixa cilindrada, os compradores têm renda média de R\$ 2.100 e serão os mais punidos. Não se sabe se esses consumidores terão condições de arcar com os preços”, diz Fermanian.

Para Marcel Solimeo, economista-chefe da MCSP (Associação Comercial de São Paulo), Dória faz o Executivo atuar como um poder absoluto, o que teria sido demonstrado pela Assembleia Legislativa ao aprovar, em outubro, o pacote de ajuste fiscal.

É com esses ânimos exaltados que os representantes da distribuição se sentarão à mesa nesta quinta, e terão o apoio da Anavea (associação das montadoras). Os carros zero-quilômetro também passarão por reajuste do ICMS. No caso dos modelos novos, a alíquota passará de 12% para 13,3% na sexta e sofrerá novo reajuste em abril, para 14,5%.

“Não é o momento de aumentar carga tributária, vai contra o princípio da reforma. Esperamos que revejam isso, pois vai criar mais confusão, vai travar o mercado de usados”, diz Luiz Carlos Moraes, presidente da Anavea. “O governo quer melhorar a arrecadação? Então reduza seus custos, como as empresas têm feito”.

Governo paulista afirma que está aberto ao diálogo

OUTRO LADO

Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento afirmou que a reunião desta quarta comprova que o governo paulista está aberto ao diálogo.

“A redução significativa da arrecadação é a consequente queda na arrecadação de estados, União e municípios, em razão da pandemia, levaram o governo de São Paulo a promover a redução linear de 20% nos benefícios fiscais que são concedidos a diversos setores. Ou seja: 80% do benefício concedido serão preservados”, afirmou pasta.

A secretaria ainda afirmou que o objetivo do ajuste fiscal é levantar R\$ 7 bilhões em recursos para fazer frente às perdas causadas pela pandemia e manter as obrigações em áreas como saúde, educação e segurança pública.

Carros zero, que pagavam 12% de ICMS, passarão a pagar 13,3% a partir de 15 de janeiro e 14,5% a partir de abril. Já os usados, que tinham carga tributária de 1,8%, pagarão 5,5% a partir de 15 de janeiro e 3,9% a partir de abril.

dezembro decreto que regulamenta as novas regras aprovadas pelo Legislativo paulista com objetivo de combater fraudes nas isenções para veículos modelo PCD (para pessoas com deficiência).

Pelas novas regras, têm direito ao benefício apenas condutores com deficiência física severa ou profunda. Para o Ministério Público, essa regulamentação cria “categorias” de pessoas com deficiência, acentuando desigualdades.

Segundo o governo paulista, a isenção do imposto abarca 33 mil veículos adaptados e mais 20 mil veículos para não condutores (aqueles que não podem dirigir por causa da deficiência, mas possuem carro guiado por outra pessoa).

Esses 65 mil veículos representam cerca de 20% dos 330 mil que tiveram o benefício em 2020. As isenções foram reduzidas de R\$ 686 milhões no ano passado para uma estimativa de R\$ 150 milhões a 170 milhões em 2021.

Conforme mostrou a Folha em novembro, o governo paulista está alterando a legislação que regula a isenção de impostos sobre veículos para pessoas com deficiência para fraudes e limitar um benefício fiscal que atingiu valores bilionários nos últimos anos.

Segundo dados da Anavea (associação das montadoras), veículos PCD responderam por 13,1% dos licenciamentos de janeiro a agosto de 2020 (144 mil veículos) em todo o Brasil.

Em nota, o governo de São Paulo afirmou que fez mudanças no sistema para garantir o direito a quem realmente precisa e combater fraudes.

“As pessoas com deficiência física severa ou profunda, cuja evolução necessita de adaptação, continuarão a ter direito à isenção de IPVA. Os autistas e as pessoas com deficiência física, visual e mental, severa ou profunda, não condutoras, mesmo com carros não adaptados, também continuam beneficiadas pela isenção”, afirmou, em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

A pasta afirmou também que não ainda houve manifestação do Tribunal de Justiça para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo sobre a ação e que, se for alocada judicialmente, a PGE analisará o caso.

Promotoria quer reverter limite a isenção de IPVA

Tayguara Ribeiro e Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Ministério Público do Estado de São Paulo entrou com pedido de suspensão das mudanças nas isenções para pagamento do IPVA de veículos de pessoas com deficiência. A medida, que foi provida pelo governo de São Paulo, começou a valer em 1º de janeiro.

O pedido foi encaminhado à Vara da Fazenda Pública da capital paulista. Segundo a Promotoria, ocorreu uma “violação aos princípios de dignidade da pessoa humana, igualdade, não discriminação, isonomia tributária, à mobilidade pessoal com a máxima independência possível, à acessibilidade e à inclusão social”.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo publicou no dia 8 de

Setor de serviços cresce pelo 6º mês seguido, mas ainda está 3,2% abaixo do pré-pandemia

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O setor de serviços avançou 2,6% em novembro. Foi a sexta alta seguida, mas ainda insuficiente para cobrir as perdas com a pandemia, informou nesta quarta-feira (13) o IBGE.

Atividades ligadas a serviços são as mais afetadas pelas medidas de distanciamento social e pela restrição de contato pessoal. O volume de vendas do setor ainda está 3,2% abaixo do de fevereiro, antes da chegada da Covid-19 no Brasil.

Na comparação com novembro de 2019, o volume de serviços mostra um resultado negativo de 4,8%, a nona baixa seguida nessa comparação.

No acumulado do ano até novembro, o setor recuou 8,3% ante o mesmo período de 2019. Em 12 meses, a queda é

de 7,4%, o pior resultado desde o início da série histórica. O setor deve fechar o ano com o pior recuo desde o início da pesquisa, em 2011.

Serviços é o setor que mais emprega no país, e sua retomada é considerada fundamental para acelerar a recuperação econômica. Apesar da flexibilização do distanciamento social, não houve uma retomada do patamar pré-crise.

Na divulgação desta quarta, todos os cinco ramos de atividade tiveram crescimento, com destaque para os dois setores mais afetados pela pandemia: transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com alta de 2,4%, e serviços prestados às famílias, que avançaram 8,2%.

Com o crescimento recente dos casos de Covid-19, a recuperação incipiente dos serviços pode perder força.

O gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, apontou que as atividades presenciais são as que enfrentam mais obstáculos para recuperar o nível pré-pandemia, como os ramos de restaurantes, hotéis e transportes.

“Atividades como restaurantes, hotéis, serviços prestados à família de uma maneira geral, e transporte de passageiros até mostraram melhoras, mas a necessidade de distanciamento social ainda não per-

mitiu que o setor volte ao patamar pré-pandemia”.

O professor Otto Nogueira, do Insper, apontou que a piora na pandemia pode voltar a influenciar os resultados dos serviços em 2021. Isso porque as pessoas podem voltar a se isolar, principalmente no que diz respeito a viagens, restaurantes e bares, que estão sendo mais impactados.

“Com o aumento do distanciamento social, e por essa indefinição de cenário com relação ao término da pandemia, o setor de serviços é o maior impactado”, disse o professor.

Ele apontou que o resultado de novembro é compreensível, associado ao próprio período da redução do distanciamento social e à proximidade das festas de final de ano, com a população se sentindo mais à vontade para confraternizar. “Mas a gente não pode deixar de observar que a continuação desse período da pandemia vai fazer o setor não se recuperar tão rápido, tanto que ainda está abaixo do período pré-pandemia”.

Thiago de Moraes Moreira, do Ibmec, reforçou que os dados de novembro são puxados por um relaxamento das medidas restritivas e por uma volta à normalidade de comportamento e de hábitos de grande parte das pessoas, principalmente as

renda mais alta, que utilizam mais os serviços ligados à família. Assim, ele vê os números com cautela.

“Por um lado, vejo com um olhar positivo, na medida em que é importante a economia. Por outro, vejo com certo cuidado e um viés pessimista, que é perceber que a pandemia volta com força a se acelerar justamente no momento em que esses serviços passam a crescer de forma mais acelerada”, afirmou Moreira. Ele ainda disse que os dados de novembro mostram que as pessoas estão tirando mais férias e utilizando mais serviços que provocam aglomeração, como bares, restaurantes e hotéis. Além disso, os serviços ligados às empresas e os transportes também são influenciados por esse comportamento, com a redução do home office.

O setor de transportes ainda está 5,4% abaixo do patamar de fevereiro, apesar do ganho de 26,7% entre maio e novembro. No mesmo período, os serviços prestados às famílias tiveram alta de 98,8%, mas seguem 34,2% abaixo do nível anterior à chegada da Covid-19.

Segundo o IBGE, somente serviços de informação e comunicação (0,5%) e outros serviços (0,5%) superaram o nível de fevereiro.

Desempenho do setor de serviços no Brasil

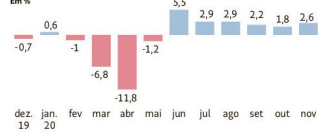
Volume de serviços, por mês

Índice em base fixa



Variação sobre o mês anterior

Em %



Atividades de serviços

Atividades de serviços	Novembro
Total	2,6
1. Serviços prestados às famílias	8,2
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	9,1
1.2 Outros serviços prestados às famílias	1,5
2. Serviços de informação e comunicação	0,5
2.1 Serviços de tecnologia de informação e comunicação	-0,3
2.1.1 Telecomunicações	-0,5
2.1.2 Serviços de tecnologia da informação	-0,2
2.2 Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	5,6
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	2,5
3.1 Serviços técnico-profissionais	2,5
3.2 Serviços administrativos e complementares	1,5
4. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,4
4.1 Transporte terrestre	4,2
4.2 Transporte aquaviário	-3,8
4.3 Transporte aéreo	6,8
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,6
5. Outros serviços	0,5

Mourão rebate críticas de Macron sobre soja

Cidade que abriga maior polo industrial da BA, Camaçari tem 10% de perda de arrecadação com fechamento da Ford



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A cidade que abriga o maior Polo Industrial da Bahia, Camaçari, na região metropolitana de Salvador, vai ter cerca de 10% de perda na **arrecadação** de receitas após o encerramento das atividades da fábrica Ford no Brasil.

O Polo Industrial de Camaçari completa, em junho, 43 anos de operação. Um dos maiores complexos industriais integrados do Hemisfério Sul, desempenha papel importante no setor produtivo do estado.

Em entrevista ao G1, o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo, contou que a cidade, que tem **arrecadação** anual de cerca de R\$ 1,3 bilhão em impostos, perdeu R\$ 30 milhões do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e mais R\$ 100 milhões do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** da receita líquida com o fechamento da montadora de

veículos.

'Esse ano já perdemos cerca de R\$ 30 milhões e a partir do ano que vem cerca de R\$ 130 milhões. O município tem uma receita anual de R\$ 1,3 bilhão e vai perder R\$ 130 milhões, vai perder mais de 10% da capacidade de arrecadar. Sendo que a receita era de recurso próprio e o R\$ 1,3 bilhão era toda a receita. São receitas do Fundeb, do SUS, que juntas dão esse total', disse o prefeito de Camaçari.

Elinaldo Araújo conta que Camaçari, que hoje tem 300 mil habitantes, tinha 30 mil habitantes na década de 70. A população cresceu bastante com a implantação do **polo petroquímico** nos anos 80, 90 e início dos anos 2000, quando a Ford foi implantada na cidade.

'Desde que a Ford foi implantada aqui [Camaçari] a população tem crescido cerca de 10 mil por ano', revelou.

'Desde que a Ford foi implantada aqui [Camaçari] a população tem crescido cerca de 10 mil por ano', revelou.

De acordo com o prefeito, a chegada da Ford em Camaçari avançou na **arrecadação** da prefeitura e fortaleceu o **polo petroquímico**.

'Nós já tínhamos um polo e com a vinda da Ford ele se tornou um polo automotivo. Juntando os dois polos, a cidade se tornou um polo industrial", contou.

'Nós já tínhamos um polo e com a vinda da Ford ele se tornou um polo automotivo. Juntando os dois polos, a cidade se tornou um polo industrial", contou.

Elinaldo afirma que já se movimenta para trazer outra empresa do ramo automobilístico para a cidade. O governador da Bahia, **Rui Costa**, também afirmou que já procura a Embaixada da China para sondar investidores para assumir negócio no estado.

Além da perda de receita, o município vai registrar mais de 12 mil demissões. O gestor municipal também lembrou das pessoas que não trabalham em empresas relacionadas com a Ford, mas prestam serviços para os funcionários, como escolas, restaurantes e lojas do comércio local.

Impacto em outras áreas

De forma indireta, a Ford ajudava a manter viva uma enorme cadeia econômica em Camaçari. Muito dos 12 mil funcionários da empresa moravam na cidade e usufruíam do comércio local, hospitais e escolas da região.

O prefeito Elinaldo Araújo afirma que o aluguel de casas, empresas que fazem transporte dos trabalhadores, restaurantes, outras fábricas que fornecem peças e equipamentos, como pneus, por

exemplo, foram ou serão impactadas pela saída da Ford.

'Só [empresas] agregada soma mais de 12 agregadas. As pessoas compravam no comércio de Camaçari, almoçavam no comércio de Camaçari, jantavam, tomavam café, muitos vieram morar aqui, tinham convênio, pagavam escola particular para os filhos', disse.

Segundo o prefeito, muitas desses funcionários vão precisar usar os serviços de educação e saúde ofertados pela prefeitura. Essa nova demanda necessitaria de mais investimento.

'Agora as pessoas não vão ter mais convênio e vão começar a usar a saúde do município. As crianças vão começar a estudar nas escolas públicas. Isso cria um problema geral no município, porque além de ter que investir mais para as pessoas, vamos arrecadar menos', explicou.

'Agora as pessoas não vão ter mais convênio e vão começar a usar a saúde do município. As crianças vão começar a estudar nas escolas públicas. Isso cria um problema geral no município, porque além de ter que investir mais para as pessoas, vamos arrecadar menos', explicou.

Outro ajuste a ser feito pela prefeitura é na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que tinha previsão de **arrecadação** baseada no que a Ford significava para o município. 'Nós vamos ter que reformar a nossa **LOA**, redistribuir e fazer alguns cortes para que o município não fique sem pagar as contas'.

Para isso, a saída encontrada pelo prefeito é manter os serviços considerados essenciais e fazer apenas os investimentos necessários para a cidade.

'Com essa questão, o município perdeu o poder de investimento que tinha, mas eu acredito, tenho fé em Deus, Camaçari é uma cidade atraente, faz parte da região metropolitana, já temo o **polo petroquímico** e eu acho que vai ser fácil cobrir esse buraco', disse.

Polo Industrial

O maior Polo Industrial da Bahia foi instalado em Camaçari há 42 anos e aposta em tecnologia de ponta para se destacar no mercado. Segundo o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), o faturamento era de mais de R\$ 60 bilhões e gera 45 mil empregos diretos e indiretos.

Os números colocavam Camaçari como o 15º maior **Produto Interno Bruto (PIB)** industrial do país. O Cofic afirma que trabalha para atualizar os dados após o anúncio do fechamento da montadora de veículos.

Antes da saída da Ford, o polo tinha um faturamento anual de aproximadamente US\$ 15 bilhões e as vendas para o mercado externo correspondiam a 30% do total das exportações baianas.

O Complexo Industrial respondia ainda por mais de 90%

da **arrecadação** tributária dos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila e por cerca de 22% do **PIB** da **Indústria** de Transformação do Estado da Bahia, de acordo com dados do Cofic.

As principais linhas de aplicação dos produtos petroquímicos e químicos são os plásticos, fibras sintéticas, borrachas sintéticas, resinas e pigmentos. Após transformados, os produtos químicos e petroquímicos resultam em embalagens, utilidades domésticas, mobiliário, materiais de construção, vestuário, calçados, componentes industriais (**indústria** eletrônica, de informática, automobilística e aeronáutica), tintas, produtos de limpeza (detergentes), corantes, medicamentos, fraldas, absorventes higiênicos, defensivos agrícolas e fertilizantes.

O Polo Industrial de Camaçari fabrica também automóveis, pneus, celulose solúvel, cobre eletrolítico, produtos têxteis (poliéster), fertilizantes, equipamentos para geração de **energia eólica**, bebidas, dentre outros, oferecendo ainda ampla gama de serviços especializados às empresas instaladas em sua área de influência.

Assista aos vídeos do BATV

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Polo Petroquímico, Energia Eólica, Indústria | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Lei Orçamentária Anual, PIB - Produto Interno Bruto | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Energia Eólica | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS



Obras do Porto Sul impulsionam economia no sul da Bahia

13 janeiro 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

O início da implantação do Porto Sul com a instalação do canteiro de obras e a construção da ponte sobre o Rio Almada, que dará acesso à retro área de armazenagem de minérios, está impulsionando o surgimento de novos negócios em localidades próximas ao empreendimento, no Litoral Norte de Ilhéus. São lojas de materiais de construção, mercados, padarias, restaurantes e outras, que estão sendo abertos e ampliados, além do aquecimento do setor imobiliário.

Proprietário de uma loja de materiais para construção na Vila Juerana, Wellington Araújo é um exemplo desse otimismo. Após o início das obras, ele começou a ampliar e modernizar a empresa e já contratou 15 novos funcionários. “Tem muita gente chegando de olho nas novas oportunidades, casas sendo alugadas, restaurantes abertos, enfim, há um clima de otimismo, porque não vamos depender somente do movimento do verão e dos feriados. Estou muito otimista e sei que o Porto Sul vai impactar”, afirma.

Também proprietária de uma loja de materiais de construção, Nilza Barbosa destaca que “já sentimos uma melhora no movimento, com muita gente construindo ou reformando residências, tanto que planejo ampliar a empresa este ano”.

Já Diego Souza Santos, que teve que encerrar as atividades de uma escola infantil no bairro Malhado por conta da pandemia da Covid 19, enxergou uma nova oportunidade e abriu um mercadinho às margens da Rodovia Ilhéus-Itacaré. Segundo ele, o Porto Sul “para o comércio é excelente, porque haverá aumento do consumo com a renda gerada pelos empregos na obra. As pessoas aqui estão bastante otimistas”.

Carine Lima abriu com a irmã uma padaria na Vila Juerana e diz que “o movimento está crescendo bastante e, com o avanço das obras, já pensamos em ampliar o negócio e contratar mais funcionários. As pessoas estão dispostas a investir porque o porto está se tornando realidade”.



Foto: Divulgação/GOVBA

Clientes o ano inteiro

Proprietário de um restaurante/pizzaria na Vila Juerana, Adilson José dos Santos, conhecido como Le Chef, afirma que, “com as obras e a implantação do Porto Sul, a tendência é aumentar o movimento, porque haverá maior circulação de pessoas”, deixando de depender da sazonalidade do negócio e garantindo clientes durante todo o ano.

Luzimar Souza, que trabalha com aluguel de imóveis, já observa uma mudança de tendência. “Antes a gente alugava imóveis por temporada, em períodos curtos. Após o início das obras, já existe procura por aluguel fixo, por um ano, além do preço dos terrenos e casas, que estão valorizando muito. Após a visita do governador Rui Costa e o início das obras, a demanda cresceu muito. O Porto Sul vai dar um impulso muito grande à economia regional”.

Porto Sul

O Porto Sul é um investimento realizado pelo Governo do Estado e pela Bahia Mineração (Bamin), com recursos de R\$ 2,5 bilhões. A obra irá gerar 400 empregos diretos quando alcançar o pico e outros 1,2 mil postos de trabalho indiretos.

As obras iniciais, que representam o sistema viário interno com ligação a Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), devem ser concluídas em abril de 2022. Nesta etapa da obra serão construídas vias, instalação de sinalização, pontes, implantação de redes elétrica e de água, entre outras ações. Concluída essa fase, será iniciada a construção e desenvolvimento da estrutura do empreendimento.

O empreendimento, que já possui todas as licenças ambientais necessárias para a evolução da obra, será fundamental para o escoamento da produção de minérios e de grãos, criando um sistema intermodal que incluirá um Polo de Logística.

“O conjunto logístico da Fiol com o Porto Sul é um dos mais importantes investimentos em infraestrutura de integração econômica feita na Bahia nas últimas décadas. Além de movimentar a região, vai facilitar a chegada de insumos e possibilitar o escoamento da produção baiana em condições melhores e mais rápidas”, afirma José Carlos Valle, coordenador dos projetos na Casa Civil do Estado.

Repórter: Daniel Thame

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/01/2021	



Bahia tem safra recorde confirmada de 10 milhões de toneladas de grãos em 2020

13 janeiro 2021



Foto: Divulgação/Aiba

O décimo segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), relativo a dezembro do ano passado, confirmou a produção baiana de 10 milhões de toneladas (ton.) de cereais, oleaginosas e leguminosas em 2020, o que representou uma expansão de 21,5% na comparação com 2019. O LSPA, divulgado nesta quarta-feira (13), é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizado e analisado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

As áreas plantada e colhida ficaram projetadas em 3,1 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma ligeira retração de 0,4% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média dos grãos estimada é de 3,2 ton./ha, cerca de 21,9% superior à do ano passado.

“Este foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa, mesmo num ano marcado pela pandemia do Coronavírus, com destaque para a soja, milho, cana-de-açúcar, cacau e café. Portanto, esta expansão recorde comprova a eficiência das políticas públicas do Governo do Estado de estímulo à produção agrícola na Bahia”, ressalta o secretário estadual do planejamento, Walter Pinheiro.

A soja ficou estimada em cerca 6,1 milhões de ton., a segunda maior da série histórica do levantamento – inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de ton.). Com isso, houve expansão de 14,3% em relação ao volume produzido em 2019, com área colhida de 1,6 milhão de ha (2,6% acima da safra anterior) e rendimento médio de 3,8 ton./ha (11,5% maior que 2019).

A safra de milho encerrou o ciclo com 2,6 milhões de ton., alta de 49,3% em relação a 2019, em 624 mil ha plantados. A primeira safra do cereal foi responsável por 1,8 milhão de ton. (31,8% acima de 2019) em 363,5 mil ha. Por sua vez, a estimativa da segunda safra ficou em 800 mil ton. com expressiva alta interanual (135,5%) em 260 mil hectares colhidos.

A produção total de feijão ficou mantida em 290 mil ton., mesmo patamar de 2019. A área colhida totalizou 424 mil ha (8,8% inferior a 2019). A primeira safra de 135,9 mil ton. teve recuo de 21,4% em relação ao ano anterior. A contribuição da segunda safra foi de 154,2 mil ton., alta de 31,1% na comparação anual.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE manteve projeção de 5,1 milhões de ton., alta de 22,4% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou mantida em 118 mil ton., alta de 12,4% na comparação com 2019.

A produção total de café ficou estimada em 246 mil ton. este ano, um crescimento de 36,3% na comparação anual. A safra do tipo arábica ficou projetada em 120,5 mil ton., variação anual de 66,4%; e a do canéfora, em 125,5 mil ton., correspondendo a uma expansão de 16,1% na comparação com 2019. Por sua vez, as lavouras de banana, laranja e uva mantiveram, respectivamente, recuo de 18,3%, 0,7% e 38,8% em relação à safra anterior.

A produção de algodão (caroço e pluma) ficou mantida em torno de 1,48 milhão de ton., um patamar próximo ao da safra anterior (1,5 milhão de ton.). A área colhida de 315 mil ha teve recuo de 5,1% na mesma base de comparação.

As projeções ainda indicam uma produção de 963 mil ton. de mandioca, mantendo-se estável em relação à safra anterior. A previsão para cebola é de alta de 3,9% em relação à colheita anterior, totalizando 302,4 mil toneladas. A estimativa para o tomate, no entanto, ficou em 241,2 mil ton., que corresponde a uma retração de 12,5% sobre a safra 2019

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/01/2021	



Volume de Serviços na Bahia avançou 1,2% em novembro de 2020

13 janeiro 2021

O volume de Serviços avançou 1,2% na Bahia em novembro, em comparação com o mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (13), por meio da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE e sistematizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

Segundo o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, “essa foi a quarta variação positiva consecutiva, acumulando um ganho em torno de 24% no período. É importante destacar que o período entre os meses de agosto e novembro foi marcado pela retomada gradual de algumas atividades, tais como movimentação de passageiros nos transportes públicos urbanos, intermunicipais e nos aeroportos, funcionamento de serviços públicos e meios de hospedagem, colaborando para a manutenção da tendência de recuperação do setor”.

Devido aos impactos da pandemia do coronavírus, o volume de serviços retraiu 4,1% em relação ao mesmo mês do ano de 2019. As atividades de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio avançaram 3,1%. Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para baixo, com destaque, por ordem de magnitude, às atividades de Serviços prestados às famílias (-25,7%), seguido por Serviços de informação e comunicação (-6,1%), Outros serviços (-5,2%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,6%).

No resultado acumulado do ano, o volume retraiu 16%, em relação ao mesmo período de 2019. O volume no acumulado dos últimos 12 meses revelou retração de 15% em relação ao mesmo período do ano de 2019. A receita nominal de serviços cresceu 2,4% em comparação ao mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, e retraiu 3,5%, em relação ao mesmo mês do ano de 2019.

Atividades turísticas

Em novembro de 2020, o índice de atividades turísticas cresceu 11,8% na Bahia, frente a outubro, resultado que colocou o estado na liderança nacional, ao lado de Pernambuco. Em relação à receita nominal, a Bahia registrou a segunda maior variação positiva (10,7%), juntamente com Goiás (10,7%).

No volume das atividades turísticas, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a Bahia caiu 25%. Em relação à receita nominal, nesta mesma base de comparação, a Bahia apontou variação negativa de 28,2%. No indicador acumulado do ano, o agregado especial de atividades turísticas caiu 40,5% na receita e 39,6% no volume. No indicador acumulado dos últimos doze meses o volume retraiu 35,7%, frente a igual período do ano passado. Neste mesmo período, em relação à receita nominal, a Bahia apontou a variação negativa de 36,4%.

Fonte: Ascom/SEI



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) ÚLTIMAS NOTÍCIAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) COLUNISTAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) FALE CONOSCO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

quinta-feira, 14 de janeiro de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

ALGUMAS DAS RAZÕES PORQUE A FORD DEU BYE-BYE AO BRASIL (TF)

Por fim, não dá para esquecer do alto custo de produzir no Brasil e da insanidade tributária existente há décadas.

Tasso Franco, da redação em Salvador | 12/01/2021 às 11:41



Planta da Ford em Camaçari

Foto: DIV

O fim das atividades industriais da Ford no Brasil com o fechamento imediato das fábricas em Taubaté (SP) e Camaçari (BA) - a fabricação do Troller, em BH, vai até o final de 2021 - tem foco nas mudanças da montadora nos mercados norte-americano e mundial o que foi agravado ou exigiu uma decisão mais rápida da empresa diante da pandemia do coronavírus e dos custos de produção de veículos no Brasil. A Ford está entre nós desde 1919.

A fabricante disse, no comunicado sobre os fechamentos das fábricas, que a decisão foi tomada "à medida em que a pandemia de Covid-19 amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas".

Mais informações foram detalhadas em uma carta enviada para os concessionários.

A montadora afirmou que "desde a crise econômica em 2013, a Ford América do Sul acumulou perdas significativas" e que a matriz, nos Estados Unidos, tem auxiliado nas necessidades de caixa, "o que não é mais sustentável".

A montadora citou ainda a recente desvalorização das moedas na região, que "aumentou os custos industriais além de níveis recuperáveis".

A atividade fabril na Argentina continuará, apesar de problemas econômicos e políticos até mais graves que os brasileiros por incluir mais uma moratória de sua dívida externa. A Argentina produz a Ranger, dentro do escopo mundial da companhia. E a legislação argentina oferece incentivos fiscais para picapes, tanto que a Hilux é o produto mais vendido no mercado local.

A Ford confirmou que o plano para produção da Ranger inteiramente nova continua. A próxima geração estreia em 2023. Até a operação de montagem, a partir de conjuntos CKD, do furgão Transit está confirmada no Uruguai já este ano.

O México é outro país que exporta para o Brasil sem pagar II. De lá chegarão o SUV Bronco Sport, a picape intermediária Maverick e o SUV elétrico Mustang Mach-E. Dos EUA virá o Escape (também na versão híbrida).

A Ford sustentou desde sua separação da VW na Autolatina, em 1995, a quarta posição entre as marcas mais vendidas. Mas Hyundai e Renault acabaram superando-a. O mote da companhia americana continuará focado na rentabilidade. Participação de mercado será a que for possível.

Esses são alguns dos fatores do fechamentos das fábricas no Brasil incluindo a forte tributação de acordo com as caducas leis brasileiras.

Na Bahia, o governador Rui Costa se mobiliza para trazer uma montadora chinesa, mas é duvidosa ou ao menos demorada sua ação.

O governo da Bahia tem negligenciado sua ação na área industrial e se preocupa e age muito mais na área social na construção de hospitais e policlinicas.

Quando acontece um caso desses como o fechamento da Ford pega-se todo mundo de surpresa. Acontece que a Ford já vem passando por problemas há anos, pediu - em parte - o 'time' na corrida pelo carro elétrico, pelas novas tecnologias, o que tem impactado a industria automobilítica no mundo todo.

Uma montadora da China - se vier - tem que ser nessa direção. Até os construtores de prédios residenciais em Salvador já anunciam que em suas novas plantas haverá áreas nas garagens com dispositivos para as baterias dos carros elétricos.

E, em algumas cidades mundiais já se controem as bases ou polataformas para acesso aos carros voadores e estradas em que veiculos circularão sem motoristas. Em Salvador, constroe-se um BRT!

É uma revolução mundial tecnológica. Claro que tem a ver, também, com a política.

Com o governo federal sem uma diretriz, um ministro da Economia que fala mais do que age, um Congresso que não está preocupado com as reformas de base, a tendência é o Brasil ir ficando para trás.

Ontem o presidente da República, Jair Bolsonaro, disse que "só papai do céu tira ele do governo". Por aí se vê por onde anda a prioridade do governo.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=130094>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/13/jovem-assistida-pela-apae-salvador-participa-de-comemoracao-da-caixa,130120,0.html>)

Jovem assistida pela Apae Salvador participa de comemoração da Caixa (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/13/jovem-assistida-pela-apae-salvador-participa-de-comemoracao-da-caixa,130120,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/13/jovem-assistida-pela-apae-salvador-participa-de-comemoracao-da-caixa,130120,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/13/jovem-assistida-pela-apae-salvador-participa-de-comemoracao-da-caixa,130120,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/13/jovem-assistida-pela-apae-salvador-participa-de-comemoracao-da-caixa,130120,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/correndo-atras-do-prejuizo-gt-tenta-nova-montadora-para-lugar-da-ford,130103,0.html>)

CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO: GT TENTA NOVA MONTADORA PARA LUGAR DA FORD

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/correndo-atras-do-prejuizo-gt-tenta-nova-montadora-para-lugar-da-ford,130103,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/correndo-atras-do-prejuizo-gt-tenta-nova-montadora-para-lugar-da-ford,130103,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/correndo-atras-do-prejuizo-gt-tenta-nova-montadora-para-lugar-da-ford,130103,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/correndo-atras-do-prejuizo-gt-tenta-nova-montadora-para-lugar-da-ford,130103,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/operarios-da-ford-camacari-fazem-protesto-diante-fechamento-da-fabrica,130092,0.html>)

OPERÁRIOS DA FORD CAMAÇARI FAZEM PROTESTO DIANTE FECHAMENTO DA FÁBRICA

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/12/operarios-da-ford-camacari-fazem-protesto-diante-fechamento-da-fabrica,130092,0.html>)



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) ÚLTIMAS NOTÍCIAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) COLUNISTAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) FALE CONOSCO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

quinta-feira, 14 de janeiro de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

OPERÁRIOS DA FORD CAMAÇARI FAZEM PROTESTO DIANTE FECHAMENTO DA FÁBRICA

Com o fechamento da fábrica milhares de trabalhadores perderão o emprego

Tasso Franco , da redação em Salvador | 12/01/2021 às 11:08



Protesto em frente a fábrica

Foto: Redes Sociais

Um grupo de trabalhadores da Ford protestam contra o fechamento da fábrica da montadora em Camaçari, região metropolitana de Salvador, na manhã desta terça-feira (12). Na segunda (11), a montadora anunciou que encerrará a produção de veículos em suas fábricas no Brasil após um século e vai investir na Argentina.

"Ontem eu tive uma convocação por parte da Ford e nessa reunião, eu esperava que a tratativa era referente aos 460 trabalhadores da Ford que estavam suspensos por contrato em lay-off [suspensão temporária]. Mas fomos surpreendidos por um anúncio, por parte do presidente América do Sul, informando da instabilidade econômica do país e a incerteza econômica do país por parte do governo federal, isso dito pelo próprio presidente América do Sul da Ford. E também a questão do coronavírus impactou diretamente no encerramento das atividades da Ford", contou Júlio.

Por meio de nota, o Ministério da Economia afirmou que lamenta a decisão global e estratégica da Ford de encerrar a produção no Brasil. Disse ainda que a decisão da montadora destoava da forte recuperação observada na maioria dos setores da indústria no país; que muitos registram resultados superiores ao período pré-crise.

Com o encerramento das atividades no Brasil, a Ford também fechará as fábricas de Taubaté (SP) e Horizonte (CE), além de Camaçari. De acordo com o presidente do sindicato, o impacto será da perda de emprego de 12 mil trabalhadores diretos. No entanto, a Ford alega que serão cinco mil empregos afetados.

"São 12 mil trabalhadores diretos, e para cada um trabalhador direto demitido, são cinco trabalhadores indiretos. Estou falando de quase 60 mil trabalhadores indiretos que perdem seus empregos e 12 mil diretos. São 72 mil trabalhadores. Isso é uma camuflagem que a Ford está fazendo, para retirar a responsabilidade social dela, referente a essa atrocidade que ela está fazendo no país e na Bahia, impactando diretamente na economia do PIB baiano e na região metropolitana como um todo, nessa grande massa de trabalhadores que vão ser desligados", pontuou.

Ao todo, a Ford possui 6.171 funcionários no Brasil e fechou 2020 como a quinta montadora que mais vendeu carros, com 7,14% do mercado nacional. Em comunicado divulgado para a imprensa, a fabricante diz que a decisão foi tomada "à medida em que a pandemia de Covid-19 amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas".

Camaçari perderá 10% de arrecadação com fechamento da Ford



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A cidade que abriga o maior Polo Industrial da Bahia, Camaçari, na região metropolitana de Salvador, vai ter cerca de 10% de perda na **arrecadação** de receitas após o encerramento das atividades da fábrica Ford no Brasil.

O Polo Industrial de Camaçari completa, em junho, 43 anos de operação. Um dos maiores complexos industriais integrados do Hemisfério Sul, desempenha papel importante no setor produtivo do estado.

Em entrevista ao G1, o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo, contou que a cidade, que tem **arrecadação** anual de cerca de R\$ 1,3 bilhão em impostos, perdeu R\$ 30 milhões do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e mais R\$ 100 milhões do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** da receita líquida com o fechamento da montadora de veículos.

'Esse ano já perdemos cerca de R\$ 30 milhões e a partir do ano que vem cerca de R\$ 130 milhões. O município tem uma receita anual de R\$ 1,3 bilhão e vai perder R\$ 130 milhões, vai perder mais de 10% da capacidade de arrecadar. Sendo que a receita era de recurso próprio e o R\$ 1,3 bilhão era toda a receita. São receitas do Fundeb, do SUS, que juntas dão esse total', disse o prefeito de Camaçari.

Elinaldo afirma que já se movimenta para trazer outra empresa do ramo automobilístico para a cidade. O governador da Bahia, **Rui Costa**, também afirmou que já procura a Embaixada da China para sondar investidores para assumir negócio no estado.

Além da perda de receita, o município vai registrar mais de 12 mil demissões. O gestor municipal também lembrou das pessoas que não trabalham em empresas relacionadas com a Ford, mas prestam serviços para os funcionários, como escolas, restaurantes e lojas do comércio local.

FONTE: Com informações do G1

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

mercado

PAINEL S.A.

Paula Soprana
(tereira)
painsa@grupofolha.com.br

Vidas negras

Quase dois meses após o assassinato de Beto Freitas no Carrefour em Porto Alegre (RS), o grupo que acompanha as investigações do caso no Congresso vai propor uma comissão permanente para debater leis que enfrentem o racismo estrutural. Desde o episódio, foram apresentados ao menos 12 projetos sobre o tema na Câmara e no Senado. Entre eles, há propostas para responsabilizar sócios e gerentes de empresas por atos de racismo no ambiente corporativo.

ORDA PELE Coordenador do grupo que acompanha a investigação, o deputado Damiano Feliciano (PT-PR) afirma que os parlamentares cumpririam seu papel que o próximo passo é formalizar a comissão.

MOVIMENTO Após perder valor de mercado em razão do crime, as ações do Carrefour na Bolsa de Valores subiram 6% na terça (12) e 1% na quarta (13). A rede recebeu uma abordagem de fusão da canadense Alimentation Cou-Tard.

VOZ As denúncias por discriminação de origem, raça, cor e etnia cresceram 56% em 2020 na comparação com o ano anterior, de acordo com dados do Ministério Público do Trabalho. Foram 205 denúncias e 60 inquéritos civis.

ACESSO Especialistas em diversidade consideram 2020 o ano de inflexão para o tema nas empresas. A Nasdaq, Bolsa das ações de tecnologia nos EUA, já propôs regra para que os conselhos das listadas tenham ao menos uma mulher e um membro de grupos subrepresentados. No Brasil, a B3 está revisando um índice que envolve questões ligadas à diversidade.

BOCA FECHADA A Ford vai se manter em silêncio sobre o impasse fiscal que tem com o governo de São Paulo. Segundo a gestão de João Dória (PSDB), há processos judiciais por autos de infração não pagos pela montadora. Eles se referem ao ICMS de carros produzidos na Bahia e vendidos em São Paulo. A colina apurou que o contencioso pode chegar a R\$ 2,7 bilhões.

CALENDÁRIO Uma semana depois de o governador de São Paulo publicar em seu Twitter que alimentos, medicamentos e insumos agrícolas não terão alteração de alíquotas no ICMS, as medidas ainda não foram oficializadas. A previsão é que saiam no Diário Oficial desta sexta-feira (15).

REMÉDIOS Após reuniões com o secretariado de Dória, o setor privado de saúde considera muito difícil a extensão do benefício fiscal a todos os medicamentos. No anúncio da semana passada, o governador citou os genéricos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência janeiro*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín.: R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx.: R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín.: R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de novembro vence em 18 jan. para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jan.

CIÊNCIA A decisão de Jair Bolsonaro em autorizar o contingenciamento do FNDCT, fundo para financiamento de ciência e inovação, nesta quarta (13), foi recebida por quem ameaça à Finep, fundação que administra os recursos.

APAGADA O receio é que a estatal perca relevância e vá para o fim da fila de prioridades do governo. Procurado, o Ministério da Economia diz que não comenta o assunto.

FIM DA PICADA Para tentar contornar a decisão de Bolsonaro sobre o FNDCT, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) resolveu atuar junto ao Congresso. A entidade diz que o veto do presidente compromete a capacidade de investimento em pesquisa do país, incluindo o desenvolvimento de uma vacina nacional contra a Covid-19.

OFRE Segundo a CNI, devido aos contingenciamentos, somente 13% dos R\$ 6,8 bilhões arrecadados pelo fundo no ano passado foram destinados a investimentos não reembolsáveis de pesquisa.

PISTA As concessionárias de rodovias do estado de São Paulo poderão ter novo modo de inspeção para obras futuras. A Artesp (agência de transportes de SP) autorizou a adesão a um formato chamado de inspeção acreditada.

REGULADA No modelo, as empresas ficam responsáveis por contratar um organismo certificador, que analisa previamente o projeto executivo. O formato reduz as interações entre a companhia e o órgão regulador.

CARRINHO Com o fortalecimento do e-commerce em 2020, a B2W Marketplace, plataforma que reúne Americanas, Submarino e Shoptime na internet, treinou mais de 8,300 lojistas para venda online, 32% a mais que em 2019.

SERINGA A Apas (Associação Paulista de Supermercados) começa a mapear nesta quinta-feira (15) as lojas que têm interesse em oferecer espaço para a campanha de vacinação contra a Covid-19. O processo deve seguir parâmetros da Anvisa.

Bolsonaro se irrita com plano de cortes e ameaça demitir presidente do BB

Guedes age para evitar saída de André Brandão, que está a menos de quatro meses no comando da instituição; ações caem 4,9%

Ricardo Della Coletta e Bernardo Caram

BRASÍLIA O anúncio de um plano de demissão voluntária do Banco do Brasil desencadeou um processo de fritura do presidente da instituição, André Brandão, e auxiliares no Palanito afirmam que o executivo pode ser demitido por decisão de Jair Bolsonaro.

Caso a demissão seja confirmada, Brandão sairá do comando do banco menos de quatro meses após sua posse. Paulo Guedes (Economia) considera o executivo preparado para ocupar o cargo e trabalhava nesta quarta (13) para acalmar Bolsonaro e evitar a demissão. Segundo um auxiliar, o ministro concorda com a essência do plano de ajuste apresentado pelo banco.

Membros da equipe econômica relataram à Folha que o anúncio da reestruturação do banco, que inclui demissões de funcionários, foi a causa da fúria no Palácio do Planalto. Na segunda-feira (11), o Banco do Brasil informou ter aprovado um conjunto de medidas que diminuem sua estrutura organizacional, com fechamento de pontos de atendimento. Serão encerradas 361 unidades, sendo 12 agências.

Também foram criadas pelo banco duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários. O Programa de Adequação de

Quadros, para redistribuir força de trabalho, e o Programa de Desligamento Extraordinário, disponível a todos os funcionários do BB que atenderem a pré-requisitos.

A estimativa do BB é que cerca de 5.000 funcionários façam adesão aos programas. Segundo uma fonte do Ministério da Economia, o programa é tecnicamente impecável e promove redução de custos para o banco. No entanto, o momento para a adoção da medida foi considerado desastroso, um erro político.

O argumento é que o país passa por uma situação muito complicada na área de emprego, ainda sem sinais de arrefecimento da pandemia. Por isso, o anúncio do BB foi visto como um sinal de falta de sensibilidade de Brandão.

Membros do Ministério da Economia afirmam ainda que informações sobre o BB geram apelo no Congresso e, por isso, o programa de demissões poderia ser jogado contra o governo nas negociações para a eleição da cúpula do Legislativo.

O momento escolhido para a divulgação do plano também foi visto como outro sinal que trouxe danos para a imagem do governo.

No mesmo dia, a Ford anunciou que fechará todas as suas unidades fabris no Brasil, o que deve ter impacto direto sobre 5.000 empregos.

Na equipe econômica, há

EM SETEMBRO, GUEDES SALVOU CABECA DE SUBORDINADO Em episódio recente de irritação de Bolsonaro com a equipe econômica, Guedes conseguiu salvar da demissão seu subordinado Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda. Em setembro, o presidente ficou incomodado com afirmações do secretário de que o governo poderia congelar aposentadorias. Guedes levou Waldery ao Planalto para se explicar ao presidente. Ele foi proibido de dar novas entrevistas sobre o assunto e permaneceu no cargo.

ainda uma tensão relacionada à busca por um novo nome para comandar o BB caso Brandão seja demitido. Além da dificuldade de encontrar um executivo com condições de assumir o posto, há um temor sobre possíveis indicações políticas. Membros da pasta não aceitam, por exemplo, que seja empossado algum nome sem preparo eventualmente indicado pelo centro, grupo de partidos de centro que se aproximou do governo.

Os grandes bancos sofreram impacto da pandemia e vêm fazendo ajustes no período. Durante a crise sanitária, instituições encerraram atividades de agências, reduzindo o atendimento presencial. Para especialistas, a pandemia acelerou o processo — que já vinha ocorrendo — de enxugamento de estruturas das organizações e de investimento na digitalização de serviços.

O setor ainda não conseguiu se levantar totalmente do tombo provocado pela crise sanitária. O valor de mercado de uma parcela dos bancos de grande porte em atuação no país segue abaixo do patamar pré-pandemia.

Ação do BB, por exemplo, que estava em torno de R\$ 50 em fevereiro de 2020, fechou esta quarta a R\$ 37,55, com queda de 4,93%, após a divulgação da possível demissão de Brandão.



O presidente do Banco do Brasil, André Brandão. Edição Rodrigues - 5.mai.15/Agência Senado

Bolsonaro sanciona lei de ajuda a estados e municípios, mas veta parte dos benefícios

Ricardo Della Coletta e Bernardo Caram

BRASÍLIA O Planalto informou nesta quarta (13) que o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto que traz medidas de auxílio financeiro a estados e municípios. A estrutura principal da proposta foi mantida, mas uma parte dos benefícios foi alvo de veto.

Bolsonaro vetou, por exemplo, um artigo que suspenderia em 2021 a execução de contragarantias pela União sobre dívidas atrasadas de governos regionais. A contragarantia é um instrumento que permite ao governo buscar ressarcimento após honrar débitos não pagos pelos entes.

O artigo vetado também obrigaria o Tesouro Nacional a bancar as prestações de financiamentos dos estados com instituições multilaterais. Essa regra valeria para os pagamentos que fossem

suspensos pelos entes com autorização da lei.

O Planalto não detalhou os outros vetos do texto. A versão final deve ser publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (14).

Após a aprovação do projeto, o Ministério da Economia informou que as medidas darão um alívio de R\$ 217 bilhões aos governos regionais ao longo de nove anos.

A lei amplia o prazo do regime de recuperação de estados em grave crise e prevê facilitação de crédito para entes que ajustarem suas contas.

Para os estados com as finanças em situação crítica, foi reformulado o Regime de Recuperação Fiscal, que hoje

FLUXO IMPEDIU DE EXECUTAR GARANTIAS DO RIO POR EMPRÉSTIMO DE R\$ 4,5 BIL COM BNP PARIBAS A União figura como garantidora do contrato, que venceu em dezembro e não foi pago pelo estado. Na decisão, Fluxo impediu a União de fazer a cobrança agora e também proibiu a inscrição do Rio no cadastro de inadimplentes devido a esse contrato.

tem a participação só do Rio. O novo formato permitirá a adesão de Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Juntos, os quatro estados poderão suspender o pagamento de R\$ 130 bilhões de dívidas com a União ao longo dos nove anos do programa. Hoje, o Regime de Recuperação Fiscal tem duração menor; de três anos, renováveis por mais três.

De acordo com o projeto, o estado que entrar no regime terá que adotar algumas medidas, como venda de estatais, adotar uma reforma da Previdência para servidores estaduais nos moldes das regras atuais do funcionalismo federal e redução de 20% dos benefícios fiscais em três anos.

Entes em situação menos grave poderão optar pelo Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal. O programa libera que esses estados captem empréstimos com garantia da União, desde que façam ajuste fiscal.



Funcionários da Ford de Taubaté durante protesto contra o fechamento da fábrica Luis Lima Jr./Fotorena/Agência O Globo

Cliente cancela compra da Ford, e revendas querem indenização

Montadora diz trabalhar em plano justo para minimizar impactos de saída

Joana Suarez e Fernanda Brigatti

BELO HORIZONTE SÃO PAULO O anúncio do encerramento na fabricação de veículos da Ford no Brasil pegou de surpresa donos de concessionárias e funcionários.

Na ponta da cadeia de produção, empresários estão apreensivos sem saber o que fazer com os pedidos feitos, as vendas canceladas e a possibilidade de demitir ou até fechar suas empresas. Pedidos de indenização pelo prejuízo no faturamento com vendas estão em discussão.

A notícia do encerramento chegou apenas pela imprensa, diz dona de duas concessionárias em Minas Gerais. O comunicado oficial por parte da empresa só chegou quatro horas depois. Ela pediu que seu nome não fosse divulgado, pois ainda aguarda negociação com a montadora.

A Ford divulgou a decisão de encerrar a produção de veículos no Brasil na segunda-feira (11) à tarde. Menos de 48 horas depois, a concessionária mineira já teve pedidos cancelados e negociações interrompidas. Com isso, os vendedores serão dispensados. Ao todo, são 38. Há um ano, antes da pandemia de Covid-19, eram 58.

A empresária relata ainda

ter sido procurada por proprietários de veículos Ford que querem vendê-los por serem mais caros e mais difíceis. Dúvidas quanto à disponibilidade de peças ou mesmo ao custo de revisões têm chegado também ao gestor de pós-vendas Kleber Agostinho dos Santos, 4, de Lavras (MG). Ele diz que ainda não tem muito o que responder. Sabe apenas que, por enquanto, a concessionária em que trabalha seguirá funcionando.

"Agora que o mercado estava começando a melhorar com essa pandemia, aconteceu isso", diz ele.

Para ele, o primeiro sinal de que a relação da Ford com os negócios no Brasil não ia bem foi o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo (SP), em outubro de 2019. Lá eram produzidos caminhões.

"Na região, outros concessionários Ford já tinham fechado. Quando pararam com os caminhões e tiraram o Fiesta de linha, muita gente já ficou com pé atrás", diz.

Apesar dos sinais, a parada imediata da fabricação nacional dos modelos EcoSport e Ka, ambos da fábrica de Camaçari (BA), foi surpreendente.

A empresária mineira que falou com a Folha conta que, no fim de 2020, a Ford realizou uma videoconferência com

distribuidores e concessionários. Diretores chegaram a falar em investimentos, apresentaram novos produtos.

Para ela, faltou respeito aos concessionários, que agora amargam estoques e salões cheios de carros, clientes com dívidas e vendedores com poucas respostas a dar.

Para o cálculo da indenização, ela defende que os empresários cobrem valores proporcionais por ano de trabalho que será prejudicado pela decisão da montadora.

Oficialmente, a associação que representa os distribuidores Ford, a Abradif, ainda não se posicionou. Uma fonte do setor diz que os concessionários aguardam contato da empresa e discutem um posicionamento unificado.

Em São Paulo, grandes concessionárias da marca divulgam notas em suas redes sociais informando que, apesar do anúncio da montadora, as operações de vendas e assistência técnica continuam.

A Ford Mix, rede do grupo Sinal com cinco lojas na capital e no ABC paulista, disse que "atividades de vendas e oficinas continuarão a todo vapor" e que as mudanças não vão gerar transtornos aos clientes.

A Avante, da zona leste de São Paulo, afirmou, em comunicado, que "continuará dan-

do suporte em vendas, serviços e autopeças, e oferecendo o portfólio de veículos zero da Ford".

Segundo empresários, a montadora ainda não procurou distribuidores e concessionários para falar do fechamento das fábricas ou dar detalhes sobre reposição de peças.

Em nota, a Ford disse que "irá trabalhar imediatamente em estreita colaboração com seus parceiros no desenvolvimento de um plano justo e equilibrado para minimizar os impactos do encerramento da produção".

Não respondeu, no entanto, se os revendedores foram contatados.

Para o mecânico Ismael da Silva, o fim da produção Ford no Brasil fará com que ele encerre definitivamente sua carreira.

Com 75 anos, 50 dos quais trabalhando em oficinas, ele diz ainda selembrar do primeiro carro Ford em que mexeu. Era um Galaxie 500. Já aposentado, ele trabalha como supervisor geral de uma concessionária de Lavras (MG).

Agora, lamenta pelos colegas que deverão perder o emprego. "A gente fica aborrecido, não fica? Depois de um tempo desse lutando por uma empresa automobilística no país."

No comunicado oficial divulgado à imprensa, a Ford disse calcular que 5,2 mil trabalhadores serão demitidos nas fábricas do Brasil e da Argentina.

Montadora diz que manterá assistência técnica de veículos

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Ao digitar a palavra Ford no principal buscador da internet, o primeiro link que surge diz: "A Ford não vai sair do Brasil". Após anunciar o fechamento de todas suas fábricas no país, a montadora luta para convencer os consumidores a não desistirem da marca.

Entretanto, esse cliente vai mudar. Quando os estoques do Ka e do EcoSport estiverem esgotados, o modelo mais em conta vendido pela marca será a picape Ford Ranger produzida na Argentina, que custa a partir de R\$ 154,292, de acordo com o site da marca. A mudança é global: em 2018, a montadora americana anunciou que só venderia utilitários e picapes nos EUA, tirando de linha sedãs e modelos compactos. O plano dividia opiniões, mas faz sentido diante dos números de vendas e de rentabilidade alcançados pelos SUVs.

diz o texto, dando a entender que haverá redução nos pontos de venda e de assistência.

A própria montadora propõe a pergunta que todo proprietário deve estar fazendo agora: "Meu carro pode desvalorizar porque a Ford está encerrando a produção do mesmo?"

Em resposta, a fabricante diz que, "como qualquer outro produto, com o passar do tempo, o valor do carro tem uma tendência natural de desvalorização, o que é uma condição normal de mercado, válida para todas as marcas. Para assegurar sua tranquilidade, a Ford continuará honrando a garantia do seu veículo e oferecendo assistência total com operações de vendas, serviços e peças de reposição".

A empresa também orienta os consumidores que estiverem dentro de um processo de compra —tendo dado um sinal, por exemplo— e que querem desistir do negócio devido ao fechamento das fábricas.

"Você deve dirigir-se ao concessionário onde a compra foi efetuada e solicitar a cancelamento da mesma de acordo com a regulamentação prevista no Código de Defesa do Consumidor", diz o texto publicado no site da montadora.

Enquanto nos mercados europeu e norte-americano o encerramento da produção de um veículo gera uma corrida às lojas em busca de descontos, o fim da linha é um tabu no Brasil. As montadoras evitam comentar sobre a descontinuação de um carro para não afugentar clientes.

Ainda atônita com a notícia, a Abradif (Associação Brasileira dos Distribuidores Ford) não quis se pronunciar sobre o encerramento da produção nacional. A rede concessionária aguarda a chegada de novos modelos importados —o Bronco virá do México e a van Transit será trazida do Uruguai— para saber como será o comportamento do consumidor diante dessa nova fase da montadora. Os estoques de Ka e EcoSport estão baixos, e descontos devem ser praticados.

Além dos temores das lojas, a preocupação está instalada entre os sistematistas. Há medo de uma onda de demissões até falência de empresas devido ao fechamento das fábricas.

Aldo Martinez Neto, sócio responsável pela área trabalhista do Santos Neto Advogados, diz que o efeito poderá ser drástico para os fornecedores do setor de porte. Ele monitora metalúrgicas que compõem a cadeia industrial, e muitas são empresas familiares que se dedicam a atender uma única montadora. "Nossa percepção é que desde o início da pandemia já havia uma queda da demanda".

Empresa precisa passar por constrangimento, diz ACM Neto

João Pedro Pitombo e Paula Sporb

SALVADOR E PORTO ALEGRE O presidente nacional do Democratas, ACM Neto, defendeu que o governo federal e o governo da Bahia adotem uma postura dura para com a Ford, que anunciou na segunda-feira (11) o fechamento de todas as suas fábricas no Brasil.

Ele afirmou que o governo deve avaliar se a Ford cumprirá com todos os compromissos contratuais de compartilhadas a incentivos fiscais e, caso haja pendências, que a montadora seja acionada na Justiça.

"Não acho que a Ford possa sair dessa forma do país, sem que tenhamos passe por algum constrangimento. Do ponto de vista das medidas legais, cabe ao governo avaliar se todos os compromissos que a Ford assumiu para ter os benefícios que teve foram cumpridos", afirmou o ex-prefeito de Salvador.

Ele ainda afirmou que a decisão mostra um descaço multinacional com o mercado brasileiro: "Isso terá consequências para a imagem da empresa e país".

A Ford anunciou na segunda-feira a abertura de uma fábrica em Bahia após romper o contrato que havia firmado com o governo do Rio Grande do Sul em 1999. Na época, políticos baianos como o governador César Borges e senador Antônio Carlos Magalhães, ambos do PFL, atuaram para trazer a fábrica para o estado.

No período, beneficiou-se de sucessivas prorrogações de in-

centivos fiscais concedidos pelos governos federal, estadual e municipal. Por outro lado, tornou-se um marco na diversificação da indústria na região, tradicionalmente voltada à fabricação de matérias-primas.

Mesmo com a decisão da Ford de fechar a fábrica da Bahia após somente duas décadas, ACM Neto diz considerar que a política agressiva de incentivos fiscais para trazer a empresa para a Bahia foi acertada, assim como a decisão de governos posteriores de renovar os incentivos.

"A vinda da Ford para a Bahia teve caráter vanguardista. Foi a primeira indústria automobilística de porte a vir para o Nordeste, uma quebra de paradigmas para a época", afirmou, destacando os empregos e a massa de renda que a fábrica gerou na região metropolitana de Salvador.

Por outro lado, ACM Neto criticou a gestão do governador Rui Costa (PT), argumentando que a Bahia tem perdi-

do espaço em termos econômicos. "Isso tem relação direta com uma postura pouco dedicada do governo estadual em relação à política de industrialização, dinamização econômica e geração de emprego."

E lembrou que outras indústrias do setor automotivo desistiram de vir Bahia, caso da JAC Motors, que chegou a lançar a pedra fundamental de uma nova fábrica, que não saiu do papel.

Costa, por sua vez, tem criticado o governo federal, afirmando em este abandono planos para estimular a produção industrial mais laborada, dedicando-se basicamente à produção de commodities agrícolas.

"Não há planejamento. O que pensamos nos últimos cinco anos para aumentar o investimento em tecnologia e industrialização? Nada. Estamos satisfeitos e em nos tornarmos uma grande fazenda."

O petista criou um grupo de trabalho que vai buscar alter-

nativas ao fechamento da empresa em Camaçari. A ideia é atrair uma nova indústria automobilística para ocupar o parque industrial que será deixado pela Ford.

Governador do Rio Grande do Sul quando a Ford optou por se instalar na Bahia em 1999, Olívio Dutra (PT), diz que a saída da Ford do país é uma "decisão de mercado".

"A sua instalação, em um território ou país no globo, é uma decisão de mercado, avaliada por satélites, e importa-se pouco com impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais, tanto quando de sua aterrissagem como quando de sua decolagem", disse o ex-governador em nota.

Olívio relembrou que a Ford indenizou o estado em R\$ 216 milhões por decisão da Justiça. O valor foi uma compensação pelos investimentos do governo em obras de infraestrutura, concessão de capital de giro e incentivos fiscais para a instalação da fábrica.

Ministério Público do Trabalho convoca audiência

O Ministério Público do Trabalho e representantes da Ford terão nesta quinta (14) audiência virtual para discutir demissões com o fim das operações nas fábricas de Taubaté, Camaçari, na Bahia, e Horizonte. A empresa projeta a demissão de cerca de 5.000 empregados. Além do procurador-geral do trabalho, Alberto Balazeiro, e representantes da Ford, deverão participar da audiência Ronaldo Lima dos Santos, da Conal (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social), e Bruno Bianco Leal, secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias



BRASIL EM CRISE ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/BRASIL-EM-CRISE](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/brasil-em-crise))

Bolsonaro sanciona lei de ajuda a estados, mas veta parte dos benefícios

Texto aprovado pelo Congresso fixa regras de equilíbrio financeiro para governos regionais

13.jan.2021 às 21h33

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/01/14/>)

Ricardo Della Coletta (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ricardo-della-coletta.shtml>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

BRASÍLIA O Palácio do Planalto informou nesta quarta-feira (13) que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou o projeto que traz medidas de auxílio financeiro a estados e municípios

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-fixa-regras-de-equilibrio-financeiro-para-estados-endividados.shtml>). A estrutura principal da proposta foi mantida, mas uma parte dos benefícios foi alvo de veto.

Bolsonaro vetou, por exemplo, um artigo que suspenderia em 2021 a execução de contragarantias pela União sobre dívidas atrasadas de governos regionais. A contragarantia é um instrumento que permite ao governo buscar ressarcimento após honrar débitos não pagos pelos entes.

O artigo vetado também obrigaria o Tesouro Nacional a bancar as prestações de financiamentos dos estados

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/uniao-bancou-r-133-bilhoes-em-dividas-nao-pagas-por-estados-em-2020.shtml>) com instituições multilaterais. Essa regra valeria para

os pagamentos que fossem suspensos pelos entes com autorização da lei.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store

([https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)

[utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)) OU na

Google Play ([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=and](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[roidtextocurto](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)) para receber alertas das principais notícias do dia. A

sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/bolsonaro-sanciona-lei-de-ajuda-a-estados-mas-veta-parte-dos-beneficios.shtml>

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 14/01/2021	Caderno: Economia



Bolsonaro sanciona projeto que facilita crédito novo a Estados e municípios

Texto facilita acesso ao crédito para Estados com dívida baixa, mas severos problemas de caixa, e altera programa de socorro para governos superendividados

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

13 de janeiro de 2021 | 21h46

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** sancionou nesta quarta-feira, 13, o projeto de socorro a Estados e municípios. O texto reformula o **Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**, programa voltado aos Estados superendividados, e ainda concede acesso a crédito àqueles com dívida baixa, mas severos problemas de caixa. O projeto ainda renegociou condições de débitos já acumulados por esses entes.

“Com a sanção presidencial, a concessão dos benefícios aos entes subnacionais (governos estaduais e municipais) nos contratos de refinanciamento com a União estará condicionada à adoção de contrapartidas destinadas à redução dos gastos públicos. O objetivo é assegurar a sustentabilidade econômico-financeira dos estados e município, além de elevar a sua capacidade de pagamento ao longo do tempo”, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O texto sancionado deve ser publicado na edição de amanhã do *Diário Oficial* da União (DOU). Bolsonaro vetou parcialmente alguns artigos, mas os dispositivos exatos que foram alvo da ação não foram detalhados no comunicado do órgão.

Houve ainda dois vetos integrais. Um deles mirou o artigo que permitia aos Estados e municípios suspender pagamentos de dívidas com organismos multilaterais no ano de 2021 sem terem suas receitas, dadas como contragarantia, bloqueadas. A União ficaria

incumbida de honrar o compromisso, enquanto os governos regionais renegociariam o débitos em condições mais amigáveis.

Segundo a Secretaria-Geral, o veto foi feito porque o artigo viola a Constituição, uma vez que os recursos para a suspensão das cobranças não está previsto no Orçamento. Além disso, o órgão afirmou que há “risco de desequilíbrio das contas públicas”.

Mudanças

O novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), voltado para os Estados superendividados, amplia de seis para nove anos o prazo de duração do plano de reequilíbrio das contas, com alívio na cobrança de dívidas.

As medidas devem viabilizar a adesão dos governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, além de um novo plano para o Rio de Janeiro, hoje em dificuldades para honrar o compromisso firmado junto ao Tesouro Nacional em 2017 e que precisaria ser cumprido até 2023.

O Estado de Goiás, que também enfrenta dificuldades e chegou a ingressar no [**Supremo Tribunal Federal \(STF\)**](#) pedindo a antecipação dos benefícios do RRF até sua adesão, pode acabar se credenciando a uma “versão light” do programa, sem suspensão da dívida. O governo estadual, porém, foi contemplado com outra medida.

O projeto prevê um parcelamento em até 30 anos de dívidas contraídas por Estados na década de 1990 e negociadas pela União pela primeira vez na Lei 8.727, de 1993.

Naquela época, os governos estaduais contrataram empréstimos para financiar a construção de moradias de baixo custo, mas levaram calote dos beneficiários. A bomba estourou no colo da União.

Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, Goiás, Ceará e Espírito Santo têm dívidas relacionadas a essa lei, mas 90% do débito está nas mãos do governo goiano. Além disso, Ceará e Espírito Santo já haviam renegociado quando houve a primeira chance, na aprovação do RRF original em 2017.

De acordo com as fontes ouvidas pela reportagem, Goiás pode ter um alívio de R\$ 90 milhões ao ano ao renegociar essa dívida. O Estado também poderá contratar R\$ 695 milhões em novos empréstimos graças ao **Plano de Promoção do Equilíbrio**

Fiscal (PEF) de facilitação na concessão de financiamentos – perna do projeto que beneficia outros Estados e municípios.

Recuperação fiscal

O RRF é o regime criado para Estados superendividados e que precisam de alívio temporário em suas dívidas para conseguir reestruturar suas finanças.

No modelo atual, apenas o Rio de Janeiro conseguiu aderir em 2017, mas enfrenta dificuldades para atingir o reequilíbrio no prazo estipulado. Em setembro passado, o Estado completou três anos e teria de voltar a pagar paulatinamente as prestações da dívida, sem ter condições reais de fazer isso.

Os outros dois Estados que pleiteiam o socorro – Minas Gerais e Rio Grande do Sul – enfrentavam problemas para aderir. Por isso, o Congresso flexibilizou a regra de acesso.

Antes, uma das exigências era ter mais de 70% da receita corrente líquida comprometida com despesas com pessoal e gastos com juros e amortização da dívida. Além de relutarem em reconhecer a maquiagem nas despesas com folha de pagamento, Estados como Rio Grande do Sul tinham dificuldades em atingir esse percentual porque já não estão mais pagando o serviço da dívida com a União.

Por isso, o Congresso mudou essa regra e agora exige que as despesas correntes estejam acima de 95% da receita corrente no ano anterior ao do pedido de adesão ao RRF e que a despesa com pessoal seja maior que 60% da RCL. Será mais fácil cumprir as exigências, segundo apurou a reportagem.

Os Estados terão como recompensa a suspensão total do pagamento da dívida com a União ou avalizada por ela junto a outras instituições no primeiro ano de vigência do regime. Depois disso, o pagamento será retomado numa proporção de 11,11% ao ano, até chegar a 100% após nove anos de recuperação fiscal.

Para permanecer no regime, os Estados se comprometerão com medidas de ajuste que incluem: privatização ou desestatização de empresas ou concessão de serviços e ativos, adoção de regras previdenciárias para servidores idênticas às vigentes na União, redução de ao menos 20% dos incentivos e benefícios fiscais em vigor (deve ser

cumprida nos três primeiros anos do plano), revisão de benefícios concedidos para servidores estaduais e que não têm respaldo na legislação federal, instituição de teto de gastos corrigido pela inflação, entre outras.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 14/01/2021	Página:

O GLOBO

Bolsonaro sanciona socorro a estados e municípios e amplia para dez anos prazo de Regime de Recuperação Fiscal

Presidente vetou trecho de proposta que suspendia compensações por calotes em 2021

Marcello Corrêa

13/01/2021 - 22:39 / Atualizado em 14/01/2021 - 06:51

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira o projeto de lei com um pacote de medidas de socorro a estados e municípios. Entre os pontos da proposta, está a alteração das regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que concede alívio no pagamento de dívidas com a União.

O texto será publicado na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União. Em comunicado, o Palácio do Planalto afirmou que Bolsonaro vetou trechos da proposta.

Um dos trechos vetados previa que a União suspenderia em 2021 a cobrança da compensação que normalmente ocorre quando estados deixam de honrar dívidas com instituições financeiras. O benefício só não seria válido para entes com baixa capacidade de pagamento, de acordo com a classificação do Tesouro Nacional.

No comunicado, o Planalto afirmou que a medida contraria o dispositivo constitucional que proíbe a criação de gastos não previstos no Orçamento, além de representar um risco para o equilíbrio das contas públicas.

Novos estados no RRF

Negociado com o governo, o texto de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) — hoje secretário municipal de Fazenda do Rio — aumenta de seis para dez anos o prazo do RRF, que prevê alívio no pagamento da dívida para governos locais que se comprometam a ajustar as contas públicas.

A mudança no RRF beneficia o Rio, a única unidade da federação a aderir ao programa. Pelas regras originais, o programa tem duração máxima de seis anos — três anos, prorrogáveis por mais três.

A primeira metade desse prazo original terminou em setembro do ano passado, mas o estado do Rio segue beneficiado pelo programa graças a uma liminar concedida no fim de dezembro pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux.

Com a lei sancionada, a expectativa é que o governo fluminense retome as negociações para ingressar no programa reformulado. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás também têm interesse em aderir à medida.

Em outra frente, a proposta flexibiliza as regras para estados que descumpriram o teto de gastos (que restringe o aumento das despesas públicas) imposto como contrapartida a uma renegociação da dívida firmada em 2016.

O projeto foi aprovado no dia 15 de dezembro por 381 votos a 57 na Câmara. Cinco deputados se abstiveram. A proposta foi aprovada no mesmo dia pelo Senado, em uma sessão realizada por volta das 23h.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 14/01/2021	Página:

O GLOBO

Saída da Ford mostra risco de país perder o bonde na corrida pelos carros elétricos

Cerco a veículos a gasolina em vários países que já decretaram seu fim força inovações na indústria automotiva. Na contramão, Brasil ainda dá subsídios a combustíveis fósseis

Danielle Nogueira, João Sorima Neto e Henrique Gomes Batista

14/01/2021 - 04:30 / Atualizado em 14/01/2021 - 08:23

SÃO PAULO e RIO - A nova cara da Ford no Brasil será a de uma empresa que deixa de fabricar carros de R\$ 50 mil, considerados de entrada, como Ka ou Fiesta, para se tornar uma importadora de veículos premium, de R\$ 200 mil.

Globalmente, a montadora, que segunda-feira anunciou sua saída do Brasil, deve concentrar boa parte de seus investimentos no desenvolvimento de carros elétricos e autônomos, tendência já adotada por outras companhias.

Para especialistas, essa será a grande mudança não apenas da Ford, mas de toda a indústria automobilística nesta década. E o Brasil não está preparado para ela.

Seja por pressão da sociedade ou busca pela liderança na transição para os veículos elétricos, vários países vêm anunciando metas para proibir a venda de automóveis a gasolina e diesel.

O que vai acontecer com carros da Ford? Veículo deve perder valor, mas estoques da marca podem ter descontos

Para se adaptar ao novo cenário global, montadoras buscam estratégias como fusões bilionárias, a exemplo da recém-anunciada Fiat-Peugeot, ou o encolhimento em mercados menos rentáveis, como fez a Ford ao decidir deixar o Brasil.

Na contramão, o Brasil ainda subsidia fontes de energia fósseis e tem um mercado muito pequeno de veículos elétricos, o que, na avaliação de especialistas, torna o país menos atraente na disputa por investimentos globais nessa nova tecnologia.

Além da americana Ford, a alemã Mercedes-Benz também decidiu encerrar a produção de carros por aqui.

— Países como a Noruega já querem proibir a venda de motores a combustão a partir de 2025. A indústria automobilística toda está em processo de mudança, em busca de sustentabilidade — diz Paulo Vicente, professor da área de Estratégia e Gestão Pública da Fundação Dom Cabral.

A ofensiva mais recente contra os carros a gasolina, diesel ou gás veio do governo britânico. Em dezembro, o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, anunciou que a proibição desses veículos será antecipada para 2030. A ideia inicial era que as restrições tivessem início entre 2035 e 2040.

fabricação de automóveis no Brasil e iniciar uma reestruturação de sua operação na América do Sul, o que deve resultar na demissão de 5 mil empregados no Brasil e na Argentina. Na foto, trabalhadores parados na fábrica de Taubaté, SP, cujas operações pararam.

No ano passado, o primeiro-ministro japonês, Yoshihide Suga, também anunciou planos de suspender a venda de veículos a gasolina em 2035 para cumprir a meta de reduzir a zero as emissões de CO2 até 2050 no país. Holanda, Suécia, França e outros países da União Europeia estão no mesmo caminho.

— Há um movimento amplo e difundido em diversos países para diminuir o impacto ambiental. Vários políticos foram eleitos com essa promessa, e agora eles estão agindo nessa direção — diz Regis Nieto, diretor executivo e sócio do Boston Consulting Group (BCG) Brasil.

Restrições como essas pavimentam o caminho para a indústria de carros elétricos. Segundo recente estudo da consultoria e auditoria PwC, China e União Europeia devem liderar a transição para essa tecnologia.

Entre 2020 e 2035, a parcela dos carros movidos a motor de combustão na UE deve cair de 93% para 17%, considerando a venda de automóveis novos.

Estão nesse grupo os carros híbridos cuja bateria é abastecida por combustíveis tradicionais, como gasolina, diesel e etanol. Já a fatia de veículos elétricos deve saltar de 4% para 67%.

Na China, a participação dos carros movidos a combustíveis fósseis deve cair de 95% para 32% até 2035. Já a de veículos elétricos, que são subsidiados no país, terão sua fatia ampliada de 4% para 55% das vendas de novas unidades, nas projeções da consultoria.

O estudo não tem estimativas para o Brasil.

Nesse cenário, todas as montadoras estão recompondo seus portfólios, e a Ford vai nessa direção, diz Marcus Ayres, sócio-diretor da consultoria Roland Berger, onde é responsável pelo setor automotivo.

A estratégia é deixar de fabricar veículos pequenos para produzir SUVs, inclusive elétricos, um segmento que dá boa margem de lucro, diz o especialista:

— Um consumidor que compra um carro de entrada no mercado não quer gastar mais de R\$ 50 mil. Mas um consumidor que pode pagar R\$ 200 mil por um SUV não se importa de gastar R\$ 20 mil a mais para ter um carro mais tecnológico. A Ford está focando em segmentos mais rentáveis e terá de investir em plataformas para produzir carros elétricos.

Carros elétricos são 1% das vendas no Brasil

Hoje, o único representante da família de carros elétricos produzido aqui no Brasil é o Toyota Corolla, que é híbrido e foi lançado em setembro de 2019. Com ele, a categoria de carros elétricos e híbridos alcançou apenas 1% das vendas de veículos leves no país no ano passado, segundo a Anfavea, que reúne as montadoras no Brasil.

Para Ricardo Pierozzi, sócio da PwC, o fim dos carros a gasolina e diesel e sua substituição pelo elétrico é uma questão de tempo. Ele ressalta, porém que, no Brasil, há limitações para essa migração, o que torna o país menos atraente na disputa por investimentos da indústria:

— A renda do brasileiro é baixa, somos um país continental e, por isso, há mais dificuldade de adaptar a infraestrutura para os veículos elétricos. Há ainda gargalos na distribuição de energia e já temos o etanol, que é uma fonte renovável. Com um mercado menos desenvolvido, o Brasil não tem conseguido capturar esses investimentos.

O país tem incentivos tributários para a comercialização de carros elétricos e híbridos. Aprovado pelo Congresso em 2018, o Rota 2030, reduziu o IPI sobre esses modelos para uma banda de 7% a 20%, variando de acordo com o nível de eficiência energética e com o peso do veículo. Até então, a alíquota era de 25%.

Projeto de lei não avançou

Mas não há uma política de Estado que fixe metas para o fim dos carros com motor a combustão. A iniciativa mais próxima nesse sentido foi um projeto de lei do senador Ciro Nogueira (PP-PI). O PL 304/2017 prevê a proibição de veículos novos movidos a gasolina, diesel e gás a partir de 1º de janeiro de 2030.

A partir de 2040, seria proibida também a circulação desses veículos. As exceções seriam automóveis de coleção, veículos oficiais e diplomáticos, além de carros de visitantes estrangeiros. O projeto chegou a ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em fevereiro de 2020, mas não avançou.

Enquanto isso, o Brasil continua subsidiando combustíveis fósseis. Segundo estudo da ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o país elevou os subsídios a essa categoria de combustíveis para R\$ 99 bilhões em 2019.

O estudo considera redução da Cide e Pis/Cofins para diesel e gasolina, bem como a Conta de Consumo Combustível (CCC), que subsidia as térmicas a diesel no Nordeste que não são integradas ao sistema interligado. Entram no cálculo ainda subsídios à produção, como o sistema tributário diferenciado para importação e exportação de bens para produção de petróleo e gás, o Repetro.

Para Cleo Manhas, assessora política do Inesc, mais do que contribuir para a poluição com o subsídio às fontes de energia fósseis, políticas como essa agravam o problema da mobilidade urbana:

— O modelo de mobilidade está errado, porque incentiva o transporte individual em vez do público. Se o carro é elétrico, por exemplo, a questão do meio ambiente está resolvida, mas não a da mobilidade

MME: sem estudo para cortar subsídios

O Ministério de Minas e Energia diz que “não há estudos em curso para aumentar ou reduzir impostos e subsídios da gasolina e diesel” nem política para banir os carros que usam combustíveis fósseis.

A pasta cita a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que possui metas para reduzir a intensidade média de carbono da matriz de transporte por meio do maior uso dos biocombustíveis sustentáveis.

No primeiro ano de operacionalização do programa, diz o MME, foram retirados aproximadamente 14 milhões e 609 mil toneladas de CO₂ equivalentes da atmosfera. “Dessa forma, é possível atingir os compromissos assumidos pelo país em acordo internacionais e reduzir o aquecimento global”, afirma o ministério.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 14/01/2021	Página:

O GLOBO

Montadoras rebatem Bolsonaro sobre saída da Ford: 'Não queremos subsídio, mas competitividade'

Presidente da Anfavea critica politização em torno da saída da americana do país e compara sistema tributário à Black Friday: imposto elevado para dar incentivo como desconto

Henrique Gomes Batista

13/01/2021 - 14:34 / Atualizado em 14/01/2021 - 08:25

SÃO PAULO — O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, afirmou nesta quarta-feira que o setor não defende novos subsídios e criticou a politização do anúncio do fechamento das fábricas da Ford no Brasil.

Segundo dados da Receita Federal, o setor automotivo acumula mais de R\$ 50 bilhões em subsídios desde 2002. O dirigente da entidade apontou incentivos tributários como uma forma de corrigir distorções do sistema de impostos brasileiro.

Foi o primeiro posicionamento da entidade após o anúncio do fim da produção da montadora americana no Brasil, na segunda-feira, e da reação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que afirmou na terça-feira que a “Ford não disse a verdade, querem subsídios”.

— A gente não quer subsídios, quer competitividade. Estamos há anos mostrando medidas que precisam ser feitas para melhorar a competitividade no Brasil — afirmou Moraes, em entrevista.

Antes dessa declaração, ele citou todos os alertas que a Anfavea fez desde abril de 2019, pedindo reforma tributária, mostrando comparativos que indicam que o custo de produzir no Brasil é, por exemplo, 18% maior que no México, melhoria do ambiente econômico e atacando o “manicômio tributário” do Brasil.

O fechamento de três fábricas da Ford no Brasil e a reorganização de sua produção na América do Sul em fábricas de países vizinhos, como Argentina e Uruguai, deve provocar o fim de cerca de 5 mil postos de trabalho.

O BNDES, que tem R\$ 335 milhões em empréstimos para incentivar investimentos da Ford no Brasil ainda ativos, pediu explicações à montadora. Segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, a montadora recebeu cerca de R\$ 20 bilhões em incentivos fiscais no país.

Em reunião em Brasília na terça-feira, diretores da empresa explicaram ao Tribunal Superior do Trabalho que o fechamento da fábrica foi decidido após cessarem alternativas.

'Black Friday' dos impostos

O presidente da Anfavea comparou os incentivos fiscais no Brasil à estratégia de muitas varejistas na Black Friday: elevar preços na véspera para oferecer grandes descontos na promoção.

Usando essa analogia, ele afirmou que os impostos no Brasil são tão elevados, que, em sua opinião, eventuais “subsídios” apenas trazem os tributos para uma taxa mais adequada.

— O custo do Estado é muito pesado, ninguém aguenta mais pagar imposto. E daí vêm pessoas falar em subsídio. Na verdade é igual ao que eu falei da Black Friday: aumenta o preço para dar o desconto. Vamos ser honestos: é impossível desenvolver uma indústria com esta carga tributária — disse Moraes.

Moraes afirmou que não há excesso de subsídios do setor no Brasil. Ele disse que o país teve o Inovar Auto, programa que permitia às empresas creditar 30% do investimento em pesquisa e desenvolvimento, que foi substituído pelo Rota 2030, que reduziu este percentual para 12,5%, sendo compensado apenas para as montadoras que derem lucro.

O representante das montadoras disse que estes incentivos geraram carros 12% mais eficientes, o que significou uma redução de R\$ 7 bilhões anuais de custo de combustíveis dos consumidores, além da redução do impacto ambiental dos carros.

Incentivos já foram questionados na OMC

Em 2015, o Brasil foi alvo de questionamentos da União Europeia e do Japão na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os subsídios ao setor automotivo contidos em políticas de incentivo a setores industriais, entre eles o automotivo.

Um painel da OMC para contenciosos entendeu que sete programas eram incompatíveis com as normas do organismo para o comércio internacional. Entre eles, estava o Inovar Auto, substituído em 2017 pelo Rota 2030.

No fim de 2018, o Brasil obteve vitória parcial no contencioso. A OMC reverteu parte das condenações contra os programas de incentivo fiscal no país e pediu ajustes.

PUBLICIDADE

Moraes argumentou que benefícios à inovação existem em países como Alemanha ou Estados Unidos, embora com outros formatos. Além disso, ele afirma que há apenas subsídios regionais, para tornar mais uniforme a industrialização do Brasil, definidos pelo Congresso.

— Estão politizando um tema muito sério — concluiu.

Moraes afirmou ainda que as montadoras trouxeram ao Brasil de forma líquida, descontando remessas de lucros, US\$ 24 bilhões na última década.

Ele disse também que, com os anúncios do fim da produção da Mercedes Benz, em dezembro, cinco fábricas serão fechadas e a capacidade instalada no país passa de cinco milhões de automóveis por ano para algo entre 4,5 milhões e 4,7 milhões anuais.

— Há duas formas de se resolver a ociosidade do setor: ou melhoramos a competitividade, resolvemos os problemas estruturais e retomamos o crescimento econômico e ampliamos as exportações, ou fechamos fábricas.

Debate inócuo

Especialistas questionam a lógica de ver os subsídios como uma forma de se compensar os elevados impostos no Brasil. Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B — Consultoria Internacional de Negócios, afirma que o debate pode ser inócuo:

— Acreditar que o argumento de que a carga tributária sobre a indústria automobilística é muito grande e que o subsídio é uma forma de compensar isso é uma discussão, em certa medida, meio bizantina, onde todo mundo tem razão e onde ninguém também tem razão, e não leva a nada — afirma.

Ele não nega o peso dos tributos. Ao contrário: lembra que a carga tributária brasileira é, em média, de 10% a 15% acima da média de outros países de renda média. Mas, por outro lado, ele acredita que os subsídios, que foram utilizados primeiro para incentivar a industrialização no Brasil, depois seu crescimento e, em um terceiro momento a descentralização no país, distorcem a economia.

E que essas política industrial, baseadas em subsídios ou no que chama o economista e diretor-presidente do Insuper, Marcos Lisboa, de “política da meia entrada”, é muito defasada e com a cara dos anos 1960:

— O problema maior não é esse, mas que a indústria no Brasil, por uma série de circunstâncias, se desatualizou e isso é algo mais estrutural. O Tributo é possível de se mudar, mas a fronteira dessa indústria automobilística se afastou do Brasil e não conseguimos colocar o Brasil na fronteira da inovação. Você resolve o problema da indústria quando olha o que ocorreu nas últimas décadas no mundo, ela inovou e se integrou muito. A nossa, não, o máximo que fez foi se integrar com a Argentina, no Mercosul. Ou teremos uma indústria integrada globalmente ou ela não sobrevive, ou vai sobreviver de esmola, de subsídio — disse ele.

O pesquisador Sérgio Lazzarini, do Insper, afirma que essa polêmica sobre os subsídios piora o ambiente de negócios e a competitividade do país. Ele lembra que a indústria reclama do Custo Brasil e da tarifa, mas na hora de negociar uma localização, ou falar com um governo, sempre se quer uma redução fiscal.

Em sua visão, para se beneficiar um setor ou uma empresa, há pressão tributária na outra ponta, a geração de um custo fiscal, o que força um aumento generalizado de impostos ou impede uma racionalização dos tributos:

— Fica o cachorro correndo atrás do rabo, você pede medidas compensatórias para um problema que nunca se resolve — afirmou.

Lazzarini afirma, ainda, que subsídios não cumprem seus objetivos:

— Muitas destas reduções tributárias, ou créditos subsidiados, como tínhamos com o BNDES, tinha pouco acompanhamento de sua efetividade. O Inovar-Auto, instituído no governo Dilma Rousseff para dar isenções tributárias em pesquisa e desenvolvimento, além de ser condenado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), não gerou resultados, ao contrário, o investimento em pesquisa e desenvolvimento caiu depois que ele foi implementado — disse o professor do Insper.

Ele lembra que muitas empresas pegam recursos subsidiados e a utilizam para ganhos financeiros, não aplicam efetivamente em investimento e produtividade. Ele afirma que a indústria brasileira é muito focada em proteção ao produto do exterior, o que é, em sua opinião, um paradoxo no setor automotivo, formado no Brasil apenas por multinacionais estrangeiras.

Contribuinte teme derrota em recurso da Fazenda sobre exclusão do ICMS

Relatora destaca importância dos embargos ao negar pedido de parte no processo

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

14/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Relatora, ministra Cármen Lúcia: os embargos questionam relevantes questões sobre o mérito do julgamento — Foto: Divulgação

Uma nova movimentação no processo que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins - a chamada tese do século - deixou os contribuintes preocupados. A ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, negou um pedido da Imcopa, a empresa que é parte na ação, para utilizar o crédito tributário decorrente desse processo. Ela disse que não poderia liberar a quantia antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrar o caso.

A conclusão depende do julgamento dos embargos de declaração que foram apresentados pela União em 2017. No mês de março vai completar quatro anos que os ministros decidiram pela exclusão do ICMS da conta das contribuições. Não há nenhuma perspectiva, no entanto, para o julgamento do recurso.

A demora para resolver o caso acaba abrindo espaço para especulações. A resposta da ministra Cármen Lúcia à Imcopa, por exemplo, provocou certo alvoroço porque ela replica, em um trecho, a argumentação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de que “os embargos questionam relevantes questões sobre o mérito do julgamento”.

Advogados temem que a ministra esteja tratando como possível uma alteração do resultado que foi proferido em 2017. Cármen Lúcia, naquela ocasião, votou a favor dos contribuintes. O placar ficou em seis a quatro. Só que a composição do STF mudou de lá para cá.

O ministro Alexandre de Moraes não participou do julgamento. Tomou posse uma semana depois. Celso de Mello, que havia acompanhado a relatora, foi substituído no ano passado por Nunes Marques. E, se o julgamento não ocorrer neste semestre, o ministro Marco Aurélio, que em 2017 também votou de forma favorável ao contribuinte, não participará. Ele completará 75 anos no mês de julho e se aposentará.

Com todas essas mudanças, dizem os advogados, os contribuintes acabam perdendo a referência. Três ministros são suficientes para alterar o resultado - considerando o placar apertado de 2017.

“Tem muita gente com medo. Mas é preciso lembrar que o Supremo vai julgar em sede de embargos de declaração. O mérito, a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e

da Cofins, já está definido”, pondera o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

Existem duas preocupações principais em relação aos embargos. Uma delas é a possibilidade de os ministros decidirem pela modulação de efeitos, o que impediria a aplicação da decisão para o passado. A outra diz respeito a um pedido da Fazenda Nacional para que os ministros esclareçam qual ICMS deve ser excluído - o que consta na nota fiscal, mais favorável ao contribuinte, ou o efetivamente recolhido.

A União tenta, com essas duas questões, reduzir o impacto da decisão nas contas públicas. Na época do julgamento, afirmou que as perdas poderiam ser de mais de R\$ 200 bilhões, considerando os valores a serem devolvidos. Agora, a perda anual de arrecadação a partir da conclusão do caso está estimada pela área econômica em R\$ 47 bilhões.

O tributarista Rafael Nichele, do escritório Nichele Advogados Associados, entende não haver motivo para alvoroço. Pelo menos em relação à decisão proferida, agora, pela ministra Cármen Lúcia. Ele não ficou com a impressão de que possa ter sido um sinal do que ocorrerá no julgamento dos embargos.

“É preciso separar as coisas”, ele diz, entendendo que ao replicar a argumentação da Fazenda Nacional, a ministra estaria apenas complementando a sua decisão. O argumento principal, afirma, está no Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 170-A proíbe a compensação mediante o aproveitamento de tributo que está sendo discutido na Justiça antes do trânsito em julgado.

Muitas empresas estão conseguindo utilizar os créditos decorrentes da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins porque os seus processos tramitam em instâncias inferiores e estão sendo encerrados. A Imcopa, dizem os advogados, “tem o azar” de o seu processo ser o *leading case*, o que está em julgamento no STF. Isso a faz ficar presa aos embargos de declaração.

“Iniciado o julgamento de mérito, impõe-se a respectiva conclusão observadas as normas de regência, sob pena de burla à análise colegiada e definitiva da controvérsia”, disse Cármen Lúcia ao rejeitar o pedido da Imcopa.

A PGFN apresentou pedido à ministra para que as ações sobre esse tema ficassem suspensas em todo o país até o encerramento do caso. Mas, até hoje, ela não deu uma resposta e os processos continuam em tramitação.

Existe uma questão, no entanto, que assombra mesmo aqueles contribuintes que têm ações encerradas e obtiveram o direito de usar os créditos: uma possível ação rescisória. Esse é um dos poucos instrumentos da legislação brasileira que permite às partes tentarem reverter uma decisão já transitada em julgado.

Se o STF, nos embargos, der razão ao posicionamento da União e a PGFN se utilizar da rescisória, no entanto, haverá uma nova longa batalha no Judiciário. O advogado Tiago Conde, por exemplo, entende que a medida não seria cabível a esse caso. “Não há motivo. Estamos falando de uma matéria que é controvertida e não houve alteração de jurisprudência. Esses são alguns dos requisitos para que não caiba a rescisória”, diz.

O advogado chama a atenção, por outro lado, que existem dois recursos pendentes de julgamento no STF (RE 949297 e RE 955227) que podem respingar no caso do ICMS. São chamados de “processos da coisa julgada”. Os ministros vão decidir se é necessária ação rescisória ou se há quebra automática do trânsito em julgado nos casos em que há mudança de jurisprudência relacionada aos tributos que são pagos de forma continuada.

Esses casos envolvem a CSLL. Os ministros consideraram o tributo constitucional nos anos 90, mas, antes do julgamento, alguns contribuintes obtiveram decisões finais garantindo o direito de não pagar. A União defende que, nesse caso, não precisaria sequer de ação rescisória.

Trazendo para a discussão do PIS e da Cofins, por exemplo, aqueles contribuintes que obtiveram decisão para excluir o ICMS da nota fiscal - que gera maior redução de tributos - automaticamente perderiam esse direito se o STF, nos embargos, decidir que o imposto a ser excluído é o recolhido. O RE 949297 e RE 955227 chegaram a ser pautados no ano passado, mas não foram julgados.

Conde não acredita, no entanto, que os ministros vão entrar na discussão sobre qual ICMS deve ser excluído do cálculo. “Foi um tema trazido nos embargos. Nunca antes,

nos autos, havia demonstração de dúvida em relação a isso”, diz. O tributarista Luís Augusto Gomes, sócio do Silva Gomes Advogados, também acredita que os ministros não tratarão desse ponto. “É questão infraconstitucional.”

O escritório que representa a Imcopa foi procurado pelo **Valor**, mas não deu retorno. No pedido feito à ministra Cármen Lúcia, a empresa afirma que se encontra em recuperação judicial, com poucos recursos financeiros e diversas dificuldades operacionais. O pedido era para que fosse suspensa a exigibilidade dos débitos relativos ao PIS e a Cofins não cumulativos até que houvesse o trânsito em julgado do processo.

A PGFN, em nota, diz que a decisão da ministra, rejeitando o pedido da Imcopa, “guarda absoluta coerência com a orientação que o STF vem reiteradamente adotando no sentido de que a resolução de casos concretos envolvendo o tema deve aguardar o julgamento dos embargos de declaração”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

A lupa mais usada por profissionais, agora também pode ser sua

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Essa isca esta varrendo os lagos e rios em Salvador e região

ULTRAFISH PRO

LINK PATROCINADO

Desafios para indústria vão muito além da retomada

Brasil perde competitividade nas exportações, mostra o Iedi

14/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os dados mais recentes sobre o setor industrial indicam que a recuperação, iniciada ainda no primeiro semestre de 2020, continuou nos últimos meses do ano. Segundo divulgou o IBGE na sexta-feira, pelo sétimo mês seguido, a produção da indústria nacional cresceu em novembro, com alta de 1,2% em relação a outubro. Todas as grandes categorias industriais tiveram alta frente a outubro, com destaque para a produção de bens de capital (7,4%) e bens de consumo duráveis (6,2%), que apresentaram as maiores taxas positivas.

De janeiro a novembro a indústria - o setor econômico que apresenta retomada do crescimento de forma mais expressiva - continua no vermelho, com perda de 5,5%. No acumulado em 12 meses, a queda foi de 5,2%. Mesmo com o desempenho positivo recente, a produção industrial ainda se encontra 13,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

Ou seja, há ainda um longo caminho para que a indústria volte a operar de forma plena. E existem também muitas dúvidas quanto às possibilidades de o setor manter o ritmo de expansão neste ano diante das mudanças de alguns dos fatores que constituíram exatamente a base da retomada industrial. O mais significativo é a decisão governamental de não prorrogar a concessão de ajuda emergencial para uma larga faixa da população como ocorreu no ano passado.

Com os estoques em baixa - especialmente de insumos para a própria indústria -, a produção do setor apresenta um cenário positivo de curto prazo por causa da necessidade de recomposição do nível de produtos armazenados. Mas a partir do segundo trimestre em diante o setor deve sentir mais os efeitos negativos do desemprego, da queda da renda e do recrudescimento da covid-19, fatores que podem conter o consumo das famílias.

No lado positivo estão as perspectivas de aumento das exportações industriais, por causa da esperada recuperação da economia global, e a vacinação contra a covid-19, embora esse movimento esteja atrasado no Brasil em relação a outras nações.

Tão relevante quanto acompanhar a evolução dos dados conjunturais da indústria com especial cuidado nesse momento de crise é analisar com maior profundidade a situação do setor ao longo dos últimos anos e identificar os problemas que levam o setor a exportar relativamente pouco - lembre-se que cresce a cada ano a importância das exportações agrícolas e de outras commodities como minério, em contraposição à venda ao exterior de produtos manufaturados.

A inspiração para o debate pode vir de muitas fontes, como do estudo divulgado recentemente pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sobre o nível de complexidade das exportações brasileiras, bem como a pressão concorrencial exercida pela China nos principais mercados de nossas vendas externas de bens produzidos pela indústria.

Os dados mais recentes do levantamento do Iedi referem-se a 2018 e mostram que houve uma interrupção na trajetória contínua de perda de posição das exportações do Brasil no ranking de complexidade econômica, tendência que ocorreu entre 1995 e 2008. Depois de o país ter ocupado a 25ª posição deste ranking em 1995, recuamos à 48ª colocação em 2008 e para o 50º lugar em 2014. O Brasil passou à 49ª posição em 2018.

Segundo os analistas do Iedi, esperava-se que o país se saísse um pouco melhor devido a dois fatores. A gravidade da crise econômica de 2015-2016 e o baixo crescimento doméstico no biênio 2017-2018 exerceram pressão para que as empresas brasileiras buscassem amenizar as perdas aumentando sua

participação no mercado externo. Além disso, houve razoável depreciação do real no período (18,5% em termos efetivos reais em 2018 frente a 2014), ampliando a competitividade do produto brasileiro no exterior.

Ainda segundo a análise do IEDI, esses dados mostrariam a importância de se alavancar “a competitividade da estrutura produtiva brasileira, o que requer não só preços macroeconômicos (taxas de juros e de câmbio) favoráveis e estáveis para as exportações, mas também reformas estruturais, como a tributária, e políticas industrial, tecnológica e ambiental que respondam aos desafios das novas tecnologias e da mudança climática” além de instrumentos mais amplos de crédito.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

A lupa mais usada por profissionais, agora também pode ser sua

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Empresários destacam papel da vacinação na retomada

Avaliação foi feita a integrantes do governo em reunião realizada pela Fiesp

Por **André Guilherme Vieira** — De São Paulo

14/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em reunião virtual realizada ontem com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, e os ministros da Casa Civil, general Braga Netto, e das Comunicações, Fábio Faria, 28 empresários ligados à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) ressaltaram a importância da campanha nacional de vacinação contra a Covid-19 para a retomada econômica em 2021. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, não participou da videoconferência.

Os ministros e o número dois da Saúde tentaram aliviar a ansiedade dos empresários, integrantes do Conselho Superior Diálogo pelo Brasil da Fiesp, com vários mais alinhados ao presidente Jair Bolsonaro. Afirmaram que a imunização começará simultaneamente em todo o país até o final da primeira semana de fevereiro. Braga Netto, no entanto, não quis definir uma data “para não gerar expectativa”.

Em uma tentativa de tranquilizar a audiência, Elcio Franco e Braga Netto afirmaram que a imunização será imediatamente iniciada assim que a Anvisa aprovar as vacinas do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Não informaram, no entanto, se a Anvisa aprovará rapidamente as vacinas produzidas pelo Instituto Butantan e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Os empresários demonstraram disposição para ajudar o governo. O vice-presidente do grupo Raia-Drogasil, Eugênio de Zagottis, presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), colocou à disposição 4.500 lojas com estrutura para vacinar, além de 7 mil farmacêuticos. Os ministros disseram que levariam a informação ao presidente Jair Bolsonaro. E informaram que estão avançadas as negociações com a Azul Linhas Aéreas para viabilizar o transporte gratuito das vacinas no país.

Alguns dos empresários manifestaram a intenção de adquirir lotes das vacinas para a venda pela rede privada. Mas o ministro Braga Netto reiterou que a vacinação, por ora, ocorrerá integralmente pelo setor público. Também não foi estipulada uma previsão de data para que as vacinas possam ser compradas pela rede privada, apesar da insistência para que os ministros indicassem uma previsão.

O secretário-executivo Elcio Franco disse que assim que a vacinação for iniciada, o governo terá capacidade para ministrar 25 milhões de doses por mês em meados de março, contando com a estrutura produtiva do Butantan e da Fiocruz. Segundo Franco, o governo federal já tem 50 mil pontos de vacinação à disposição e reservou cerca de R\$ 20 bilhões para a realização da campanha nacional de imunização.

Durante o encontro também foi informado que um representante da União Química está na Rússia negociando a importação de doses da vacina Sputnik. A negociação envolveria a realização da fase três do imunizante no Brasil, para que ele possa ser utilizado em caráter emergencial no país.

A reunião durou uma hora e meia. Participaram o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e os empresários: André Gerdau - do grupo Gerdau; Candido Pinheiro Koren de Lima Junior - do grupo Hapvida; Carlos Sanches - do grupo EMS; Christian Gebara - presidente da Vivo; Constantino Junior, da Gol; Dan Ioschpe - do grupo Ioschpe-Maxion; Elie Horn - da Cyrela; Eugênio De Zagottis - vice-presidente do grupo Raia Drogasil; Eugênio Mattar - da Localiza; Fábio Coelho - presidente do Google Brasil; Fernando Cestari de Rizzo - do grupo Tupy; Fernando Galletti de Queiroz - do grupo Minerva Foods; Flávio Rocha - da Riachuelo; Francisco Gomes Neto - presidente da Embraer; Jerome Cadier - da Latam; João Guilherme Sabino Ometto - do Grupo São Martinho; John Peter Rodgerson - CEO do Grupo Azul Linhas Aéreas; Juliana Azevedo - presidente da Procter & Gamble Brasil; Lorival Nogueira Luz Junior - CEO do grupo

BRF; Luiz Carlos Trabuco Cappi - presidente do conselho do Bradesco; Marcelo Melchior - presidente do grupo Nestlé Brasil; Paulo Sousa - presidente da Cargill; Ricardo Perez Botelho - CEO do grupo Energisa; Roberto Fulcherberguer - Via Varejo; Roberto Simões - presidente da Braskem; Rubens Menin - da MRV; Salo Seibel - da Duratex; Victório De Marchi - Ambev e Wesley Batista Filho - presidente da JBS.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

A lupa mais usada por profissionais, agora também pode ser sua

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador

BODY COMPOUND

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Ter banco permite à XP mais que dobrar de tamanho sem trazer clientes novos, diz Benchimol

Falta de seringas é ameaça para sete Estados

Segundo ministério, há risco nesses locais de não atender à demanda inicial de aplicação

Por **Luísa Martins** — De Brasília

14/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Sete Estados correm risco de não ter, em seus estoques, agulhas e seringas em quantidade suficiente para atender à demanda inicial de aplicação das vacinas contra a covid-19, segundo informou o próprio Ministério da Saúde ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A pedido do ministro Ricardo Lewandowski, a pasta informou que Acre, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco e Santa Catarina podem não ter insumos o bastante caso o governo concretize o objetivo de adquirir 30 milhões de doses de diferentes vacinas para a doença até o fim deste mês.

Contudo, o Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do ministério afirma que a hipótese mais provável é que esse abastecimento ocorra de forma gradativa, de modo a não prejudicar a meta inicial de vacinação às mais de 49 milhões de pessoas que integram os grupos prioritários, como idosos, portadores de comorbidades e profissionais de saúde.

“Atualmente, o quantitativo disponível no conjunto dos Estados é suficiente para o início da campanha de vacinação contra a covid-19, em janeiro e fevereiro, uma vez que o fornecimento e a distribuição das vacinas serão realizados de forma gradual, de acordo com a disponibilidade dos laboratórios”, diz o texto, assinado pelo diretor do setor, Laurício Monteiro Cruz.

Ele aponta que, com os recentes acordos firmados pela pasta, a estimativa concreta está no recebimento de 10,7 milhões de doses da vacina em janeiro e de 9,3 milhões de doses em fevereiro. “Isso demonstra que a necessidade imediata desses insumos não será em sua totalidade.”

De acordo com o documento, somados os estoques dos Estados, são 80 milhões de seringas e agulhas disponíveis para o início da campanha de imunização, prevista para ter início ainda neste mês de janeiro, conforme anunciado pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

A área técnica do ministério diz que a União não tem um estoque próprio, já que a compra dos insumos necessários à vacinação cabe aos governadores. Porém, conforme mostrou o **Valor**, Pazuello vai requisitar às fabricantes de agulhas e seringas os estoques excedentes desses materiais, sem prejuízo a contratos já firmados com outros entes federados. Com essa iniciativa, o governo estima obter 30 milhões de unidades, que serão armazenadas como “reserva de emergência” em caso de falta nos Estados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador

BODY COMPOUND

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Super oferta! Tênis masculino R\$199,90

QG WEB SHOP

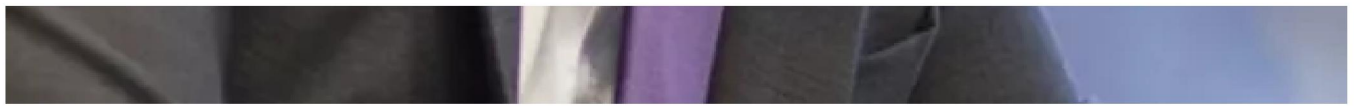
PGFN publica orientação sobre retificação de declaração fiscal

Órgão afirma que a entrega de retificadora não serve para reabrir o prazo de prescrição de todos os tributos declarados

Por Beatriz Olivon — De Brasília

14/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Luís Alexandre Barbosa: contribuinte tinha receio de Receita reabrir fiscalização — Foto: Divulgação

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou uma orientação sobre retificação de declarações fiscais enviadas à Receita Federal, que segue entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No Despacho nº 349, editado no fim de 2020, o órgão afirma que a entrega de retificadora não serve para reabrir o prazo de prescrição de todos os tributos declarados.

As duas turmas de direito público no STJ (1ª e 2ª) julgam nesse sentido. Para os ministros, não há interrupção do prazo prescricional quando a nova declaração está restrita à correção de vícios formais que não impliquem alteração do valor do crédito anteriormente declarado.

No despacho, o procurador-geral da Fazenda, Ricardo Soriano de Alencar, aprova o Parecer nº 75, de 2018, que recomenda a não apresentação de contestação, interposição de recursos. E ainda a desistência dos já propostos em ações judiciais que discutam a eficácia interruptiva da prescrição da declaração retificadora quanto a informações e competências inalteradas. A formalidade era necessária para consolidar a posição da PGFN.

De acordo com Luís Alexandre Barbosa, sócio da área tributária do LBMF, os contribuintes, até então, tinham receio de a Receita Federal reabrir o prazo prescricional de toda a declaração com a apresentação de uma retificadora. “Isso ajuda contribuintes de boa-fé que pretendem ajustar seus livros, mas não fazem por receio de reabrir fiscalização para tudo”, diz.

Nos casos de alterações formais, o prazo nem deverá ser reaberto, segundo o advogado. Essa é a situação de itens que não alteram o valor do imposto devido. Para o STJ, acrescenta, o prazo só é reaberto na parte retificada. “Mas a Receita Federal autuava, defendendo que a retificação reabria todo o prazo”, afirma Barbosa.

A Receita havia se manifestado contra o Parecer nº 75, de 2018, que incluiu o tema na lista de desistências de disputas da PGFN. Para o órgão, a interpretação do STJ está equivocada, já que a declaração retificadora deve ser considerada em sua totalidade e não apenas sobre o ponto alterado.

Para a PGFN, porém, não se trata de considerar a posição do STJ correta, mas de evitar defesa ou recurso sobre o tema que só iria sobrecarregar o Judiciário. O órgão entende não haver chance de vitória para a Fazenda Nacional.

Em um dos casos julgados pelo STJ, o contribuinte tinha entregado a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) em junho de 2000 e a retificadora em julho de 2003. A Receita defendeu a interrupção do prazo prescricional.

Porém, os ministros entenderam que não há reconhecimento de débito tributário pela simples entrega de declaração retificadora, já que o contribuinte reconheceu os valores que estão na declaração original quando constituiu o crédito tributário. Ainda segundo a decisão, a nova declaração só corrigiu equívocos formais (REsp 1167677).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

A lupa mais usada por profissionais, agora também pode ser sua

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Essa isca esta varrendo os lagos e rios em Salvador e região

Saída da Ford não afeta privatização, afirma Mac Cord

Secretário afirma que política de investimento do país não pode ser baseada em subsídio

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

14/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A saída da Ford do Brasil não reduz o interesse de investidores privados nas empresas públicas brasileiras, disse o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, ao **Valor**. Para ele, a forma de se fazer negócios no país não pode mais ser baseada em subsídios. Com a troca do comando da Câmara dos Deputados, acrescentou, a expectativa é concluir processos importantes de privatização neste ano, como da Eletrobras e dos Correios.

“Todo mundo sabe que o setor automobilístico tem subsídios pesadíssimos por trás desde sempre. Não só no país, no mundo. E agora a forma de se fazer negócios no Brasil mudou, não pode ser baseada em subsídios, porque isso tira o incentivo que o privado tem de ser eficiente”, afirmou. Nesta semana, a montadora anunciou o encerramento da produção de veículos no país.

Para Mac Cord, o ano traz boas expectativas para os processos de privatização, que caminharam em ritmo bem mais lento que o planejado pela equipe econômica nos dois primeiros anos de governo. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, já admitiu frustração com o andamento das operações. Salim Mattar, por exemplo, pediu demissão do cargo de secretário especial devido à dificuldade de fazer as vendas avançarem.

A troca da presidência da Câmara, com a saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do posto, deve ajudar a destravar a agenda de desestatização, defendeu o secretário. "A gente não pode esquecer que o presidente da Câmara tem sim um acordo com partidos que são contrários às privatizações", disse, reforçando um posicionamento que vem sendo defendido por Guedes, de que Maia não deixou os processos avançarem na Casa.

O secretário defende que o atual projeto de privatização da Eletrobras, no Congresso desde o fim de 2019, está maduro e deve encontrar apoio entre os deputados. Há pontos que mostram um "alinhamento grande de interesses" com as bancadas e não há motivo "a não ser o ideológico" para que a proposta não siga adiante, disse.

"Entendendo que o setor elétrico precisa de uma reinvenção, parte dos recursos vão para revitalização da bacia do São Francisco, parte para modernização do parque gerador do Norte, para evitar casos como o do Amapá de novo", afirmou. Mac Cord completou que o projeto poderá avançar a partir do momento que houver um presidente da Câmara "comprometido com o futuro do Brasil".

Da mesma forma, o projeto de lei relativo à privatização dos Correios, outra prioridade na lista da equipe econômica, deverá ser enviado ao Congresso apenas depois da mudança no comando da Câmara. Além dessas duas, outras três estatais devem ser vendidas neste ano, segundo o secretário: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) e Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Belo Horizonte.

Em relação ao porto de Santos, também incluído entre as vendas prioritárias por Guedes, a operação está prevista para ser concluída em 2022. Já no caso dos contratos de petróleo geridos pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), Mac Cord preferiu não dar uma previsão. Os processos são complexos, disse, e é justificável investir mais tempo na elaboração da proposta.

Sindicatos ainda buscam manter empregos no país

Entidades se reunirão com centrais sindicais para traçar estratégias de mobilização junto aos governos e a sociedade

Por **Ana Paula Machado e Luísa Martins** — De São Paulo e Brasília

14/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os empregados da Ford ainda lutam para manter os postos de trabalho nas três unidades que a montadora americana decidiu fechar no Brasil. Ontem, representantes dos três sindicatos dos metalúrgicos de Taubaté (SP), Camaçari (BA) e Horizonte (CE) se reuniram com centrais sindicais para traçar as estratégias a serem usadas na tentativa de reverter a decisão da empresa.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, Cláudio Batista, ficou decidido que cada entidade fará um encaminhamento aos três governadores e aos senadores para tentar envolver o poder público “nessa luta”.

“O nosso plano A é a manutenção dos empregos, por isso vamos realizar ações e atos nas cidades e sensibilizar a sociedade e o poder público. Não discutimos sobre indenizações”, afirmou Batista.

Na reunião estavam presentes a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Força Sindical e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). “Está marcada para amanhã mais uma reunião entre os sindicatos e as onze centrais”, ressaltou o dirigente.

Além da nova reunião, ficou decidido que haverá atos nas concessionárias Ford para impedir a venda de carros da marca. “Outra medida, que devemos tomar é pedir

uma auditoria do governo junto ao BNDES para saber dos empréstimos que foram feitos à Ford. Vamos envolver os deputados para ver como se encaminha isso. E continuamos com as vigílias nas portas das fábricas.”

O fechamento das operações industriais da Ford levou o Ministério Público Federal (MPF) a abrir um procedimento administrativo para acompanhar os impactos socioeconômicos e concorrenciais da medida.

A portaria é assinada pelo subprocurador-geral da República Luiz Augusto Santos Lima que afirmou que o fim das atividades pode trazer impactos “capazes de provocar a redução dos níveis de renda e emprego, afetando negativamente a economia.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

A lupa mais usada por profissionais, agora também pode ser sua

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Essa isca esta varrendo os lagos e rios em Salvador e região

ULTRAFISH PRO



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Um país viciado em subsídios

Só com o setor automotivo, o gasto será de R\$ 5,9 bi

14/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O lamentável comunicado da empresa Ford, de que vai encerrar suas atividades produtivas no Brasil depois de mais de um século, recoloca uma questão essencial para os dias de hoje, em que o setor público está quebrado, como informou o presidente Jair Bolsonaro, referendado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Até quando a sociedade brasileira vai conviver com um nível tão elevado de subsídios ao setor produtivo, estimados pela Receita Federal em R\$ 307,9 bilhões neste ano, pouco abaixo de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Somente com o setor automobilístico, a previsão que consta da proposta orçamentária de 2021 é de um gasto de R\$ 5,9 bilhões.

O gasto tributário ocorre quando o Poder Público concede anistia para determinada empresa ou setor, quando adia o pagamento de impostos ou contribuições, quando concede isenções de caráter não geral, quando reduz a alíquota de um tributo ou muda sua base de cálculo para conceder um tratamento preferencial a um grupo de contribuintes específico. Nestes casos, há uma renúncia de receita. Ou seja, o governo deixa de arrecadar.

Só com o setor automotivo, o gasto será de R\$ 5,9 bi

Bolsonaro disse que a Ford não informou o verdadeiro motivo de sua saída do Brasil. Segundo o presidente, a empresa americana deixou o país porque o governo não aceitou dar a ela mais subsídios. Ele afirmou que, ao longo do tempo, a empresa recebeu R\$ 20 bilhões dos cofres públicos sob a forma de incentivos. A verdade é que, desde que a indústria automobilística se instalou por aqui, ela fez pressão contínua sobre os dirigentes do país por benefícios tributários e creditícios que lhe garantissem a rentabilidade.

Dados da Receita Federal mostram que, de 2011 a 2020, o gasto tributário com o setor automotivo alcançou R\$ 42,5 bilhões em valores correntes ou R\$ 50,2 bilhões a preços de dezembro de 2020. Se a previsão para este ano for incluída na conta, o total sobe para R\$ 48,5 bilhões, em valores correntes, ou R\$ 56,1 bilhões, a preços de dezembro de 2020. O valor é quase duas vezes o que o governo gasta por ano com o programa Bolsa Família, que atende mais de 14 milhões de famílias carentes.

As empresas do setor automobilístico de qualquer região podem usufruir do programa Rota 2030, que prevê a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do valor correspondente à aplicação da alíquota do IRPJ e da CSLL sobre até 30% dos dispêndios realizados no país, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais e aplicados em pesquisa e desenvolvimento. Adicionalmente, podem realizar, com isenção, a importação de partes, peças, componentes, conjuntos, subconjuntos, acabados e semiacabados, e pneumáticos, todos novos e sem capacidade de produção nacional equivalente, destinados à industrialização de produtos automotivos.

As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste fazem jus a crédito presumido do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) como ressarcimento do PIS/Pasep e da Cofins, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos.

Vale lembrar que esses são apenas os gastos tributários federais. Muitas dessas empresas receberam vultuosos benefícios estaduais e municipais, desde vantagens relacionadas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até doações de terrenos para a instalação de suas unidades produtivas.

A montanha de subsídio não foi suficiente para evitar a atual crise por que passa o setor automobilístico brasileiro. Ao contrário, como disse ontem o economista Marcos Lisboa, em entrevista à “Folha de S.Paulo”, a crise no setor vem de longa data e era previsível que várias unidades se tornariam inviáveis. “Só não eram antes pela quantidade de subsídios, então ficamos reféns de dar incentivos para preservar a produção de algo não eficiente no país”, afirmou.

O setor automotivo não é, no entanto, o único a receber uma enxurrada de subsídios. Na verdade, nem sequer ocupa as primeiras posições. Há benefícios tributários em profusão para todos. Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos recebem subsídios, assim como embarcações, aeronaves, gás natural, todos os produtos da cesta básica, biodiesel, motocicletas e água mineral, para citar alguns. São subsídios com prazos indefinidos e, a maior parte deles, sem avaliações conhecidas sobre os seus resultados.

O gasto com benefícios tributários passaram de 2% do PIB, em 2003, para 4,5% do PIB em 2015. De lá para cá, o governo tem obtido pequenas reduções, pois eles ficaram em 4,3% do PIB em 2018. Para 2021, o governo estima que eles fiquem pouco abaixo de 4% do PIB, embora ainda não tenha explicado como isso ocorrerá.

Desde 2018, os parlamentares tentam forçar o governo a definir uma estratégia de redução dos subsídios. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, por exemplo, determinou que o governo apresentasse um plano de revisão dos subsídios, com um cronograma de redução de cada benefício para, no prazo de dez anos, diminuir a renúncia de receita para 2% do PIB. O plano foi apresentado ao Congresso, mas, até hoje, não foi divulgado oficialmente.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tratamento da obesidade em Salvador. Cadastre-se para avaliação grátis!

CLÍNICA DA OBESIDADE

União insiste em criação de fundo para venda em massa de imóveis

Governo tem mais de 700 mil propriedades imobiliárias e pretende usar legislação existente para viabilizar negócios

Por **Edna Simão e Mariana Ribeiro** — De Brasília

14/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Diogo McCord: legislação já existe desde 2015, mas não havia coincidência de interesses em utilizar mecanismo — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

O governo vai insistir na criação de fundos imobiliários para fazer uma venda em massa e reduzir o estoque de imóveis da União, que atualmente é de 708 mil. Ainda

não há uma decisão sobre se a participação da União no fundo será direta ou indireta, mas a ideia é que ele seja ofertado no fim deste ano e movimente algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 30 bilhões até 2022.

A venda de imóveis sempre foi pauta prioritária do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas deixou a desejar nos primeiros dois anos de governo Bolsonaro. Para acelerar os processos e atingir a meta de monetizar R\$ 110 bilhões até 2022, o governo aposta ainda em outras frentes, como a possibilidade de o investidor privado manifestar interesse nos imóveis da União, a venda das participações que detém nos chamados terrenos de marinha e as regularizações onerosas.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, explicou que, como a União nunca teve um fundo imobiliário, apesar de haver previsão legal desde 2015, existem muitas dúvidas jurídicas a serem sanadas antes da escolha do melhor modelo. “A gente está avaliando dois instrumentos diferentes”, disse. “Não posso dizer qual estratégia será adotada.”

Segundo o secretário, a dúvida hoje é se o melhor caminho para rentabilizar os ativos é utilizar um modelo em que o governo, por meio do Tesouro Nacional, será o cotista do fundo (direto) ou se vai repassar isso para uma empresa (indireto) como a Emgea (Empresa Gestora de Ativos da União), que hoje integra a lista do Programa Nacional de Desestatização (PND). “Temos que estressar essas dúvidas jurídicas para saber se a gente vai para um caminho ou outro, mas a decisão de fazer está tomada”, destacou.

No instrumento direto, o funcionamento seria semelhante ao do Fundo de Apoio à Estruturação e Desenvolvimento de Projetos de Concessão e PPPs (FEP). “Esse é um fundo em que o cotista é a União e o gestor é a Caixa Econômica Federal”, frisou. Mac Cord afirmou que, independentemente do modelo escolhido, será feita uma licitação para que a gestão seja privada.

“Vamos identificar as grandes áreas, os grandes imóveis de R\$ 500 milhões ou mais para que a gente possa integralizar esses imóveis em um fundo imobiliário. Essa legislação já existe. Ela é de 2015 e curiosamente nunca foi utilizada para que a gente possa vender no atacado. Temos imóveis de R\$ 500 milhões, de R\$ 1 bilhão”, disse. Ele ressaltou que a Rodoferroviária de Brasília, com 423 hectares, está avaliada em R\$ 10 bilhões. “Temos área no Rio de Janeiro, na Cidade dos Meninos são 1.200 hectares. Temos áreas no Brasil inteiro, gigantescas”, completou.

O objetivo do governo é copiar modelo adotado pelos Estados Unidos entre os anos de 1989 e 1990 que, segundo o secretário, revolucionou o mercado imobiliário da construção civil americano.

Nos últimos anos, o governo tem dito sistematicamente que pretendia lançar fundos imobiliários para rentabilizar os ativos da União, mas a ideia nunca saiu do papel. Para o secretário, a proposta não prosperou porque “não era do interesse de ninguém” e “faltou combinar com russos”, se referindo à própria Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU).

“Talvez fosse do interesse do Ministério da Fazenda à época, mas faltou alinhar com o secretário, que era um indicado político, sempre foi. Agora existe um alinhamento”, frisou. Ele ressaltou que a SPU era tradicionalmente loteada politicamente e que seu antecessor no cargo, Salim Mattar, deu um choque de

governança na pasta. “Colocou ali dentro muitos militares para dar realmente o pulso firme que a secretaria precisava”, disse. Para ele, os processos devem ser, agora, impulsionados.

No caso das vendas no varejo, Mac Cord acredita que será acelerada neste ano com a possibilidade de o interessado na compra demonstrar interesse no imóvel da União, mudança viabilizada pela lei 14.011/2020. O secretário da SPU, coronel Mauro Filho - que assumiu o posto no fim do ano passado -, ressaltou que a quantidade de propostas para compra saltou de 150 para 600 em dois meses e a ideia é chegar a 1,5 mil até o meio do ano.

Em relação aos imóveis foreiros, que ficam à beira-mar e têm propriedade compartilhada entre União e particular, Mauro Filho explicou que um projeto-piloto será feito em Copacabana (RJ) e que a partir de abril a remição de foro (compra da parte da União) poderá ser feita pelo celular.

Para Mac Cord, os efeitos econômicos da pandemia não devem atrapalhar os processos de venda. Ele destacou que o setor da construção civil não foi afetado pela covid-19 e que, além disso, os imóveis da União são atrativos para o comprador.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nunca mais passe vergonha, ela é um imã de peixes

ULTRAFISH PRO

LINK PATROCINADO

Tratamento da obesidade em Salvador. Cadastre-se para avaliação grátis!

CLÍNICA DA OBESIDADE

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Não faça bariátrica sem conhecer este tratamento. Avaliação médica online grátis!

CLÍNICA DA OBESIDADE